CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.

Informações Trimestrais >

Ano: 2026 Versão: 1

Sumário

CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.

Dados da Empresa 03

DFs Individuais 04

DFs Consolidadas 06

Comentário do Desempenho 30

Notas Explicativas 45

Pareceres e Declarações 08

Índice

Dados da Empresa

Dados da Empresa / Composição do Capital 09

Índice

DFs Individuais

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo 10

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo 11

DFs Individuais / Demonstração do Resultado 12

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente 13

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa 14

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 05

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado 17

Índice

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 15

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 16

Índice

DFs Consolidadas

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo 18

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo 20

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado 22

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente 24

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa 25

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 07

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado 29

Índice

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 27

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 28

Índice

Pareceres e Declarações

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 123

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 124

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 125

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Renda Bruta	
Data da apuração	30/09/2026
Receita Bruta Consolidada	15.251.340
Data da apuração (comparativa)	30/09/2025
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	13.781.998

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	4.934.124	4.264.776
1.01	Ativo Circulante	503.314	456.222
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	70.898	77.708
1.01.06	Tributos a Recuperar	52.987	55.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	52.987	55.117
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	52.654	55.117
1.01.06.01.02	Demais Tributos a Recuperar	333	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	379.429	323.397
1.01.08.03	Outros	379.429	323.397
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	378.517	322.901
1.01.08.03.03	Outros	912	496
1.02	Ativo Não Circulante	4.430.810	3.808.554
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.823	88.194
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	63.615	87.986
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	63.615	87.986
1.02.02	Investimentos	4.366.968	3.720.171
1.02.02.01	Participações Societárias	4.366.968	3.720.171
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	54.271	92.628
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.123.841	3.451.262
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	188.856	176.281
1.02.03	Imobilizado	19	189
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	19	189

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	4.934.124	4.264.776
2.01	Passivo Circulante	503.312	287.428
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.772	2.288
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.772	2.288
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.772	2.288
2.01.02	Fornecedores	787	1.019
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	787	1.019
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.241	18.948
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.130	18.834
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.838	3.958
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	7.793	62
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	9.499	14.814
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	111	114
2.01.05	Outras Obrigações	478.512	265.173
2.01.05.02	Outros	478.512	265.173
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	476.152	261.382
2.01.05.02.04	Outros	2.340	3.601
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	20	190
2.02	Passivo Não Circulante	43.108	8.883
2.02.04	Provisões	43.108	8.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.371	1.349
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	35.371	1.333
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	16
2.02.04.02	Outras Provisões	7.737	7.534
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	7.737	7.534
2.03	Patrimônio Líquido	4.387.704	3.968.465
2.03.01	Capital Social Realizado	2.600.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.548.153	2.719.805
2.03.04.01	Reserva Legal	351.611	351.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.196.542	2.196.427
2.03.04.10	Reservas à Disposição dos Acionistas	0	171.767
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	471.300	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.232.065	-1.231.656

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	275.781	829.571	171.868	574.898
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.240	-27.734	-7.430	-24.861
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	122.429	132.075	4.772	14.059
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-34.440	-38.525	-492	-2.564
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	197.032	763.755	175.018	588.264
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	275.781	829.571	171.868	574.898
3.06	Resultado Financeiro	6.190	-834	-1.236	-2.164
3.06.01	Receitas Financeiras	6.432	-115	-1.073	-1.359
3.06.02	Despesas Financeiras	-242	-719	-163	-805
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	281.971	828.737	170.632	572.734
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.838	-3.838	-516	-1.444
3.08.01	Corrente	-3.838	-3.838	-516	-1.444
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	278.133	824.899	170.116	571.290
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	278.133	824.899	170.116	571.290
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	6,8043	20,1805	4,1618	13,9762
3.99.01.02	PN	7,4847	22,1985	4,5779	15,3738
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	6,8043	20,1805	4,1618	13,9762
3.99.02.02	PN	7,4847	22,1985	4,5779	15,3738

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	278.133	824.899	170.116	571.290
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-20.310	-20.310
4.03	Resultado Abrangente do Período	278.133	824.899	149.806	550.980

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-28.264	-32.218
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-25.817	-40.142
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	824.899	571.290
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.648	1.655
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-763.755	-588.264
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-3.714	-4.927
6.01.01.06	Juros Pagos	-9	-7
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	33.959	-20.607
6.01.01.09	IRPJ e CSLL Pagos	-4.927	-726
6.01.01.10	Despesa de IR e CSLL	3.838	1.444
6.01.01.11	Ganho ou Perda na Alienação de Investimento	-117.756	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.447	7.924
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	2.286	8.100
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	28.204	20.526
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	-416	-194
6.01.02.04	Fornecedores	-232	-1.000
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	484	754
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-31.512	-20.312
6.01.02.20	Outras Contas - Passivos	-1.261	50
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	177.620	185.829
6.02.03	Integralização de Capital	-216.907	-67.902
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	240.618	253.731
6.02.05	Alienação de Investimentos	153.909	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-156.166	-144.468
6.03.01	Pagamento Passivo de Arrendamento	-170	-187
6.03.02	Dividendos Pagos	-155.996	-144.281
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.810	9.143
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.708	96.878
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	70.898	106.021

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-51.652	-354.008	0	-405.660
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.767	0	0	-51.767
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-354.008	0	-354.008
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	115	0	0	115
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	825.308	-409	824.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	824.899	0	824.899
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	409	-409	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	409	-409	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	120.000	0	-120.000	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	120.000	0	-120.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.600.000	316	2.548.153	471.300	-1.232.065	4.387.704

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.192	-193.633	0	-270.825
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-193.633	0	-193.633
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	98	0	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	571.710	-20.730	550.980
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	571.290	0	571.290
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	420	-20.730	-20.310
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	420	-420	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-20.310	-20.310
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.273.746	378.077	-1.180.705	3.951.434

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	135.974	17.954
7.01.02	Outras Receitas	135.974	17.954
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.391	-7.931
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.391	-7.931
7.03	Valor Adicionado Bruto	91.583	10.023
7.04	Retenções	-1.648	-1.655
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.648	-1.655
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	89.935	8.368
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	789.991	608.482
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	763.755	588.264
7.06.02	Receitas Financeiras	25.884	19.652
7.06.03	Outros	352	566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	879.926	616.850
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	879.926	616.850
7.08.01	Pessoal	18.611	16.624
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.143	15.255
7.08.01.02	Benefícios	629	620
7.08.01.03	F.G.T.S.	839	749
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.913	28.126
7.08.02.01	Federais	34.598	26.862
7.08.02.03	Municipais	1.315	1.264
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	503	810
7.08.03.01	Juros	422	777
7.08.03.02	Aluguéis	81	33
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	824.899	571.290
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	354.008	193.633
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	470.891	377.657

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	15.218.854	13.831.031
1.01	Ativo Circulante	4.745.380	3.848.163
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	475.621	418.813
1.01.03	Contas a Receber	2.587.172	2.723.359
1.01.03.01	Clientes	2.306.057	2.382.556
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.838.173	2.881.943
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-532.116	-499.387
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	281.115	340.803
1.01.04	Estoques	21.659	21.568
1.01.06	Tributos a Recuperar	623.777	350.082
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	623.777	350.082
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	377.484	144.088
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	246.293	205.994
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.037.151	334.341
1.01.08.03	Outros	1.037.151	334.341
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	20.786	19.956
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	10.648	14.292
1.01.08.03.04	Outros Créditos	292.152	202.090
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro Setorial	586.053	0
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	47.436	45.542
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura da CVA	78.938	51.323
1.02	Ativo Não Circulante	10.473.474	9.982.868
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.714.405	4.408.816
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	34.044	43.483
1.02.01.04.01	Clientes	11.859	21.672
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	22.185	21.811
1.02.01.07	Tributos Diferidos	562.871	560.035
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	562.871	560.035
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.117.282	3.805.090
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	228.055	302.084
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	400.668	392.626
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.537.356	1.237.107
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Setorial	236.407	273.140
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	348.771	339.113
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	158.728	154.241
1.02.01.10.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	128.967	69.258
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	1.078.330	1.037.521
1.02.02	Investimentos	275.906	314.579
1.02.02.01	Participações Societárias	275.906	314.579
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	87.050	138.298
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	188.856	176.281

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.03	Imobilizado	222.125	218.574
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	156.191	147.146
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	18.780	12.283
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	47.154	59.145
1.02.04	Intangível	5.261.038	5.040.899
1.02.04.01	Intangíveis	5.261.038	5.040.899
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.221.024	4.999.640
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	40.014	41.259

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	15.218.854	13.831.031
2.01	Passivo Circulante	3.919.520	2.952.505
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	280.008	228.829
2.01.01.01	Obrigações Sociais	280.008	228.829
2.01.02	Fornecedores	969.895	1.002.149
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	969.895	1.002.149
2.01.03	Obrigações Fiscais	545.702	352.311
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	317.406	106.762
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	229.790	21.615
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	68.224	76.837
2.01.03.01.03	Outros	19.392	8.310
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	225.080	241.836
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.216	3.713
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.131.429	473.238
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	341.212	296.582
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	192.459	189.725
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	148.753	106.857
2.01.04.02	Debêntures	790.217	176.656
2.01.05	Outras Obrigações	838.523	742.015
2.01.05.02	Outros	838.523	742.015
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	476.152	261.382
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	48.098	71.723
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	72.368	90.607
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	0	80.584
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	6.078	2.863
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	796	824
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	23.490	58.483
2.01.05.02.20	Outros	211.541	175.549
2.01.06	Provisões	153.963	153.963
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	153.963	153.963
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	153.963	153.963
2.02	Passivo Não Circulante	6.911.630	6.910.061
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.585.067	4.532.508
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.130.203	1.561.793
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.021.185	419.168
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.109.018	1.142.625
2.02.01.02	Debêntures	2.454.864	2.970.715
2.02.02	Outras Obrigações	343.045	379.460
2.02.02.02	Outros	343.045	379.460
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	14.738	2.917
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	106.380	81.516
2.02.02.02.05	Outros	5.994	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	194.358	269.654
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	13.780	10.250
2.02.02.02.11	Tributos a Recolher	7.795	15.123

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.03	Tributos Diferidos	118.767	111.200
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	118.767	111.200
2.02.04	Provisões	1.864.751	1.886.893
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.786.665	1.810.426
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	54.000	19.851
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	53.884	71.132
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.561.877	1.579.411
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	116.904	140.032
2.02.04.02	Outras Provisões	78.086	76.467
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	76.586	73.290
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	1.500	3.177
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.387.704	3.968.465
2.03.01	Capital Social Realizado	2.600.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.548.153	2.719.805
2.03.04.01	Reserva Legal	351.611	351.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.196.542	2.196.427
2.03.04.10	Reservas à Disposição dos Acionistas	0	171.767
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	471.300	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.232.065	-1.231.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.929.436	9.427.816	2.962.903	8.839.976
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.386.089	7.827.736	2.335.199	7.497.522
3.01.02	Receita de Construção	300.756	872.615	290.080	797.121
3.01.03	Receita de Ativo / Passivo Financeiro Setorial	238.544	688.507	332.121	517.889
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	4.047	38.958	5.503	27.444
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.433.967	-7.765.525	-2.498.293	-7.241.038
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.855.097	-6.022.222	-1.969.636	-5.716.798
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-5.879	-17.819	-5.038	-15.491
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-272.235	-852.869	-233.539	-711.628
3.02.04	Custo de Construção	-300.756	-872.615	-290.080	-797.121
3.03	Resultado Bruto	495.469	1.662.291	464.610	1.598.938
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.034	-361.755	-140.609	-467.150
3.04.01	Despesas com Vendas	-31.821	-86.735	-30.913	-88.057
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-170.287	-517.953	-183.412	-523.204
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-32.578	-111.957	-18.627	-145.906
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	211.123	418.526	98.132	291.214
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.669	-101.230	-16.659	-42.061
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.198	37.594	10.870	40.864
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	426.435	1.300.536	324.001	1.131.788
3.06	Resultado Financeiro	-94.698	-244.365	-107.495	-348.572
3.06.01	Receitas Financeiras	246.235	737.688	190.072	565.935
3.06.02	Despesas Financeiras	-340.933	-982.053	-297.567	-914.507
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	331.737	1.056.171	216.506	783.216
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.604	-231.272	-46.390	-211.926
3.08.01	Corrente	-51.433	-226.542	-19.361	-104.785
3.08.02	Diferido	-2.171	-4.730	-27.029	-107.141
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	278.133	824.899	170.116	571.290

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	278.133	824.899	170.116	571.290
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	278.133	824.899	170.116	571.290
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	6,8043	20,1805	4,1618	13,9762
3.99.01.02	PN	7,4847	22,1985	4,5779	15,3738
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	6,8043	20,1805	4,1618	13,9762
3.99.02.02	PN	7,4847	22,1985	4,5779	15,3738

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	278.133	824.899	170.116	571.290
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-20.310	-20.310
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	278.133	824.899	149.806	550.980
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	278.133	824.899	149.806	550.980

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	421.160	85.928
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.270.598	1.229.012
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	824.899	571.290
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	311.520	282.150
6.01.01.03	Despesa de IR e CSLL	231.272	211.926
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-37.594	-40.864
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-69.564	-65.725
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	543.027	523.410
6.01.01.07	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de ativos	684	275
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-227.478	-97.779
6.01.01.09	Juros Pagos	-411.707	-320.815
6.01.01.10	Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos	-34	-10
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	94.442	105.323
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-11.719	-138.817
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	50.662	63.447
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-38.958	-27.444
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	111.957	145.906
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.870	2.546
6.01.01.19	Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	15.075	14.193
6.01.01.20	Ganho ou Perda na Alienação de Investimento	-117.756	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-849.438	-1.143.084
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (Setorial, Bonificação de Outorga, Ind. Projeto Básico Usina Pery)	-528.321	-167.797
6.01.02.03	Contas a Receber	47.611	-485.422
6.01.02.04	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	-27.615	-1.853
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-165.736	-38.354
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	16.484	49.272
6.01.02.07	Estoques	-91	-1.416
6.01.02.09	Outras Contas - Ativo	-104.005	-15.624
6.01.02.10	Bônus Itaipu	0	-52.574
6.01.02.11	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-28	-322
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-131.442	-133.882
6.01.02.14	Fornecedores	-32.254	-75.175
6.01.02.15	Tributos a recolher	140.149	91.761
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	63.000	16.215
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-8.312	25.691
6.01.02.18	Passivo Financeiro Setorial	-48.888	-151.247
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-111.976	-130.597
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	41.986	-71.760
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-681.420	-700.662
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado	-4.834	-26.248
6.02.02	Adições do Ativo de Contrato	-872.615	-797.121
6.02.03	Adições do Ativo Intangível	-160	-144

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.02.05	Dividendos Recebidos	28.180	51.045
6.02.06	Alienação de Investimentos	168.009	71.806
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	317.068	5.298
6.03.01	Amortizações de Principal de Passivo de Arrendamentos	-4.659	-6.810
6.03.02	Amortização de Derivativos	-86.714	-54.428
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-573.452	-111.995
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	1.141.317	22.430
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-155.996	-144.281
6.03.06	Ingresso de Debêntures	0	508.307
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-3.428	-207.925
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	56.808	-609.436
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	418.813	1.019.482
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	475.621	410.046

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465	0	3.968.465
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465	0	3.968.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-51.652	-354.008	0	-405.660	0	-405.660
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.767	0	0	-51.767	0	-51.767
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-354.008	0	-354.008	0	-354.008
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	115	0	0	115	0	115
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	825.308	-409	824.899	0	824.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	824.899	0	824.899	0	824.899
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	409	-409	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	409	-409	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	120.000	0	-120.000	0	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	120.000	0	-120.000	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.600.000	316	2.548.153	471.300	-1.232.065	4.387.704	0	4.387.704

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.192	-193.633	0	-270.825	0	-270.825
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-193.633	0	-193.633	0	-193.633
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	571.710	-20.730	550.980	0	550.980
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	571.290	0	571.290	0	571.290
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	420	-20.730	-20.310	0	-20.310
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	420	-420	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-20.310	-20.310	0	-20.310
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.273.746	378.077	-1.180.705	3.951.434	0	3.951.434

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	15.553.667	13.951.513
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.341.032	12.954.967
7.01.02	Outras Receitas	446.983	321.823
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	877.609	820.629
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-111.957	-145.906
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.882.272	-7.442.350
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.633.467	-6.298.679
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.248.805	-1.143.671
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.671.395	6.509.163
7.04	Retenções	-312.204	-282.425
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-312.204	-282.425
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.359.191	6.226.738
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	821.761	643.066
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	37.594	40.864
7.06.02	Receitas Financeiras	783.253	601.124
7.06.03	Outros	914	1.078
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.180.952	6.869.804
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.180.952	6.869.804
7.08.01	Pessoal	809.314	698.980
7.08.01.01	Remuneração Direta	559.164	449.750
7.08.01.02	Benefícios	222.462	221.307
7.08.01.03	F.G.T.S.	27.688	27.923
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.562.518	4.694.432
7.08.02.01	Federais	3.495.845	2.881.641
7.08.02.02	Estaduais	2.060.880	1.807.512
7.08.02.03	Municipais	5.793	5.279
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	984.221	905.102
7.08.03.01	Juros	975.690	898.381
7.08.03.02	Aluguéis	8.531	6.721
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	824.899	571.290
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	354.008	193.633
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	470.891	377.657

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado e Intangível até o terceiro trimestre de 2026, chegaram a R$1.173,1 milhões, avançando 11,96% em relação aos R$1.047,7 milhão investidos no mesmo período de 2025, evidenciados no quadro a seguir:

Descrição	30.09.2026		30.09.2025		Consolidado Análise Horizontal
	R$mil	%	R$mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	**1.168.083**	**99,57%**	1.021.346	97,48%	**14,3%**
Recursos Próprios	872.615		797.121		
Participação Financeira do Consumidor	295.468		224.225		
Geração de Energia Elétrica	**4.994**	**0,43%**	26.392	2,52%	**-81,08%**
Parque Gerador Próprio	4.994		26.392		
Total	**1.173.076**	**100,00%**	**1.047.738**	**100,00%**	**11,96%**

Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume de R$1.168,1 milhões foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R$872,6 milhões foram com recursos próprios (sendo R$817,4 milhões em materiais e serviços e R$55,2 milhões em mão de obra própria) e R$295,5 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D.

A participação financeira do consumidor em obra do setor elétrico corresponde ao valor aportado pelo consumidor para viabilizar a execução de obras de ampliação, reforço ou extensão do sistema elétrico necessárias ao seu atendimento. Essa participação ocorre, em regra, quando as obras solicitadas excedem os limites de investimento de responsabilidade da concessionária estabelecidos pela regulamentação da ANEEL, especialmente nos casos de novas ligações, aumento de carga ou atendimento em locais com necessidade de expansão da rede.

Após a conclusão da obra, os ativos normalmente são incorporados ao patrimônio da concessionária, conforme regras do contrato de concessão e da regulação setorial. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021, dispostas nos artigos 106 a 110.

Do montante total investido, R$1.084,2 milhões foram destinados diretamente à rede de distribuição, com foco na expansão, modernização, melhoria e manutenção da infraestrutura, visando ao aumento da eficiência operacional, à melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e à ampliação da capacidade de atendimento à demanda do sistema elétrico.

Os investimentos em ativos de alta tensão totalizaram R$275,0 milhões, sendo R$143,4 milhões aplicados em linhas de distribuição e R$131,6 milhões em subestações. Adicionalmente, foram investidos R$68,7 milhões no sistema de medição.

Na atividade de administração, os investimentos somaram R$83,9 milhões, concentrados principalmente em tecnologia da informação, que recebeu R$69,5 milhões. Também foram destinados R$5,2 milhões à aquisição de máquinas e equipamentos e R$8,7 milhões à renovação da frota de veículos. O montante remanescente foi aplicado em melhorias nas edificações administrativas e na aquisição de mobiliário.

Geração de Energia Elétrica

Nos 9 (nove) meses de 2026, foram realizados investimentos em ativos imobilizados e serviços correlatos às usinas fotovoltaicas e hidrelétricas da Celesc G. Os principais estão detalhados a seguir:

- R$1.468 mil foram investidos em obras de rede para instalação de eletropostos e em uma estação total robótica pela Administração Central;
- R$712 mil foram direcionados à reforma do gerador 01 e ao canteiro de obras da Usina Garcia;
- R$476 mil foram alocados em nova grade de proteção para a tomada de água, na execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, bem como na estação de dados hidrológicos da Usina Pery;
- R$382 mil foram destinados à dragagem e limpeza de represas e estruturas congêneres, além da aquisição de transformadores trifásicos, limnímetros e *dataloggers*, visando ao acompanhamento remoto da eficiência, da produção de energia e do desempenho operacional da Usina Bracinho;
- R$311 mil foram destinados aos sistemas elétrico e de alarme da UFV Lages II;
- R$274 mil foram aplicados no projeto executivo civil e no pagamento de taxas referentes ao ITBI da PCH Canoas;
- R$221 mil foram aportados na aquisição de nova licença de software, recomposição de materiais, cercamento do reservatório e na execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva da Usina Maruim;
- R$179 mil foram utilizados na execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, e na aquisição de limnímetros para medição das variações do nível da água na Usina Caveiras;
- R$173 mil foram aplicados em sistemas de lubrificação a óleo e estações de dados hidrológicos, além de aportes na execução de programas ambientais e na elaboração do projeto executivo civil da Usina Palmeiras;
- R$133 mil foram empregados em serviços de implantação, montagens elétricas e no sistema de cercamento da UFV Modelo II;
- R$92 mil foram investidos em implantação e montagens elétricas na UFV Modelo III.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o terceiro trimestre de 2026 com crescimento de 8,32%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou aumento de 4,29% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram alta de 23,36% no trimestre.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2026 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %*
	30.09.2026	3º TRI 2026	Em 12 meses
Celesc PN	R$162,43**	23,36%	75,48%
Celesc ON	R$148,07**	19,82%	65,98%
IBOVESPA	186.340	8,32%	27,42%
IEE	133.590	4,29%	22,96%

*Variações percentuais com ajuste a proventos
**Valores em R$(reais).

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

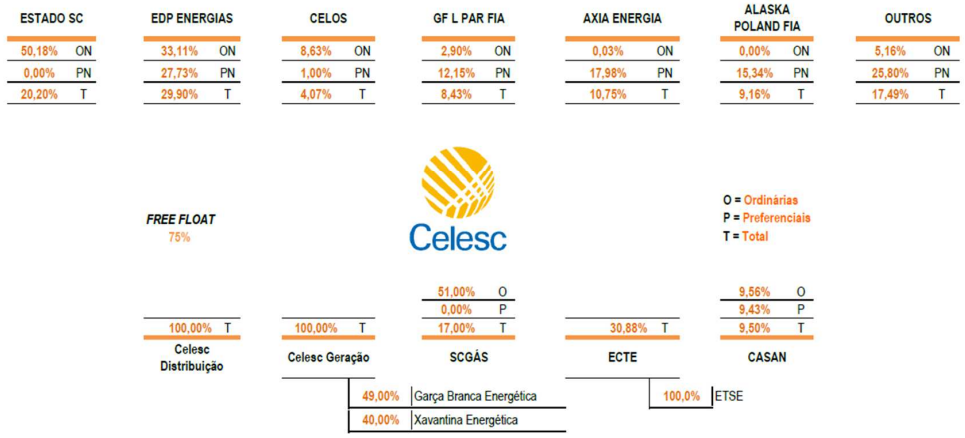
Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de setembro de 2026, conforme demonstrado acima, são: R$148,07 para cada ação ordinária – ON (CLSC3) e R$162,43 para cada ação preferencial – PN (CLSC4).

O Governo do Estado de Santa Catarina é o acionista majoritário, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de setembro de 2026, está apresentada no organograma a seguir:

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Setembro/2026



Fonte: Celesc/DPRI

4. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Em 30 de setembro de 2026, a participação acionária dos investidores estrangeiros representa 0,55% do capital social total da Companhia, detendo o total de 211.258 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	211.258	0,55
Investidores Nacionais	38.360.333	99,45
Total	**38.571.591**	**100,00**

5. AÇÕES DO CONTROLADOR E OUTROS ACIONISTAS

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.460	59,44%	234.305	1,02%	9.463.765	24,54%
Outros Acionistas	6.297.677	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.826	75,46%
Total	**15.527.137**	**100,00%**	**23.044.454**	**100,00%**	**38.571.591**	**100,00%**
Ações em Circulação	**6.297.677**	**40,56%**	**22.810.149**	**98,98%**	**29.107.826**	**75,46%**

6. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.677	40,56	22.810.149	98,98	29.107.826	75,46

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Base Acionária em 30.09.2026

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	450.100	2,90	2.800.001	12,15	3.250.101	8,43
Axia Energia	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	0	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	800.452	5,15	5.945.168	25,80	6.745.620	17,49
Total	**15.527.137**	**100,00**	**23.044.454**	**100,00**	**38.571.591**	**100,00**
Total Geral	**15.527.137**	**40,26**	**23.044.454**	**59,74**	**38.571.591**	**100,00**

Capital Social: R$2.600.000.000,00 e Capital Autorizado: R$2.600.000.000,00

8. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2026, com um quadro funcional de 3.824 empregados. O total de empregados representa uma redução de 0,60% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.847 empregados).

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Consolidado

Descrição	30.09.2026	30.09.2025	Variação
Receita Operacional Bruta - ROB	15.251.340	13.781.998	10,66%
Receita Operacional Líquida - ROL	9.427.816	8.839.976	6,65%
Resultado antes do Resultado Financeiro	1.300.536	1.131.788	14,91%
EBITDA	1.612.056	1.413.938	14,01%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	17,10%	15,99%	1,10 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	8,75%	6,46%	2,29 p.p.
Resultado Financeiro	(244.365)	(348.572)	-29,90%
Ativo Total	15.218.854	13.512.155	12,63%
Imobilizado	222.125	238.146	-6,73%
Patrimônio Líquido	4.387.704	3.951.434	11,04%
Lucro Líquido	824.899	571.290	44,39%

9.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, até o terceiro trimestre de 2026, foi de R$15,3 bilhões, aproximadamente 10,7% maior que a realização no mesmo período de 2025, que foi de R$13,8 bilhões.

Um dos fatores principais que contribuiu para o desempenho positivo foi o resultado do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Celesc D, em 22 de agosto de 2025, com tarifa vigente até agosto de 2026, de 13,53%.

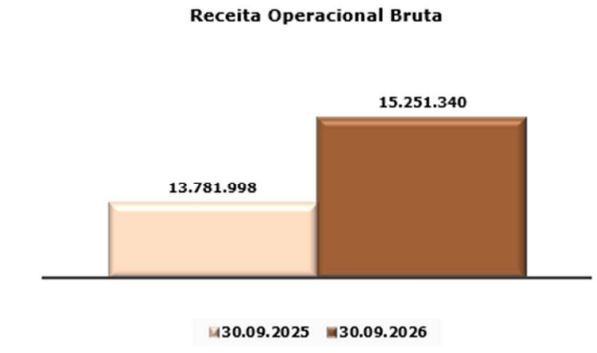
Além disso, em 22 de agosto de 2026, foi homologada a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Celesc D, com nova tarifa vigente a partir desta data até agosto de 2027, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 10,82%.

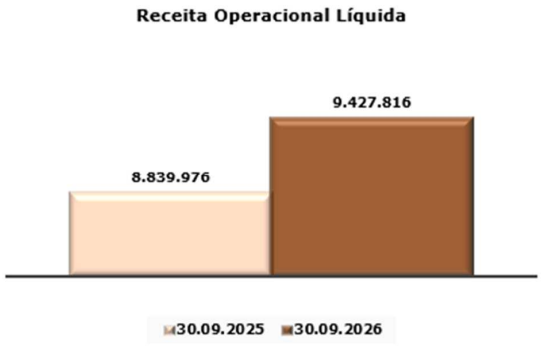
Na Celesc D, a ROB também apresentou aumento de 10,6%. Tal variação foi impulsionada por acréscimo de 20,0% na receita relativa à disponibilidade de uso da rede elétrica proveniente de 2,4% no aumento do mercado de consumidores livres na sua área de concessão; a receita com ativos em construção também apresentou crescimento de 9,5%, porém, esse montante é neutralizado no resultado pelos correspondentes custos de construção registrados nos custos operacionais. A Companhia mantém o plano de investimentos em expansão do sistema elétrico, aprovado em seu orçamento de capital. Na rubrica de Ativos e Passivos Financeiros (CVA), há um incremento de R$170,6 milhões que passou de R$517,9 milhões no terceiro trimestre de 2025 para R$688,5 milhões, no mesmo período de 2026.

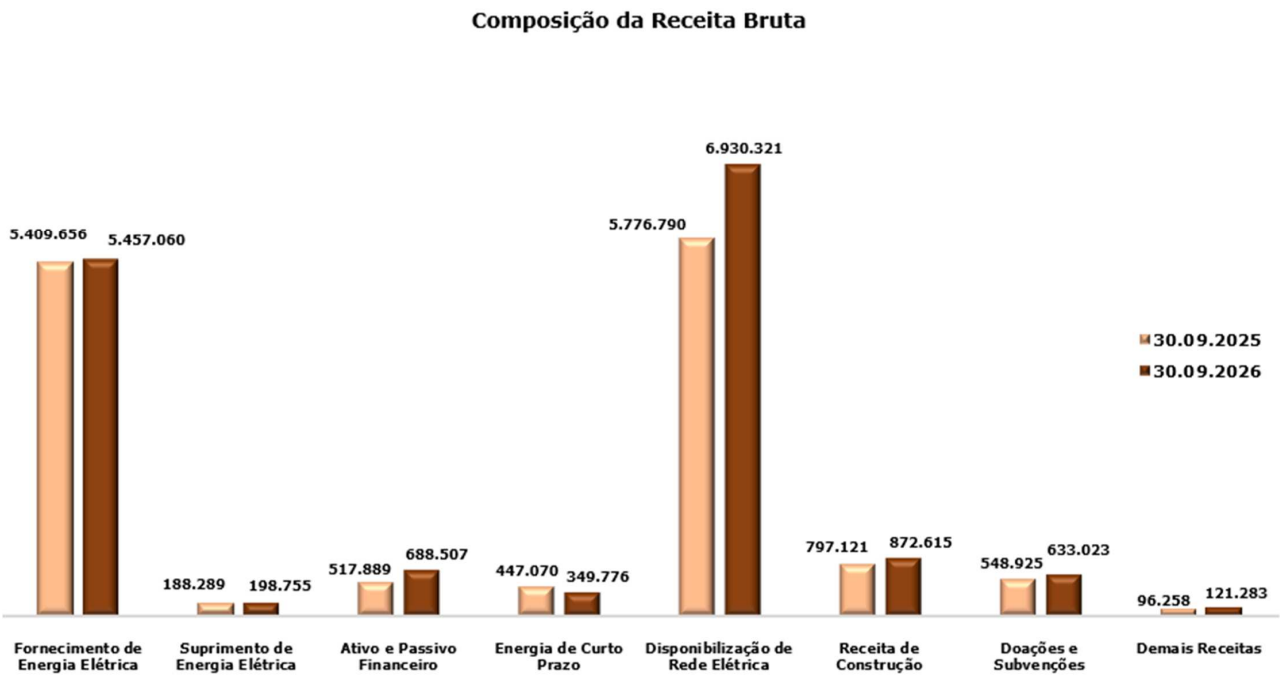
Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A Receita Operacional Líquida (ROL) da Celesc D acompanhou a variação da ROB, apresentando crescimento de 6,5%, ao passar de R$8,7 bilhões no terceiro trimestre de 2025 para R$9,3 bilhões no mesmo período de 2026.

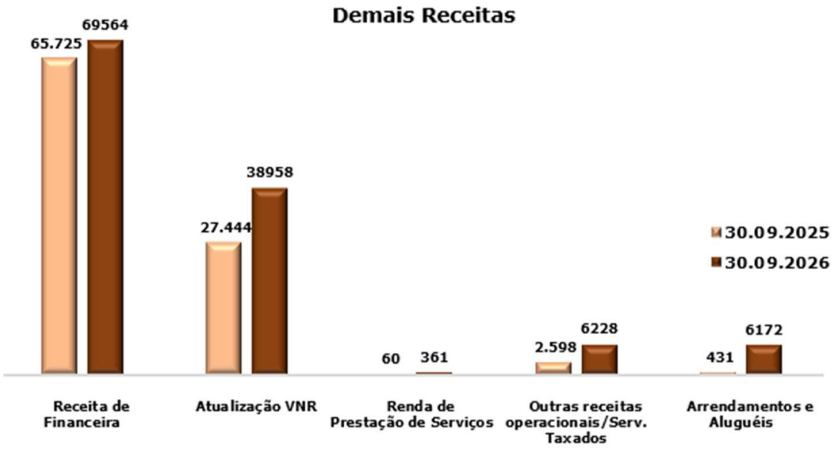
Adicionalmente, na Celesc G, a ROB aumentou 13,5%, em virtude, principalmente do crescimento de 6,3% na receita de suprimento de energia e 50,8% na receita de fornecimento de energia. Outros destaques são as receitas provenientes dos Serviços de Operação e Manutenção UFV (R$360 mil; +502,5%) e Arrendamentos e Aluguéis UFV (R$6,2 milhões; + 1328,8%). O aumento é proveniente de contrato firmado com a Secretaria de Estado da Educação (SED) do Estado de Santa Catarina, para usufruto de usinas fotovoltaicas de geração distribuída para compensação da energia elétrica consumida. A ROL cresceu proporcionalmente, à ROB (13,5%, saindo de R$163,4 milhões no terceiro trimestre de 2025 para R$185,5 milhões no mesmo período de 2026).







Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



9.2. Deduções da Receita

O aumento de 17,8% nas deduções está, principalmente, relacionado ao recolhimento dos tributos vinculados à ROB (aumento proporcional de 13,2% no recolhimento de ICMS, PIS e COFINS), na Celesc D, e ao aumento de R$491,8 milhões evidenciado nos encargos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Há ainda, o aumento proporcional dos encargos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), que são calculados com a alíquota de 1% sobre a ROL.

Houve, ainda, até o terceiro trimestre a contabilização de R$37,7 milhões de encargos sobre bandeiras tarifárias, refletindo um aumento de 26,0% em relação a 2025. Vale ressaltar que, os encargos de bandeira tarifária não são um custo para a distribuidora de energia, mas sim uma forma de repassar ao consumidor os custos variáveis na geração de eletricidade. A distribuidora atua como intermediária nesse processo, coletando o valor adicional na conta de luz e o repassando para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), que é administrada pela CCEE sob a fiscalização da ANEEL.

9.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais consolidados da Companhia apresentaram aumento de 5,4% no terceiro trimestre de 2026, em comparação ao mesmo período de 2025, refletindo, principalmente, o crescimento dos custos com energia elétrica, dos custos operacionais e das despesas com pessoal.

9.3.1. Custos

Os custos com energia elétrica apresentaram aumento de 5,3% no terceiro trimestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025, influenciados, principalmente, pela elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Nos nove meses de 2026, o PLD variou entre R$123,74 e R$425,57, enquanto, no mesmo período de 2025, os preços oscilaram entre R$59,21 e R$332,56, refletindo um ambiente de preços mais elevados no exercício corrente. Em termos médios, o PLD atingiu R$239,71 no terceiro trimestre de 2026, frente à média de R$213,03 registrada no mesmo período de 2025.

Na Celesc D, a energia elétrica comprada para revenda apresentou aumento de 1,6%, correspondendo a um acréscimo de R$64,9 milhões. Adicionalmente, os encargos de uso da rede elétrica cresceram 15,8%, representando aumento de R$237,5 milhões, com destaque para os custos de Transporte de Energia da

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Rede Básica, que aumentaram R$202,7 milhões, e Outros Encargos de Uso da Rede Elétrica, com elevação de R$30,5 milhões.

Na Celesc G, os custos com energia aumentaram R$4,5 milhões, influenciados principalmente pelo crescimento de 17,2% nos custos de energia comprada para revenda (convencional) e de 24,9% na energia adquirida na CCEE, em comparação ao terceiro trimestre de 2025.

Em 20 de julho de 2026, em decorrência da alienação da participação societária da DFESA, a Celesc G celebrou instrumento de cessão e 3º aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, transferindo à Gerdau S.A., sem pagamento de contrapartida, a totalidade dos direitos e obrigações relativos ao contrato, encerrando sua participação contratual a partir dessa data. Em razão da cessão, a Celesc G passou a adquirir energia elétrica no mercado, por meio de contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, para cumprir os compromissos de venda de energia anteriormente lastreados no contrato com a DFESA. No terceiro trimestre de 2026, foram adquiridos 29.150,40 MWh, ao custo total de R$6,4 milhões. Essas aquisições contribuíram para o aumento dos custos de energia elétrica no período.

Os custos operacionais consolidados apresentaram crescimento de 14,4% no período.

Na Celesc D, o aumento foi de 14,4%, influenciado principalmente pela elevação dos custos de construção, que passaram de R$797,1 milhões para R$872,6 milhões, representando um aumento de 9,5%. Além disso, os custos com pessoal cresceram 20,7%. Esse acréscimo decorre, substancialmente, do reconhecimento contábil do novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI), aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de janeiro de 2026, cujo montante reconhecido foi de R$83,2 milhões em fevereiro de 2026.

Contribuiu também para a variação dos custos operacionais o aumento das amortizações decorrentes da expansão dos investimentos realizados pela Celesc D, os quais são reconhecidos entre ativo intangível e ativo financeiro, conforme a natureza societária dos ativos, em decorrência da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na Celesc G, os custos operacionais aumentaram R$2,3 milhões, principalmente em função da entrada em operação e consequente imobilização de ativos ocorrida no último trimestre de 2025, elevando as despesas de depreciação no período.

9.3.2. Despesas Operacionais, Outras Receitas e Despesas, Equivalência Patrimonial

As despesas operacionais consolidadas, incluindo outras despesas, deduzindo-se outras receitas e o resultado de equivalência patrimonial, passaram de R$467,2 milhões no terceiro trimestre de 2025 para R$361,8 milhões no mesmo período de 2026, representando uma redução de 22,6%.

As despesas com vendas apresentaram redução de 15,1%, em razão, principalmente, da redução da despesa com perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber, que reduziu de R$145,9 milhões no terceiro trimestre de 2025 para R$112,0 milhões no mesmo período de 2026. As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram 1,0%.

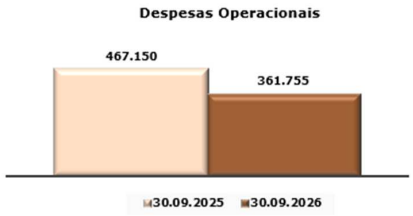
Em junho de 2026, a Celesc D, reconheceu como receita R$23,0 milhões referente ao valor principal do crédito previdenciário decorrente da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), da inexigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre o terço constitucional de férias, o abono pecuniário de férias e os primeiros 15 dias de afastamento por incapacidade, abrangendo a contribuição patronal, o SAT/RAT e as contribuições destinadas a terceiros.

No terceiro trimestre de 2026, o resultado de equivalência patrimonial totalizou R$37,6 milhões, em comparação a R$40,9 milhões no mesmo período de 2025, representando uma redução de 8,0%, decorrente, principalmente, das alienações de investimentos realizadas pela Companhia, incluindo participações vinculadas à Celesc G.

Adicionalmente, na Celesc G as alienações de investimentos impactaram o grupo de outras receitas

operacionais, que apresentou redução de 83,2% em relação ao terceiro trimestre de 2025. Em 2025, foram alienadas as participações na Rio das Flores e na EDP Aliança Transmissão, pelos montantes de R$16,8 milhões e R$67,9 milhões, respectivamente. Em 2026, foi realizada a alienação da participação na Rondinha Energética, no montante de R$14,2 milhões.

No terceiro trimestre de 2026, a Companhia concluiu a alienação de sua participação de 23,03% na Companhia Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, pelo valor final de R$153,9 milhões. A operação resultou no reconhecimento de ganho de R$117,8 milhões, antes dos efeitos tributários, registrado em outras receitas operacionais, contribuindo, de forma significativa para o resultado do período.







9.4. Resultado Financeiro

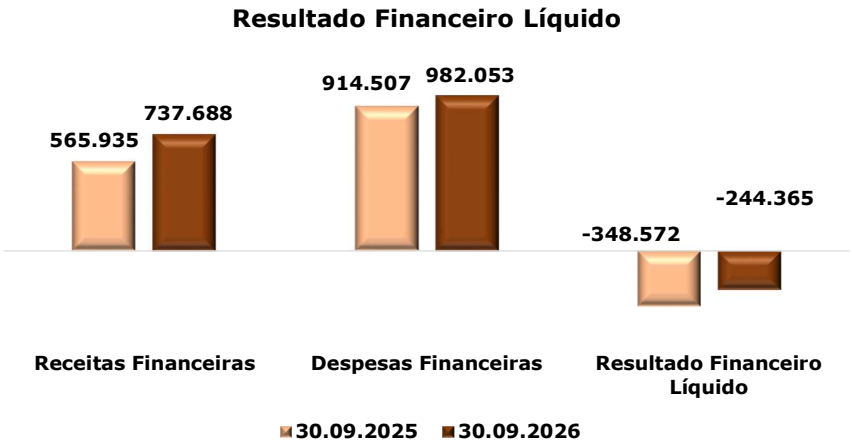
O resultado financeiro consolidado foi negativo em R$244,4 milhões no período encerrado em 30 de setembro de 2026, representando uma redução de 29,9% do resultado financeiro negativo de R$348,6 milhões apurado no mesmo período de 2025. Apesar do resultado negativo, a melhora observada nos períodos analisados, decorre do aumento expressivo nas receitas financeiras de juros e multa sobre as faturas (R$40,6 milhões, +33,8%) e atualização monetária do Ativo Financeiro Setorial (R$67,9 milhões, +118,9%), na Celesc D.

Esse desempenho decorre, principalmente, do incremento das ações de cobrança e da intensificação das negociações para regularização de débitos. No exercício de 2026, novas medidas de recuperação de crédito, incluindo a intensificação das negociações com consumidores inadimplentes e a regularização dos processos de cobrança, verificou-se incremento na arrecadação desses créditos, acompanhado do reconhecimento de juros e demais encargos financeiros previstos contratualmente. Dessa forma, a receita financeira apresentou crescimento em relação ao período anterior, refletindo tanto o maior volume de créditos em recuperação quanto a efetividade das ações de cobrança implementadas pela Celesc D.

Em junho de 2026, a Celesc D reconheceu R$21,0 milhões de atualização monetária referente a atualização do crédito previdenciário decorrente da decisão proferida pelo STJ. No terceiro trimestre, houve R$900 mil de atualização monetária deste valor.

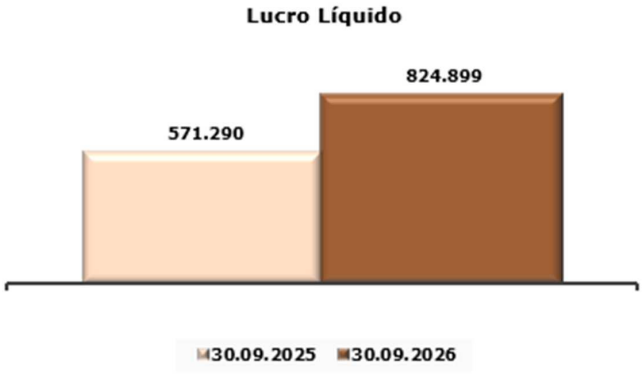
Adicionalmente, a Celesc D mantém operação de swap contratada para proteção (hedge) das 6ª e 7ª Emissões de Debêntures. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos resultaram em receita financeira de R$330,2 milhões (R$143,0 milhões em receitas com derivativos e R$187,2 milhões em marcação a mercado/MTM) e despesa financeira de R$345,3 milhões (R$151,8 milhões em despesas com derivativos e R$193,5 milhões em marcação a mercado), gerando impacto líquido negativo de R$15,1 milhões no resultado financeiro do período. No período de janeiro a setembro de 2025, o efeito líquido dessas operações havia sido negativo em R$14,2 milhões.

Na Celesc G, o resultado financeiro do terceiro trimestre de 2026 foi positivo em R$13,1 milhões, em comparação ao resultado positivo de R$5,3 milhões apurado no mesmo período de 2025. Esse desempenho decorre, principalmente, do reconhecimento de receitas de juros sobre o contrato de mútuo firmado com a Celesc D. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, entretanto, essas receitas são eliminadas por se tratar de transações entre empresas do mesmo grupo econômico.



9.5. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no terceiro trimestre de 2026, um Lucro Líquido de R$824,9 milhões, representando um aumento de 44,4% se comparado ao mesmo período de 2025, cujo valor foi de R$571,3 milhões.



9.6. EBITDA

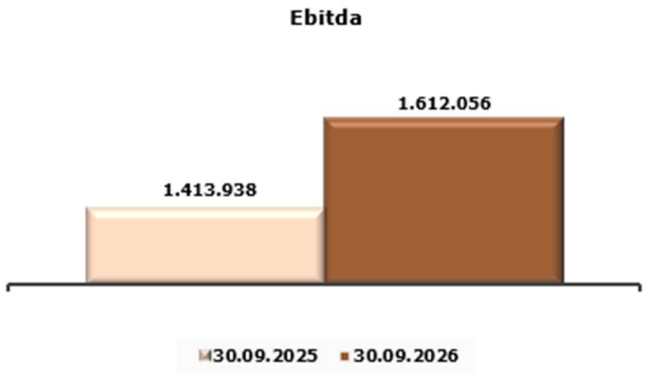
A Companhia divulga o EBITDA e o utiliza para medir o seu desempenho. Ele tem como base os valores apresentados nas demonstrações financeiras, não sendo excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

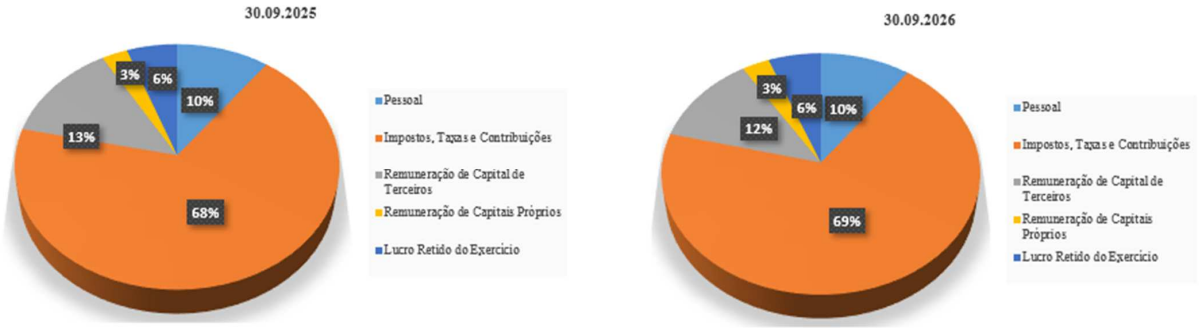
		Consolidado
Conciliação do EBITDA (R$/mil)	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Lucro Líquido	824.899	571.290
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	231.272	211.926
Resultado Financeiro	244.365	348.572
Depreciação e Amortização	311.520	282.150
EBITDA	**1.612.056**	**1.413.938**

O EBITDA no terceiro trimestre de 2026, atingiu o valor de R$1.612,1 milhão, aproximadamente, 14,01% superior ao mesmo período de 2025, que foi de R$1.413,9 milhão.



9.7. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração do Capital de Terceiros" e "Remuneração do Capital Próprio", permanecendo uma parte como "Lucro Retido do Exercício", nas seguintes proporções:



9.8. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

		Consolidado
Índices	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Liquidez Geral	0,87	0,83
Liquidez Corrente	1,21	1,23
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio	19,74%	14,99%
Endividamento Geral	71,17%	70,76%

No Balanço Patrimonial Consolidado de 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R$825,9 milhões, com um índice de 1,21.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

10. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

O indicador de inadimplência mede a proporção da receita faturada que não foi efetivamente recebida em determinado período. Seu cálculo considera a razão entre o valor total de inadimplência apurado e a Receita Operacional Bruta acumulada proveniente do fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia, disponibilização da rede elétrica e serviços taxados no mesmo período. Essa metodologia proporciona uma análise precisa das variações percentuais da inadimplência em relação à receita operacional.

Em 30 de setembro de 2026, a inadimplência de curto prazo — até 90 dias, período no qual se concentram a maior parte das ações de cobrança — apresentou redução de 2,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior, passando de 12,91% para 10,37%. Por sua vez, a inadimplência acima de 90 dias registrou leve redução de 0,14 ponto percentual, variando de 1,50% para 1,36%.

No consolidado, a inadimplência total, quando comparada ao ano anterior, apresentou redução de 0,22 ponto percentual, passando de 2,09% para 1,86% da Receita Faturada Bruta.

O cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

Indicador de Inadimplência até 90 dias: compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.
Indicador de Inadimplência acima de 90 dias: compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.
Indicador de Inadimplência Total: compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

As tabelas a seguir demonstram a evolução da inadimplência da Celesc D:

Inadimplência até de 90 dias

Classes	3T25		4T25		1T26		2T26		3T26		Variação
	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	3T26/2T26
Residencial	266.708	**7,65%**	267.154	**6,74%**	324.889	**7,19%**	277.886	**6,93%**	254.058	**6,31%**	-0,62 p.p.
Industrial	45.302	**1,30%**	44.341	**1,12%**	40.144	**0,89%**	38.570	**0,96%**	38.469	**0,95%**	-0,01 p.p.
Comercial	82.248	**2,36%**	79.742	**2,01%**	84.925	**1,88%**	84.158	**2,10%**	70.185	**1,74%**	-0,36 p.p.
Rural	23.542	**0,68%**	26.112	**0,66%**	29.803	**0,66%**	21.130	**0,53%**	20.663	**0,51%**	-0,02 p.p.
Poder Público	5.774	**0,17%**	8.144	**0,21%**	6.732	**0,15%**	5.161	**0,13%**	3.023	**0,08%**	0,05 p.p.
Iluminação Pública	286	**0,01%**	308	**0,01%**	187	**0,00%**	254	**0,01%**	792	**0,02%**	0,01 p.p.
Serviço Público	2.127	**0,06%**	455	**0,01%**	2.779	**0,06%**	400	**0,01%**	2.755	**0,07%**	0,06 p.p.
Suprimentos	1.449	**0,04%**	669	**0,02%**	201	**0,00%**	-	**0,00%**	-	**0,00%**	0,00 p.p.
Enc. Uso Rede Elétrica	14.430	**0,41%**	16.070	**0,41%**	16.333	**0,36%**	15.110	**0,38%**	19.025	**0,47%**	0,09 p.p.
Diversos Créditos	3.171	**0,09%**	2.490	**0,06%**	1.668	**0,04%**	2.481	**0,06%**	3.211	**0,08%**	0,02 p.p.
Serviço Taxado	315	**0,01%**	700	**0,02%**	596	**0,01%**	603	**0,02%**	951	**0,02%**	0,00 p.p.
Participação Financeira	4.647	**0,13%**	6.166	**0,16%**	9.383	**0,21%**	5.458	**0,14%**	4.644	**0,12%**	-0,02 p.p.
Total	**449.999**	**12,91%**	**452.351**	**11,41%**	**517.640**	**11,45%**	**451.211**	**11,26%**	**417.776**	**10,37%**	**-0,89 p.p.**
ROB Acumulada do 1º ao 3º mês em R$/Mil	**3.486.037**		**3.964.163**		**4.520.197**		**4.007.511**		**4.029.302**		

Inadimplência acima de 90 dias

Classes	3T25		4T25		1T26		2T26		3T26		Variação
	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	3T26/2T26
Residencial	509.925	**0,80%**	493.283	**0,77%**	489.486	**0,76%**	504.051	**0,76%**	500.307	**0,74%**	-0,02 p.p.
Industrial	115.573	**0,18%**	112.438	**0,18%**	112.860	**0,17%**	114.090	**0,17%**	113.513	**0,17%**	0,00 p.p.
Comercial	213.120	**0,34%**	205.917	**0,32%**	202.498	**0,31%**	206.212	**0,31%**	212.506	**0,32%**	0,01 p.p.
Rural	35.093	**0,06%**	31.958	**0,05%**	31.753	**0,05%**	30.241	**0,05%**	28.681	**0,04%**	-0,01 p.p.
Poder Público	9.207	**0,01%**	4.195	**0,01%**	2.706	**0,00%**	2.564	**0,00%**	2.165	**0,00%**	0,00 p.p.
Iluminação Pública	613	**0,00%**	223	**0,00%**	387	**0,00%**	388	**0,00%**	229	**0,00%**	0,00 p.p.
Serviço Público	7.641	**0,01%**	1.785	**0,00%**	827	**0,00%**	402	**0,00%**	449	**0,00%**	0,00 p.p.
Suprimentos	1.061	**0,00%**	1.940	**0,00%**	1.197	**0,00%**	1.197	**0,00%**	-	**0,00%**	0,00 p.p.
Enc. Uso Rede Elétrica	9.820	**0,02%**	11.067	**0,02%**	10.976	**0,02%**	12.252	**0,02%**	15.353	**0,02%**	0,00 p.p.
Diversos Créditos	28.678	**0,05%**	27.661	**0,04%**	23.587	**0,04%**	25.589	**0,04%**	24.644	**0,04%**	0,00 p.p.
Serviço Taxado	4.198	**0,01%**	4.052	**0,01%**	7.200	**0,01%**	3.884	**0,01%**	3.749	**0,01%**	0,00 p.p.
Participação Financeira	14.786	**0,02%**	15.706	**0,02%**	17.747	**0,03%**	19.182	**0,03%**	12.026	**0,02%**	-0,01 p.p.
Total	**949.715**	**1,50%**	**910.225**	**1,42%**	**901.224**	**1,39%**	**920.052**	**1,38%**	**913.622**	**1,36%**	**-0,02 p.p.**
ROB Acumulada do 4º ao 60º mês em R$/Mil	**63.525.985**		**64.009.710**		**64.683.034**		**66.470.818**		**67.361.585**		

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

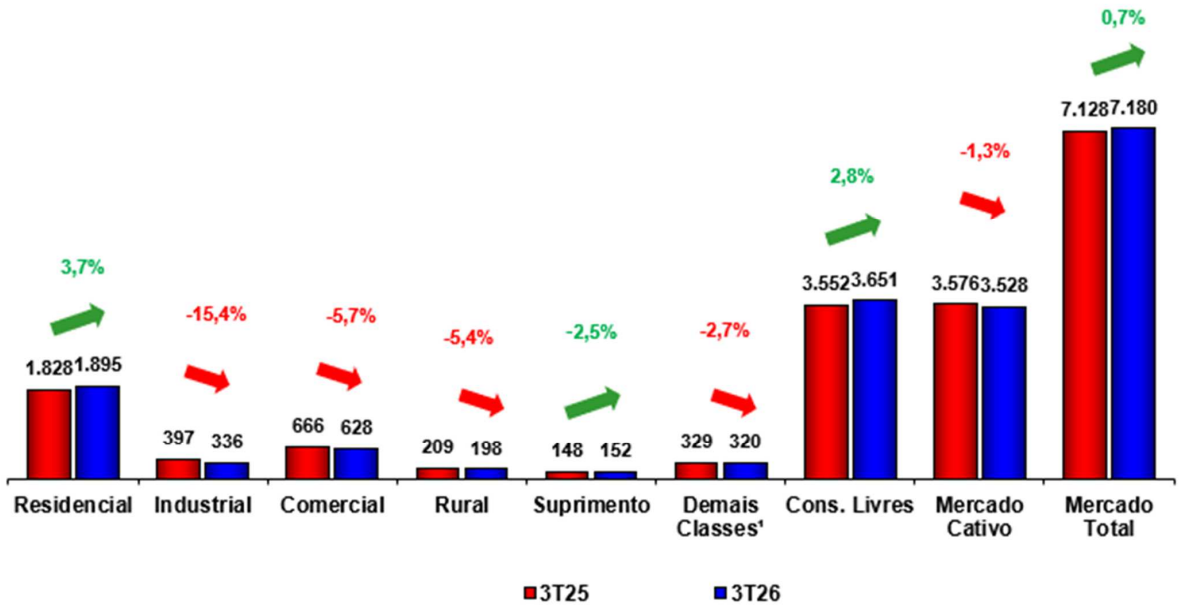
Classes	Inadimplência Total										
	3T25		4T25		1T26		2T26		3T26		
	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	R$/Mil	% ROB	Variação 3T26/2T26
Residencial	776.633	**1,16%**	760.437	**1,12%**	814.376	**1,18%**	781.938	**1,11%**	754.365	**1,06%**	-0,05 p.p.
Industrial	160.875	**0,24%**	156.779	**0,23%**	153.004	**0,22%**	152.660	**0,22%**	151.982	**0,21%**	-0,01 p.p.
Comercial	295.368	**0,44%**	285.660	**0,42%**	287.424	**0,42%**	290.370	**0,41%**	282.691	**0,40%**	-0,01 p.p.
Rural	58.635	**0,09%**	58.070	**0,09%**	61.556	**0,09%**	51.372	**0,07%**	49.344	**0,07%**	0,00 p.p.
Poder Público	14.981	**0,02%**	12.338	**0,02%**	9.438	**0,01%**	7.725	**0,01%**	5.188	**0,01%**	0,00 p.p.
Iluminação Pública	899	**0,00%**	531	**0,00%**	575	**0,00%**	642	**0,00%**	1.021	**0,00%**	0,00 p.p.
Serviço Público	9.768	**0,01%**	2.240	**0,00%**	3.607	**0,01%**	802	**0,00%**	3.204	**0,00%**	0,00 p.p.
Suprimentos	2.510	**0,00%**	2.608	**0,00%**	1.398	**0,00%**	1.197	**0,00%**	-	**0,00%**	0,00 p.p.
Enc. Uso Rede Elétrica	24.250	**0,04%**	27.137	**0,04%**	27.309	**0,04%**	27.362	**0,04%**	34.378	**0,05%**	0,01 p.p.
Diversos Créditos	31.849	**0,05%**	30.151	**0,04%**	25.255	**0,04%**	28.070	**0,04%**	27.855	**0,04%**	0,00 p.p.
Serviço Taxado	4.513	**0,01%**	4.752	**0,01%**	7.796	**0,01%**	4.487	**0,01%**	4.700	**0,01%**	0,00 p.p.
Participação Financeira	19.433	**0,03%**	21.872	**0,03%**	27.130	**0,04%**	24.641	**0,03%**	16.669	**0,02%**	-0,01 p.p.
Total	**1.399.714**	**2,09%**	**1.362.575**	**2,00%**	**1.418.868**	**2,05%**	**1.371.266**	**1,95%**	**1.331.397**	**1,86%**	**-0,09 p.p.**
ROB Acumulada do 1º ao 60º mês em R$/Mil	**67.012.022**		**67.973.873**		**69.203.231**		**70.478.329**		**71.390.887**		

11. BALANÇO ENERGÉTICO

No terceiro trimestre de 2026, o mercado cativo da Celesc D apresentou uma retração de 1,3%, comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 3.528 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, houve crescimento no consumo de energia elétrica, nesse caso, de 0,7%, atingindo 7.180 GWh.

O consumo livre na área de concessão da Celesc D aumentou 2,8%, passando de 3.552 GWh para 3.651 GWh, comparando os períodos analisados.

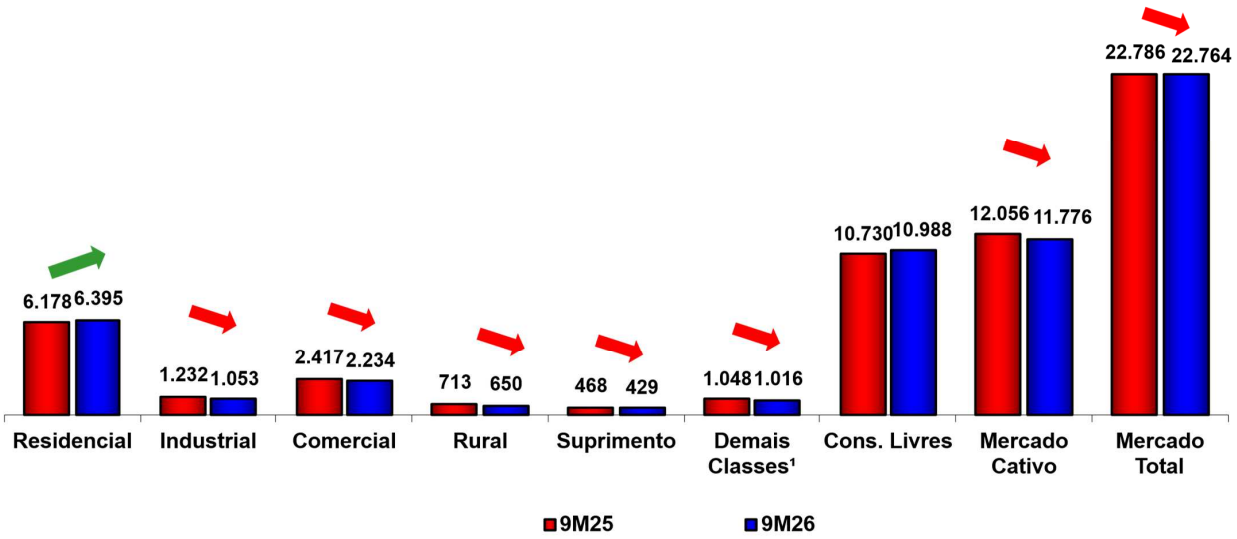
No gráfico, a seguir, podem ser observados os valores de consumo em GWh de cada classe no mercado cativo, bem como do mercado total do trimestre:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Adicionalmente, o gráfico abaixo apresenta a mesma relação, contudo, considerando valores acumulados até o terceiro trimestre:



12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

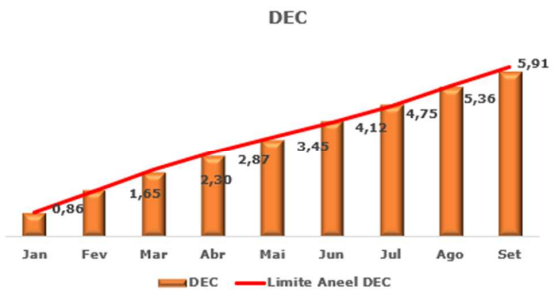
Descrição	2026		2025		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	3º Trim 2026	Acum 2026	3º Trim 2025	Acum 2025	3º Trim 26-25	Acum 26-25
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R$ mil										
Residencial	1.659.085	5.463.853	1.519.399	4.843.470	53,6%	54,4%	51,6%	52,5%	9,2%	12,8%
Industrial	364.208	1.055.070	354.086	1.018.642	11,8%	10,5%	12,0%	11,1%	2,9%	3,6%
Comercial	620.345	2.107.055	612.007	2.032.680	20,0%	21,0%	20,8%	22,1%	1,4%	3,7%
Rural	182.081	586.596	188.957	560.061	5,9%	5,8%	6,4%	6,1%	-3,6%	4,7%
Poder Público	103.307	338.112	98.982	298.011	3,3%	3,4%	3,4%	3,2%	4,4%	13,5%
Iluminação Pública	73.904	216.826	77.058	192.068	2,4%	2,2%	2,6%	2,1%	-4,1%	12,9%
Seviço Público	47.748	149.761	54.931	157.558	1,5%	1,5%	1,9%	1,7%	-13,1%	-4,9%
Suprimento	45.174	120.876	40.812	114.879	1,5%	1,2%	1,4%	1,2%	10,7%	5,2%
TOTAL	**3.095.852**	**10.038.149**	**2.946.232**	**9.217.369**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**5,1%**	**8,9%**
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.895.381	6.394.526	1.827.964	6.178.254	53,7%	54,3%	51,1%	51,2%	3,7%	3,5%
Industrial	335.538	1.053.005	396.528	1.232.032	9,5%	8,9%	11,1%	10,2%	-15,4%	-14,5%
Comercial	627.799	2.234.021	665.569	2.416.535	17,8%	19,0%	18,6%	20,0%	-5,7%	-7,6%
Rural	197.702	649.543	209.034	713.482	5,6%	5,5%	5,8%	5,9%	-5,4%	-9,0%
Poder Público	116.153	395.971	112.795	387.258	3,3%	3,4%	3,2%	3,2%	3,0%	2,2%
Iluminação Pública	146.520	436.347	148.653	446.325	4,2%	3,7%	4,2%	3,7%	-1,4%	-2,2%
Serviço Público	57.402	183.853	67.343	214.395	1,6%	1,6%	1,9%	1,8%	-14,8%	-14,2%
Suprimento	151.691	428.695	147.956	467.772	4,3%	3,6%	4,1%	3,9%	2,5%	-8,4%
TOTAL	**3.528.186**	**11.775.961**	**3.575.842**	**12.056.053**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**-1,3%**	**-2,3%**

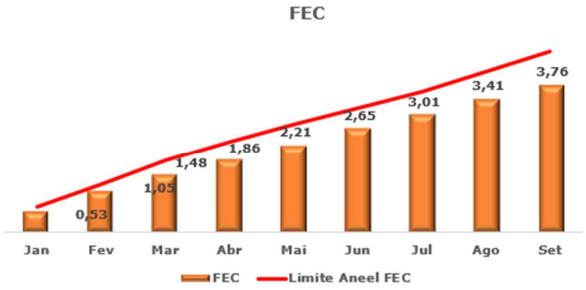
Excluindo consumo próprio.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

13. INDICADORES DE RESILIÊNCIA DA REDE

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D acumulado no terceiro trimestre de 2026 foi de 5,91 horas, o que equivale a 97,0% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório, que é de 6,09. No mesmo período, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC foi de 3,76, o que representou 81,0% do limite regulatório estabelecido, que é de 4,64.





14. PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBITDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória – QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBITDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória – QRR.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

- Conforme Nota Técnica ANEEL nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022, as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DEC[1]	FEC[1]	DEC	FEC	
2023	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR[2]} <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido
2024	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,40	7,29	8,71	5,85	Atendido
2025	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,17	7,09	8,38	5,30	Atendido

[1] DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.
[2] QRR – Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira.

15. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 77: "A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado".

16. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 80, de 22 de março de 2022, anexo C, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG), com vigência até 15 de junho de 2027.

Florianópolis, 12 de novembro de 2026.

A Administração

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**NE**	**30.09.2026**	**31.12.2025 (Reclassificado)**	**30.09.2026**	**31.12.2025 (Reclassificado)**
Circulante		**503.314**	**456.222**	**4.745.380**	**3.848.163**
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	70.898	77.708	475.621	418.813
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.587.172	2.723.359
IRPJ e CSLL a Recuperar	10.1	52.654	55.117	377.484	144.088
Tributos a Recuperar	10.2	333	-	246.293	205.994
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	11	378.517	322.901	10.648	14.292
Ativo Financeiro setorial	12	-	-	586.053	-
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	12.2	-	-	47.436	45.542
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	13.3	-	-	20.786	19.956
Outros	20	912	496	393.887	276.119
Não Circulante		**4.430.810**	**3.808.554**	**10.473.474**	**9.982.868**
Realizável a Longo Prazo		**63.823**	**88.194**	**4.714.405**	**4.408.816**
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	11.859	21.672
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	128.967	69.258
Tributos Diferidos	16	-	-	562.871	560.035
Tributos a Recuperar	10.2	-	-	228.055	302.084
Depósitos Judiciais	28	63.615	87.986	400.668	392.626
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	13	-	-	1.537.356	1.237.107
Ativo Financeiro setorial	12	-	-	236.407	273.140
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	12.2	-	-	348.771	339.113
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	13.3	-	-	158.728	154.241
Ativo de Contrato	14	-	-	1.078.330	1.037.521
Outros	20	208	208	22.393	22.019
Investimentos	17	**4.366.968**	**3.720.171**	**275.906**	**314.579**
Imobilizado	18	**19**	**189**	**222.125**	**218.574**
Intangível	19	**-**	**-**	**5.261.038**	**5.040.899**
Total do Ativo		**4.934.124**	**4.264.776**	**15.218.854**	**13.831.031**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**NE**	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Circulante		**503.312**	**287.428**	**3.919.520**	**2.952.505**
Fornecedores	21	787	1.019	969.895	1.002.149
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	341.212	296.582
Debêntures	23	-	-	790.217	176.656
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	72.368	90.607
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	2.772	2.288	280.008	228.829
IRPJ e CSLL a Recolher	26	3.838	3.958	229.790	21.615
Demais Tributos a Recolher	26	17.403	14.990	315.912	330.696
Dividendos e JCP Declarados	32.3	476.152	261.382	476.152	261.382
Taxas Regulamentares	27	-	-	48.098	71.723
Passivo de Arrendamento	18	20	190	6.078	2.863
Benefícios a Empregados	29	-	-	153.963	153.963
Passivo Financeiro Setorial	12	-	-	-	80.584
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	23.490	58.483
Outros	31	2.340	3.601	212.337	176.373
Não Circulante		**43.108**	**8.883**	**6.911.630**	**6.910.061**
Tributos a Recolher	26	-	-	7.795	15.123
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	2.130.203	1.561.793
Debêntures	23	-	-	2.454.864	2.970.715
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	-	-	14.738	2.917
Tributos Diferidos	16	-	-	118.767	111.200
Taxas Regulamentares	27	-	-	106.380	81.516
Passivo de Arrendamento	18	-	-	13.780	10.250
Provisão para Contingências	28	43.108	8.883	302.874	307.482
Benefícios a Empregados	29	-	-	1.561.877	1.579.411
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	194.358	269.654
Outros	31	-		5.994	-
Patrimônio Líquido	**32**	**4.387.704**	**3.968.465**	**4.387.704**	**3.968.465**
Capital Social	32.1	2.600.000	2.480.000	2.600.000	2.480.000
Reservas de Capital	32.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	32.2	2.548.153	2.548.038	2.548.153	2.548.038
Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.4	(1.232.065)	(1.231.656)	(1.232.065)	(1.231.656)
Lucros Acumulados		471.300	-	471.300	-
Reservas à disposição dos Acionistas	32	-	171.767	-	171.767
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**4.934.124**	**4.264.776**	**15.218.854**	**13.831.031**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora			
		Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
		01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Receita Operacional Líquida – ROL	**33**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custos de Vendas / Serviços Prestados	**33**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro Bruto		**-**	**-**	**-**	**-**
Despesas Operacionais		**275.781**	**829.571**	**171.868**	**574.898**
Despesas Gerais e Administrativas	33	(9.240)	(27.734)	(7.430)	(24.861)
Outras Receitas	33	122.429	132.075	4.772	14.059
Outras Despesas	33	(34.440)	(38.525)	(492)	(2.564)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	17	197.032	763.755	175.018	588.264
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**275.781**	**829.571**	**171.868**	**574.898**
Resultado Financeiro	**33**	**6.190**	**(834)**	**(1.236)**	**(2.164)**
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		**281.971**	**828.737**	**170.632**	**572.734**
IRPJ e CSLL	**16**	**(3.838)**	**(3.838)**	**(516)**	**(1.444)**
Corrente		(3.838)	(3.838)	(516)	(1.444)
Diferido		-	-	-	-
Lucro Líquido do Período		**278.133**	**824.899**	**170.116**	**571.290**
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Período (expresso em R$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	**32**				
Ações Ordinárias Nominativas		6,8043	20,1805	4,1618	13,9762
Ações Preferenciais Nominativas		7,4847	22,1985	4,5779	15,3738
Resultado Diluído por Ação	**32**				
Ações Ordinárias Nominativas		6,8043	20,1805	4,1618	13,9762
Ações Preferenciais Nominativas		7,4847	22,1985	4,5779	15,3738

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Consolidado			
		Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
		01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Receita Operacional Líquida – ROL	**33**	**2.929.436**	**9.427.816**	**2.962.903**	**8.839.976**
Custos de Vendas / Serviços Prestados	**33**	**(2.433.967)**	**(7.765.525)**	**(2.498.293)**	**(7.241.038)**
Lucro Bruto		**495.469**	**1.662.291**	**464.610**	**1.598.938**
Despesas Operacionais		**(69.034)**	**(361.755)**	**(140.609)**	**(467.150)**
Despesas com Vendas	33	(31.821)	(86.735)	(30.913)	(88.057)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	33	(32.578)	(111.957)	(18.627)	(145.906)
Despesas Gerais e Administrativas	33	(170.287)	(517.953)	(183.412)	(523.204)
Outras Receitas	33	211.123	418.526	98.132	291.214
Outras Despesas	33	(56.669)	(101.230)	(16.659)	(42.061)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	17	11.198	37.594	10.870	40.864
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**426.435**	**1.300.536**	**324.001**	**1.131.788**
Resultado Financeiro	**33**	**(94.698)**	**(244.365)**	**(107.495)**	**(348.572)**
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		**331.737**	**1.056.171**	**216.506**	**783.216**
IRPJ e CSLL	**16**	**(53.604)**	**(231.272)**	**(46.390)**	**(211.926)**
Corrente		(51.433)	(226.542)	(19.361)	(104.785)
Diferido		(2.171)	(4.730)	(27.029)	(107.141)
Lucro Líquido do Período		**278.133**	**824.899**	**170.116**	**571.290**
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Período (expresso em R$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	**32**				
Ações Ordinárias Nominativas		6,8043	20,1805	4,1618	13,9762
Ações Preferenciais Nominativas		7,4847	22,1985	4,5779	15,3738
Resultado Diluído por Ação	**32**				
Ações Ordinárias Nominativas		6,8043	20,1805	4,1618	13,9762
Ações Preferenciais Nominativas		7,4847	22,1985	4,5779	15,3738

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora/Consolidado			
		Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
		01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Lucro Líquido do Período	**32**	**278.133**	**824.899**	**170.116**	**571.290**
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		**-**	**-**	**(20.310)**	**(20.310)**
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Remensuração do Passivo de Benefício Definido, Líquido de Tributos		**-**	**-**	(20.310)	(20.310)
Resultado Abrangente do Período		**278.133**	**824.899**	**149.806**	**550.980**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora/Consolidado

Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Outras Reservas de Lucro	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**2.480.000**	**316**	**351.611**	**2.196.427**	**171.767**	**11.782**	**(1.106.177)**	**(137.261)**	**-**	**3.968.465**
Juros sobre Capital Próprio	32.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(354.008)	**(354.008)**
Dividendos	32.3	-	-	-	-	(51.767)	-	-	-	-	**(51.767)**
Reversão Dividendos e JCP Prescritos		-	-	-	115	-	-	-	-	-	**115**
Lucro Líquido do Período	32	-	-	-	-	-	-	-	-	824.899	**824.899**
Realização do Custo Atribuído	32.6	-	-	-	-	-	(409)	-	-	409	-
Aumento de Capital Social	32.1	120.000	-	-	-	(120.000)	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2026		**2.600.000**	**316**	**351.611**	**2.196.542**	**-**	**11.373**	**(1.106.177)**	**(137.261)**	**471.300**	**4.387.704**

Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Outras Reservas de Lucro	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**2.480.000**	**316**	**315.136**	**1.958.512**	**77.290**	**12.339**	**(1.035.053)**	**(137.261)**	**-**	**3.671.279**
Juros sobre Capital Próprio	32.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(193.633)	**(193.633)**
Dividendos		-	-	-	-	(77.290)	-	-	-	-	**(77.290)**
Reversão Dividendos e JCP Prescritos		-	-	-	98	-	-	-	-	-	**98**
Lucro Líquido do Período	32	-	-	-	-	-	-	-	-	571.290	**571.290**
Realização do Custo Atribuído	32.5	-	-	-	-	-	(420)	-	-	420	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.6	-	-	-	-	-	-	(20.310)	-	-	**(20.310)**
Saldos em 30 de setembro de 2025		**2.480.000**	**316**	**315.136**	**1.958.610**	**-**	**11.919**	**(1.055.363)**	**(137.261)**	**378.077**	**3.951.434**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	**NE**	**30.09.2026**	**30.09.2025**	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Lucro Líquido do Período		**824.899**	**571.290**	**824.899**	**571.290**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa Gerado (Aplicado) Pelas atividades operacionais		**(845.780)**	**(610.699)**	**1.084.884**	**1.076.316**
Depreciação e Amortização	18	1.648	1.655	311.520	282.150
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	18	-	-	50.662	63.447
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	17	(763.755)	(588.264)	(37.594)	(40.864)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	13.1	-	-	(38.958)	(27.444)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	13.1	-	-	1.870	2.546
Juros e Variações Monetárias		(3.714)	(4.927)	543.027	523.410
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	28	33.959	(20.607)	(11.719)	(138.817)
Despesas Atuariais	29	-	-	94.442	105.323
Ganho ou Perda na Alienação de Investimento		(117.756)	-	(117.756)	-
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	18	-	-	684	275
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	24	-	-	15.075	14.193
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	111.957	145.906
Atualização /Juros Bonificação Outorga	33.1	-	-	(48.218)	(45.572)
Atualização /Juros Indenização Usina Pery	33.1	-	-	(21.346)	(20.153)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		3.838	1.444	231.272	211.926
Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamentos – Líquido		-	-	(34)	(10)
(Aumento) Redução nos Ativos		**30.074**	**28.432**	**(761.673)**	**(661.194)**
Contas a Receber	9	-	-	47.611	(485.422)
Tributos a Recuperar		2.286	8.100	(165.736)	(38.354)
Depósitos Judiciais		28.204	20.526	16.484	49.272
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	(528.321)	(167.797)
Outras Variações nos Ativos		(416)	(194)	(131.711)	(18.893)
Aumento (Redução) nos Passivos		**(32.521)**	**(20.508)**	**(87.765)**	**(481.890)**
Fornecedores		(232)	(1.000)	(32.254)	(75.175)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		484	754	63.000	16.215
Tributos a Recolher		(31.512)	(20.312)	140.149	91.761
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(48.888)	(151.247)
Taxas Regulamentares		-	-	(8.312)	25.691
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(131.442)	(133.882)
Benefícios a Empregados		-	-	(111.976)	(130.597)
Bônus Itaipu		-	-	-	(52.574)
Outras Variações no Passivo		(1.261)	50	41.958	(72.082)
Juros Pagos	23.7	(9)	(726)	(411.707)	(97.779)
IR e CSLL Pagos		(4.927)	(7)	(227.478)	(320.815)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades Operacionais		**(28.264)**	**(32.218)**	**421.160**	**85.928**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Imobilizado	18	-	-	(4.834)	(26.248)
Adições Ativo Intangível		-	-	(160)	(144)
Adições Ativo de Contrato	14	-	-	(872.615)	(797.121)
Aumento de Capital em Investidas		(216.907)	(67.902)	-	-
Alienação de Investimentos		153.909	-	168.009	71.806
Dividendos e JCP Recebidos		240.618	253.731	28.180	51.045
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades de Investimento		**177.620**	**185.829**	**(681.420)**	**(700.662)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	1.141.317	22.430
Ingresso de Debêntures	23	-	-	-	508.307
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	(573.452)	(111.995)
Amortização de Derivativos	24	-	-	(86.714)	(54.428)
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(3.428)	(207.925)
Pagamento de JCP e Dividendos		(155.996)	(144.281)	(155.996)	(144.281)
Pagamento Passivo de Arrendamento	18	(170)	(187)	(4.659)	(6.810)
Caixa Líquido Proveniente (utilizado nas) Atividades de Financiamento		**(156.166)**	**(144.468)**	**317.068**	**5.298**
Aumento (Redução) Líquido (a) de Caixa e Equivalente de Caixa		**(6.810)**	**9.143**	**56.808**	**(609.436)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	**77.708**	**96.878**	**418.813**	**1.019.482**
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	**70.898**	**106.021**	**475.621**	**410.046**
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		**(6.810)**	**9.143**	**56.808**	**(609.436)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**NE**	**30.09.2026**	**30.09.2025**	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Receitas	**33**	**135.974**	**17.954**	**15.553.667**	**13.951.513**
Receita de Contrato com Clientes		-	-	14.341.032	12.954.967
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	877.609	820.629
Outras Receitas		135.974	17.954	446.983	321.823
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(111.957)	(145.906)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**33**	**(44.391)**	**(7.931)**	**(7.882.272)**	**(7.442.350)**
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(6.633.467)	(6.298.679)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(44.391)	(7.931)	(1.248.805)	(1.143.671)
Valor Adicionado Bruto		**91.583**	**10.023**	**7.671.395**	**6.509.163**
Depreciação, Amortização		(1.648)	(1.655)	(312.204)	(282.425)
Valor Adicionado Líquido Produzido		**89.935**	**8.368**	**7.359.191**	**6.226.738**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**789.991**	**608.482**	**821.761**	**643.066**
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	17	763.755	588.264	37.594	40.864
Receitas Financeiras	33	25.884	19.652	783.253	601.124
Outras Receitas		352	566	914	1.078
Valor Adicionado Total a Distribuir		**879.926**	**616.850**	**8.180.952**	**6.869.804**
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	**25**	**(18.611)**	**(16.624)**	**(809.314)**	**(698.980)**
Remuneração Direta		(17.143)	(15.255)	(559.164)	(449.750)
Benefícios		(629)	(620)	(222.462)	(221.307)
FGTS		(839)	(749)	(27.688)	(27.923)
Impostos, Taxas e Contribuições	**26**	**(35.913)**	**(28.126)**	**(5.562.518)**	**(4.694.432)**
Federais		(34.598)	(26.862)	(3.495.845)	(2.881.641)
Estaduais		-	-	(2.060.880)	(1.807.512)
Municipais		(1.315)	(1.264)	(5.793)	(5.279)
Remuneração de Capital de Terceiros	**33**	**(503)**	**(810)**	**(984.221)**	**(905.102)**
Juros		(422)	(777)	(975.690)	(898.381)
Aluguéis		(81)	(33)	(8.531)	(6.721)
Remuneração de Capitais Próprios	**32**	**(824.899)**	**(571.290)**	**(824.899)**	**(571.290)**
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(354.008)	(193.633)	(354.008)	(193.633)
Lucro Retido do Período		(470.891)	(377.657)	(470.891)	(377.657)
Valor Adicionado Distribuído		**(879.926)**	**(616.850)**	**(8.180.952)**	**(6.869.804)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc, Companhia ou Controladora, e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o Grupo) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Foi fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955. Em 29 de setembro de 2006, com o processo de desverticalização, as atividades de distribuição e geração de energia foram repassadas às suas subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração, respectivamente, constituídas como sociedades anônimas de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 13.570/2005.

Tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado e Integralizado em seu estatuto é de R$2,60 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Celesc, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

2.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 22 de julho de 1999, foi assinado o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamentava a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 9 de dezembro de 2015, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.721.404 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

Em 30 de setembro de 2026, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, todas em operação comercial. Também possui, em operação comercial, nove empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no Estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais dois empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no Estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 135,89MW, sendo 130,27MW referentes ao parque próprio, destes 116,27MW de fonte hídrica e 14MW de fonte solar, e 5,62MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

A Celesc G conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota de suas centrais geradoras. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053 (***)	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	09/11/2053 (***)	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	06/01/2053 (***)	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053 (***)	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	09/11/2053 (***)	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	03/06/2039 (***)	13,92	7,52	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Piraí	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
CGH Maruim	São José/SC	(*)	1,00	0,65	(**)
Total			**116,27**	**71,56**	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).
(**) Não se aplica.
(***) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
UFV Videira	Videira/SC	out/2024	1,00
UFV Capivari de Baixo/SC	Capivari de Baixo/SC	jun/2025	3,00
UFV Modelo II	Modelo/SC	out/2025	1,00
UFV Modelo III	Modelo/SC	out/2025	1,00
Total			**14,00**

c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	28/04/2046*	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	18/07/2048**	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			**12,58**	**6,98**		**5,62**	**3,11**

(*) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.
(**) A Resolução Homologatória nº 3.439/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão da usina listada.

2.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da CGH Caveiras

A CGH Caveiras, em operação desde 1949, está localizada no município de Lages/SC e possui capacidade instalada de 3,83 MW. O projeto de ampliação prevê um novo circuito de geração, contemplando canal de aproximação, tomada d'água, conduto forçado e casa de força com duas novas unidades geradoras do tipo turbina Francis simples. Com a ampliação, a usina chegará à capacidade instalada de 9,4 MW.

O projeto já possui a LAI – Licença Ambiental de Instalação, obtida junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o IMA e recebeu, em 25 de março de 2026, a Outorga para implantação, por meio da PORTARIA SNTEP/MME nº 3.118/2026.

A Outorga, que vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, também aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

A energia decorrente do projeto de ampliação foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2025/A-5, com tarifa atual de R$402,77/MWh pelo prazo de 20 anos. O restante da energia do empreendimento será destinado ao ambiente de comercialização livre.

No encerramento do terceiro trimestre de 2026, a Companhia encontra-se em etapa de contratação dos fornecimentos necessários à implantação do projeto.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC, possui 6,28 MW de potência instalada e está em operação desde 1914. O projeto de ampliação prevê novo circuito adutor, paralelo ao existente, a construção de uma nova casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, o que viabilizará incremento de 23MW à potência atual, totalizando a capacidade instalada em 29,28 MW.

Por ser uma usina que opera no regime de cotas, os procedimentos regulatórios para aprovação do Projeto de Ampliação seguem o PRORET 12.4 Ampliações em Instalações de Geração e a Portaria nº 418/2013 do Ministério de Minas e Energia (MME). Em 04 de março de 2026, o MME, por meio da Portaria nº 903, emitiu a Outorga do projeto de ampliação, permitindo a implantação do empreendimento.

Por meio da Portaria, foram definidos (i) o Custo de Gestão dos Ativos de Geração referente à ampliação (GAG Ampliação - inicial) no valor de R$ 43,7milhões/ano, na data-base de 1º de outubro de 2025; e (ii) a Tarifa Inicial da GAG Ampliação no valor R$ 403,87/MWh, considerando o acréscimo de 12,36MW médios de garantia física à data-base de 1º de outubro de 2025.

A Portaria emitida pelo MME também aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

A Companhia já possui financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No encerramento do terceiro trimestre de 2026, a Companhia encontra-se em etapa de contratação dos fornecimentos necessários à implantação do projeto.

c) Ampliação da Usina Cedros e Construção da CGH Pinhal

A Usina Cedros, localizada no município de Rio dos Cedros, possui potência instalada de 8,4 MW e está em operação desde 1949. Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de ampliação da geração por meio da instalação de nova unidade geradora na casa de força existente e possibilidade de aproveitamento energético na barragem do Pinhal, integrante do complexo da usina. Contudo, à época, o projeto não avançou em razão das incertezas relacionadas ao término das concessões.

Em 2023, foram contratadas a revisão dos estudos hidrológicos e as análises hidro energéticas, que indicaram a viabilidade da construção de uma CGH na barragem do Pinhal, com potência instalada de 400 kW, sendo uma unidade geradora do tipo Kaplan, bem como a instalação de nova unidade geradora de 10,2 MW na casa de força da Usina Cedros.

A consolidação do Projeto Básico do empreendimento, que está em andamento, subsidiará as avaliações e aprovações necessárias para a implantação da ampliação.

d) Ampliação da Usina Palmeiras, por meio da Construção da CGH Rio Bonito

A Usina Palmeiras, localizada no município de Rio dos Cedros, com potência instalada de 24,6 MW e em operação desde 1963, possui no seu complexo a barragem do Rio Bonito, responsável pela regularização das vazões do rio.

Estudos iniciados em 2010 avaliaram a ampliação do complexo por meio da motorização das vazões da barragem, porém os resultados não se mostraram viáveis à época. Em 2023, os estudos hidrológicos e hidro energéticos foram revisados e, em 2024 ocorreu a consolidação do projeto básico.

Em 2025, os estudos realizados e o detalhamento do projeto, incluindo estudo de motorização e arranjo geral do empreendimento, resultaram em uma configuração com potência instalada de 0,50 MW para o empreendimento.

No encerramento do terceiro trimestre de 2026, a Companhia havia enviado o Projeto Básico para a ANEEL, visando a emissão da DRS-PCH.

e) Aquisição de Projeto e Implantação da PCH Canoas

Em 2025, a Companhia adquiriu o projeto da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Canoas, a ser implantada entre os municípios de Curitibanos e São José do Cerrito, no Planalto Catarinense, com potência instalada prevista de 30 MW e investimento estimado em aproximadamente R$300,0 milhões.

O empreendimento, adquirido da multinacional norueguesa Statkraft Energias Renováveis, operará em cascata com a Usina Pery, também operada pela Companhia, o que permitirá um trabalho coordenado entre os ativos, otimizando a geração, os custos de manutenção e fortalecendo a segurança operacional.

O projeto já possui Licença Ambiental Prévia (LAP), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), e Documento de Registro e Seleção (DRS-PCH), concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A consolidação do Projeto Básico e os estudos para obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LAI) foram iniciados no primeiro trimestre de 2026 e permanecem em andamento no terceiro trimestre do corrente ano.

2.2.2. Desinvestimento em Participações Minoritárias

a) Alienação da Companhia Energética Rondinha S.A.

A Celesc G possuía 32,5% de participação acionária na Companhia Energética Rondinha S.A., empresa geradora de energia elétrica por meio da PCH Rondinha, localizada em Passos Maia/SC, com 9,6MW de

potência instalada. O investimento foi contabilizado no Grupo, até fevereiro de 2026, por meio da equivalência patrimonial.

Em 09 de dezembro de 2025, o acionista Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - FIP Pirineus, detentor de 67,50% do capital social da Rondinha, efetuou proposta de compra da totalidade das ações possuídas pela Celesc G.

Em 22 de janeiro de 2026, em reunião ordinária, o Conselho de Administração da Celesc G aprovou a alienação da totalidade do investimento na Rondinha, comunicando, na mesma data, o fato ao mercado. O preço de aquisição foi determinado com data-base em 09 de dezembro de 2025, no valor de R$14,2 milhões e ofertado na modalidade "porteira fechada", com ajuste (redução) exclusivamente em razão da distribuição de lucros (dividendos e/ou juros sobre o capital próprio), ocorrida a partir da data de assinatura da proposta.

Em 21 de maio de 2026, a operação foi finalizada, quando ocorreu a assinatura dos documentos, o recebimento do montante de R$14,2 milhões no caixa da Celesc G e a transferência das ações à compradora.

2.2.3. Novos Negócios

Expansão da rede de Eletropostos

O projeto Eletroposto Celesc, desenvolvido pela controlada no Grupo Celesc, a Celesc D, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, representa a maior iniciativa em oferta de recarga pública para veículos elétricos no estado de Santa Catarina.

O projeto, que começou em 2015, teve como principal resultado a criação do Corredor Elétrico Catarinense, que cobre mais de 1.500 km de extensão do território de Santa Catarina com estações de recarga de veículos elétricos.

Além disso, culminou com a criação de uma estratégia para gestão da demanda das estações de recarga, incorporando o uso de energia renovável, e um modelo de negócio para oferecer serviços de recarga de veículos elétricos.

O corredor elétrico implantado nas primeiras fases do projeto conta atualmente com 45 estações distribuídas em 35 municípios.

2.3. Demais Participações da Controladora

				30.09.2026
Investimentos	**Classificação**	**Descrição**	**Reconhecimento**	**Participação no Capital Total**
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,50%

				31.12.2025
Investimentos	**Classificação**	**Descrição**	**Reconhecimento**	**Participação**
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,50%

2.3.1. Participação na Dona Francisca Energética S.A.

Até março de 2026, a Companhia detinha participação de 23,03% no capital social da Companhia Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, avaliada pelo método da equivalência patrimonial. A DFESA é concessionária de serviço de geração de energia elétrica, na modalidade de produção independente, cujo Contrato de Concessão nº 188/98 tem vigência até 2037.

Em 16 de abril de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação da totalidade de sua participação societária na DFESA, com base em proposta vinculante apresentada pela Gerdau S.A., acionista majoritária da investida, pelo valor inicialmente proposto de R$150,0 milhões.

Em 20 de julho de 2026, após o cumprimento das condições precedentes previstas contratualmente, foi concluída a operação, com a efetiva transferência das ações à Gerdau S.A. O preço final de venda, após a aplicação do mecanismo de ajuste contratual, totalizou R$153,9 milhões, integralmente recebido pela Companhia na data do fechamento.

Em decorrência da conclusão da transação, foi realizada a baixa do Ativo Mantido para Venda, no montante de R$36,2 milhões, registrado no Ativo Circulante, e reconhecido o correspondente ganho na alienação, apurado pela diferença entre o preço final de venda e o valor contábil do investimento, considerando os efeitos contábeis aplicáveis à operação.

2.4. Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradual dos tributos atualmente vigentes (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo modelo ocorrerá de forma gradual entre os exercícios de 2026 e 2033, conforme regulamentação iniciada pela Lei Complementar Federal nº 214/2025.

A Companhia vem acompanhando a evolução normativa da Reforma Tributária e avaliando seus possíveis impactos sobre operações, sistemas e processos. Nesse contexto, permanecem em acompanhamento os atos normativos relacionados à regulamentação da CBS e do IBS, bem como seus potenciais reflexos sobre as atividades da Companhia.

Com o avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária, a Celesc contratou, por meio de processo de licitação, em maio de 2026, a Deloitte para apoiar a continuidade dos trabalhos de implementação das adequações necessárias à operacionalização do novo modelo tributário.

No âmbito desses trabalhos, a Deloitte e a UCP/RFTB revisitaram o plano de ação existente e reavaliaram os impactos da Reforma Tributária à luz da legislação complementar e dos normativos publicados, consolidando as necessidades de adequação relacionadas, entre outros aspectos, a processos, sistemas, controles internos, cadastros e procedimentos operacionais da Companhia.

Adicionalmente, como parte do processo de acompanhamento da implementação, foi estruturada uma matriz de riscos, contemplando os pontos de adequação decorrentes da Reforma Tributária e os potenciais riscos associados à Companhia. A evolução dos respectivos planos de ação e dos riscos associados vem sendo monitorada periodicamente pela UCP/RFTB, com apoio da Deloitte, e apresentada mensalmente ao Conselho de Administração e à Diretoria da Celesc, contribuindo para o acompanhamento da implementação e das medidas necessárias à adequação ao novo modelo tributário.

Na data de encerramento deste trimestre, continua não sendo possível mensurar de forma confiável os efeitos financeiros da Reforma Tributária sobre a posição patrimonial, o resultado e os fluxos de caixa da Celesc, em razão do estágio atual de regulamentação e das incertezas remanescentes, incluindo aspectos ainda pendentes de definição que poderão influenciar a mensuração dos impactos do novo modelo tributário, tais como as alíquotas aplicáveis. Eventuais impactos serão reconhecidos e divulgados oportunamente, à medida que houver maior definição normativa.

2.5. Revisão Tarifária Periódica – Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 18 de agosto de 2026, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 3.602/2026, por meio da qual homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2026 da Celesc D, incluindo as Tarifas de Energia (TE) e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), em conformidade com as metodologias estabelecidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET).

A revisão tarifária resultou em um efeito tarifário médio de 10,82%, aplicável às tarifas anteriormente homologadas pela Resolução Homologatória nº 3.511/2025. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de agosto de 2026, com período de aplicação previsto até 21 de agosto de 2027, observadas as disposições específicas estabelecidas pela ANEEL.

O processo de revisão tarifária periódica contempla a atualização dos parâmetros regulatórios e do reposicionamento tarifário econômico da distribuidora, cujos valores constituem a base para os cálculos tarifários subsequentes. A resolução também estabeleceu os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários e os critérios aplicáveis ao faturamento da energia compensada no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), observadas as regras de transição previstas na legislação vigente.

Adicionalmente, a ANEEL definiu o componente T do Fator X em 0,028%, a ser considerado na atualização da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes, bem como os níveis regulatórios de perdas de energia elétrica a serem adotados nos processos tarifários da distribuidora de 2026 a 2030.

A resolução também homologou os valores mensais de subsídios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) destinados ao custeio de descontos tarifários concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo os ajustes relativos ao processo tarifário anterior e as previsões para o período de vigência das novas tarifas. Para o período de competência de agosto de 2026 a julho de 2027, o valor mensal total homologado corresponde a R$78,9 milhões, sujeito à composição e às condições estabelecidas no ato regulatório.

Os efeitos econômico-financeiros decorrentes da revisão tarifária são refletidos na atividade de distribuição de energia elétrica da Celesc D, observados os critérios de reconhecimento contábil aplicáveis, a realização dos componentes tarifários e os respectivos mecanismos de compensação regulatória.

A Administração acompanhará os efeitos da revisão tarifária sobre as receitas, os custos e os demais componentes regulatórios da distribuidora, considerando sua repercussão nas demonstrações financeiras da Celesc D e, consequentemente, nas demonstrações financeiras consolidadas da Celesc Holding.

a) Resultado da Revisão Tarifária

A RTP 2026 resultou em um efeito médio percebido na conta dos clientes de 10,82%, aplicável aos consumidores atendidos pela área de concessão da Celesc-DIS, distribuído da seguinte forma:

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
Alta Tensão (>2,3kV)	14,16%
Baixa Tensão (<2,3kV)	9,26%
Efeito Médio	10,82%

O resultado decorreu da combinação dos seguintes fatores:

Participação na RTP 2026 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.602/2026)		
Parcela A	Encargos Setoriais	1,17%
	Custos de Transmissão	0,73%
	Compra de Energia	0,22%
	Receitas Irrecuperáveis	0,07%
	Total Parcela A	**2,19%**
Parcela B	**Total Parcela B**	**1,61%**
Reajuste Econômico (RT)		**3,80%**
Componentes Financeiros do Processo Atual		8,43%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-1,40%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		**10,82%**

No âmbito do 6º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, foi homologada uma Base de Remuneração Líquida (BRL) de R$8.435,2 milhões. Para fins de definição das tarifas da Companhia, foi considerado pela ANEEL um Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) regulatório antes dos impostos de 12,30%, refletindo a taxa média de remuneração do capital investido do setor elétrico.

Adicionalmente, foram reconhecidos uma Quota de Reintegração Regulatória (QRR) de R$492,4 milhões, destinada à recuperação dos investimentos realizados nos ativos regulatórios ao longo de sua vida útil, e Custos Operacionais Regulatórios no montante de R$1.519,6 milhões.

b) Principais Fatores da Revisão

b.1 Parcela A

A Parcela A, composta por custos não gerenciáveis pela distribuidora, representou aproximadamente 78,34% da receita requerida, com impacto tarifário de 2,19%.

Os principais fatores foram:

- Aumento dos encargos setoriais, especialmente da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), responsável por impacto de aproximadamente 3,20% no efeito tarifário;
- Incremento dos encargos de Reserva de Capacidade (ERCAP) e dos encargos de serviços do sistema;
- Crescimento dos custos de transmissão decorrente da atualização das Receitas Anuais Permitidas (RAPs) e das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- Redução parcial dos custos de energia oriundos de Itaipu em razão da valorização do real frente ao dólar.

b.2 Parcela B

A Parcela B, que contempla os custos gerenciáveis da distribuidora e a remuneração dos investimentos realizados, apresentou variação de 7,70%, contribuindo com 1,61% no efeito médio tarifário.

Entre os principais fatores destacam-se:

- Atualização da Base de Remuneração Regulatória em decorrência dos investimentos realizados pela companhia;
- Aumento da Remuneração do Capital, com impacto de 2,02%;
- Crescimento das anuidades dos ativos administrativos e sistemas;
- Aplicação de mecanismos de eficiência operacional, resultando em redução dos custos operacionais reconhecidos na tarifa.

c) Perdas Regulatórias e Fator X

Na revisão foram redefinidos os parâmetros regulatórios para perdas de energia e produtividade da concessionária:

Perdas Técnicas

- 5,4044% da energia injetada.

Perdas Não Técnicas

- 7,30% do mercado de baixa tensão em 2026, com trajetória de redução para 6,7961% em 2030.

Fator X

- Componente T: 0,028%
- Componente Pd: 0,975%
- Componente Q:-0,117**%**

Esses parâmetros serão utilizados nos reajustes tarifários anuais subsequentes.

d) Componentes Financeiros

Os componentes financeiros contabilizados para recuperação ou devolução de valores aos consumidores produziram impacto positivo de 8,43% no processo tarifário.

Os principais itens considerados foram:

- Saldo da CVA (Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A): 7,39%;
- Sobrecontratação e exposição ao mercado de curto prazo: 0,90%;
- Neutralidade da Parcela A: 1,07%;
- Reversão de créditos de PIS/COFINS:-0,98%;
- Benefícios decorrentes da quitação antecipada da Conta Escassez Hídrica:-0,46%.

e) Impactos para a Celesc D

A RTP 2026 reconhece os investimentos realizados pela distribuidora ao longo do ciclo tarifário e atualiza sua estrutura de custos regulatórios, contribuindo para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Além disso, a revisão incorpora incentivos à eficiência operacional e à qualidade do serviço prestado, estabelecendo metas regulatórias de produtividade, redução de perdas e melhoria dos indicadores de desempenho que deverão ser observados ao longo do ciclo tarifário 2026-2030.

A Revisão Tarifária Periódica de 2026 da Celesc D resultou em um efeito médio de 10,82%, refletindo principalmente a atualização dos custos regulatórios da Parcela A, a remuneração dos investimentos reconhecidos na Base de Remuneração Regulatória e os componentes financeiros acumulados no período de referência. O processo reafirma os princípios regulatórios de modicidade tarifária, eficiência operacional e sustentabilidade econômico-financeira da concessão de distribuição de energia elétrica prestada pela Celesc D.

f) Impactos contábeis

A Administração avaliou os efeitos da revisão sobre as receitas, os ativos e passivos financeiros setoriais e os demais saldos regulatórios. Considerando que as novas tarifas passaram a vigorar em 22 de agosto de 2026 e são aplicadas de acordo com a classe, modalidade, perfil de consumo e ciclo de leitura de cada unidade consumidora, o efeito da revisão não é diretamente equivalente ao percentual tarifário

médio divulgado. Os impactos reconhecidos estão incorporados às respectivas rubricas das demonstrações financeiras e às movimentações apresentadas nas Notas 12.1 e 33.

2.6. Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2025 da Celesc D

A partir de 22 de agosto de 2025, entrou em vigor o Reajuste Tarifário Anual da Celesc D. O referido reajuste resultou em um efeito médio de 13,53% nas tarifas aplicadas aos consumidores, sendo 15,80% em média para consumidores atendidos em alta tensão e 12,41% em média para consumidores conectados em baixa tensão.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens do reajuste tarifário de 2025:

Participação no Reajuste Tarifário Anual de 2025 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.511/2025)		
Parcela A	Encargos Setoriais	7,86%
	Custos de Transmissão	0,72%
	Compra de Energia	1,30%
	Receitas Irrecuperáveis	0,09%
	Total Parcela A	**9,97%**
Parcela B	**Total Parcela B**	**1,04%**
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		**11,01%**
Componentes Financeiros do Processo Atual		0,41%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		2,11%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		**13,53%**

2.7. Bandeiras Tarifárias – Celesc D

O sistema de bandeiras tarifárias, estabelecido pela ANEEL, sinaliza possíveis acréscimos na conta de energia conforme as condições de geração elétrica, permitindo ajustar os custos da geração de energia de forma dinâmica.

De janeiro a setembro de 2026, devido às condições favoráveis de geração de energia, a bandeira tarifária foi verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia até o mês de junho, entre julho e setembro houve acionamento de bandeira amarela para compensar a piora nas condições hidrológicas.

Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D pela Agência reguladora referente ao ano de 2026, foram de R$ 34,3 milhões a receber, contra R$ 37,7 milhões pagos resultando num montante líquido de R$ 3,3 milhões pagos à conta CCRBT.

2.8. Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG – Celesc G

Em 23 de julho de 2026, a ANEEL, por meio por meio do Despacho nº 2.744, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2026/2027, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2026 a 30 de junho de 2027.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R$22,0 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados ao final do período de sua concessão anterior.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	**Receita Anual (R$/mil) Ciclo 2026/2027**	**Receita Mensal (R$/mil) Ciclo 2026/2027**
UHE Pery	31.792	2.649
UHE Garcia	15.312	1.276
UHE Bracinho	19.251	1.604
UHE Cedros	14.142	1.178
UHE Palmeiras	29.920	2.493
UHE Salto	10.009	834

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1)– Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de novembro de 2026. Tal informação cumpre a exigência do item 17 do Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata de eventos subsequentes e está no Anexo "A" da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Na elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, a Administração fez uso de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis da Celesc e suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. As estimativas e os julgamentos contábeis se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas são as mesmas aplicadas as Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A base de preparação e as políticas contábeis materiais são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, publicada em 20 de março de 2026, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026, exceto a descrita no item 4.2.1.), e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;

• instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
• ativos ou passivos líquidos, de um plano de benefício definido, reconhecidos em outros resultados abrangentes (VJORA).

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações financeiras. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas no Balanço Patrimonial

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração do Balanço Patrimonial da Controladora e também do Consolidado e tendo em vista a interpretação conjunta do que estabelece os pronunciamentos técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada e Controlada e CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, observou-se, para fins de melhor divulgação, a necessidade de reclassificação do ágio pago na aquisição da participação acionária na ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. do grupo de Intangível para o grupo de Investimentos no Ativo, promovendo a devida comparação com os valores correspondentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 sob a mesma ótica. Tal mudança, no entanto teve efeito imaterial na referida demonstração.

4.3. Novos Requerimentos Atualmente em Vigor

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo CPC no Brasil.

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS 9 e IFRS 7	CPC 48 e CPC 40	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

4.4. Norma Postergada

Em 29 de maio de 2026, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, publicou a Resolução CVM nº 244, que alterou a Resolução CVM nº 193 e passou a estabelecer regime de adoção voluntária para a divulgação das informações financeiras relacionadas à sustentabilidade de acordo com os pronunciamentos CBPS 01 (equivalente ao IFRS S1) e CBPS 02 (equivalente ao IFRS S2), observando o modelo "pratique ou explique".

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS S1/IFRS S2	CBPS 01/CBPS 02	Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima.	Adoção voluntária

4.5. Futuros Requerimentos

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo CPC no Brasil.

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS 18	CPC 51	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	-	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou *Joint Venture*	Ainda não definida pelo IASB
IFRS 20	-	Estabelecer critérios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos e passivos regulatórios, além de receitas e despesas regulatórias	01/01/2029

5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de o Grupo incorrer em perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes de instrumentos financeiros, de suas obrigações contratuais. Esse risco está relacionado, principalmente, às contas a receber de clientes e às aplicações em instrumentos financeiros, podendo impactar o planejamento econômico-financeiro estabelecido pela Administração.

Para mensuração das perdas de crédito esperadas, o Grupo utiliza uma matriz de provisão como expediente prático, elaborada com base na experiência histórica de inadimplência, nas condições atuais e em estimativas razoáveis e fundamentadas de cenários econômicos futuros, considerando também as condições de mercado.

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**NE**	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	70.898	77.708	475.621	418.813
Contas a Receber de Clientes (b)	9.2	-	-	2.599.031	2.745.031
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (c)	12.2	-	-	396.207	384.655
Ativo Financeiro – Indenização Usina Pery (d)	13.2	-	-	179.514	174.197
Títulos e Valores Mobiliários (e)	20	208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (f)	13	-	-	1.537.356	1.237.107
Ativo Financeiro Setorial (g)		-	-	822.460	273.140
Total		**71.106**	**77.916**	**6.010.397**	**5.233.151**

a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem *Rating* AAA.

b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o ressarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração – RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.

d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor atualizado do ressarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery, ao final da concessão em 2017, é inserido na Receita Anual de Geração – RAG, até o final do prazo da nova concessão.

e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas no recebimento de dividendos desses investimentos temporários.

f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

g) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que a ANEEL homologa à Celesc D o direito incondicional de receber caixa do consumidor os custos não gerenciáveis, referentes a

diferença entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado do período foram as seguintes:

			Consolidado
Descrição	**NE**	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Perda efetiva no recebimento de créditos	9	(65.660)	(38.359)
Total		**(65.660)**	**(38.359)**

5.1.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, liquidados com caixa ou outros ativos financeiros. A gestão desse risco tem como objetivo assegurar que o Grupo disponha de recursos suficientes para honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos, em condições normais ou adversas, sem incorrer em perdas relevantes ou comprometer sua reputação.

A administração do risco de liquidez é realizada por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados e realizados, bem como da análise do perfil de vencimento dos passivos financeiros. Os investimentos do Grupo são financiados, principalmente, por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras, sendo elaboradas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, além da aprovação anual do orçamento operacional e de capital pela Administração.

Adicionalmente, o Grupo mantém controles sobre o fluxo de caixa e níveis mínimos de disponibilidade, buscando otimizar o custo de captação, reduzir riscos de refinanciamento e assegurar a liquidez necessária.

O risco de liquidez considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência e o excesso de despesas e/ou investimentos para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos Passivos Financeiros não descontados em 30 de setembro de 2026.

							Consolidado 30.09.2026	
Descrição	**Taxas %**	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um ano**	**Entre um e cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Total valor Futuro (i)**	**Total Valor Contábil**
Empréstimos CDI	CDI +0,58% a 1,65% a.a	7.547	9.335	175.817	1.105.216	-	**1.297.915**	**1.192.576**
Empréstimo G - BNDES	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	-	448	1.765	10.885	13.706	**26.804**	**21.068**
Debêntures D	CDI + 0,3% a 1,65% a.a.	101.613	80.406	595.574	1.137.173	-	**1.914.766**	**1.707.780**
Debêntures D	IPCA + 6,53% a 6,95% a.a	22.473	-	-	536.727	1.558.586	**2.117.786**	**1.506.509**
Instrumento Financeiro Derivativos - Celesc D	CDI -0,16% a.a. + 0,29% a.a.	-	11.448	63.413	-	-	**74.861**	**72.368**
Entidade de Previdência Privada	-	25.843	24.626	110.817	591.023	920.692	**1.673.001**	**1.673.001**
Debêntures Celesc G	IPCA + 4,3%	-	3.821	3.421	27.742	-	**34.984**	**30.792**
Fornecedores	-	708.715	250.344	10.836	-	-	**969.895**	**969.895**
BID	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	115.831	-	35.449	383.702	1.711.287	**2.246.269**	**1.257.771**
Passivo de Arrendamento	-	546	1.064	4.468	8.072	5.708	**19.858**	**19.858**
Total	-	**982.568**	**381.492**	**1.001.560**	**3.800.540**	**4.209.979**	**10.376.139**	**8.451.618**

(i) Fontes: https://www.portaldefinancas.com e LCA Consultoria Econômica

5.1.3. Risco de Mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de que variações em fatores de mercado, tais como taxas de juros, índices de inflação e taxas de câmbio, afetem o resultado do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. A gestão desse risco tem como objetivo monitorar e controlar as exposições dentro de limites aceitáveis, buscando mitigar potenciais impactos adversos.

Os empréstimos contratados pela Celesc D, no mercado nacional e internacional, bem como as debêntures emitidas pela Celesc G, possuem cláusulas contratuais atreladas a indexadores de mercado. Adicionalmente, a Celesc D utiliza instrumentos derivativos para proteção contra a volatilidade das taxas de juros, adotando contabilidade de *hedge* quando aplicável.

Em 30 de setembro de 2026, as principais exposições do Grupo estão relacionadas às variações do CDI, IPCA e SELIC, bem como à oscilação de índices de inflação. O risco cambial associado às variações do dólar norte-americano, referente às compras de energia da Itaipu, é integralmente repassado à tarifa por meio do mecanismo de ativos e passivos setoriais.

5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia consultou divulgações de estimativas e projeções, elaboradas por consultorias especializadas, e estimou uma variação das taxas de juros em 13,75% e das taxas de inflação em 4,70% para os próximos 12 meses, num cenário considerado provável. Para um outro cenário, considerado possível, estimou essas variações em 14,75% e 6,68%, respectivamente. Os dois cenários de exposição, provável e possível, estão demonstrados no quadro abaixo:

					Consolidado 30.09.2026
Índices	**Efeitos das Contas sobre o Resultado**	**NE**	**Saldo**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**
CDI / Selic				**13,75%**	**14,75%**
	Aplicações Financeiras	8	356.463	405.477	409.041
	Empréstimos	22	(2.450.347)	(2.787.270)	(2.811.773)
	Debêntures	23	(1.707.780)	(1.942.600)	(1.959.678)
	Instrumento Financeiro Derivativos	24	56.599	64.381	64.947
	Ativo Financeiro Setorial	12.1	822.460	935.548	943.773
Total			**(2.922.605)**	**(3.324.464)**	**(3.353.690)**
IPCA				**4,70%**	**6,68%**
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	13	1.534.935	1.607.077	1.637.469
	Debêntures	23	(1.537.301)	(1.609.554)	(1.639.993)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	12.2	396.207	414.829	422.674
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	13.2	179.514	187.951	191.506
	Empréstimos	22	(21.068)	(22.058)	(22.475)
Total			**552.287**	**578.245**	**589.181**

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

5.2. Gestão de Capital

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e derivativos, subtraído do montante de caixa e

equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

		Consolidado	
Descrição	**NE**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	1.213.644	608.893
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	1.257.771	1.249.482
Debêntures	23	3.245.081	3.147.371
Instrumento Financeiro Derivativos	24	(56.599)	21.349
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(475.621)	(418.813)
Dívida Líquida		**5.184.276**	**4.608.282**
Total do Patrimônio Líquido		**4.387.704**	**3.968.465**
Total do Capital		**9.571.980**	**8.576.747**
Índice de Alavancagem Financeira (%)		**54,16%**	**53,73%**

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços;
- Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 30 de setembro de 2026:

					Consolidado	
			30.09.2026		31.12.2025	
Ativos Financeiros	**NE**	**Nível**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Valor justo por meio do resultado			**1.666.323**	**1.666.323**	**1.306.365**	**1.306.365**
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (b)	13	3	1.534.935	1.534.935	1.234.686	1.234.686
Ativo Indenizatório (concessão geração) (b)	13	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)		2	128.967	128.967	69.258	69.258
Custo amortizado			**4.551.771**	**4.551.771**	**4.047.159**	**4.047.159**
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		475.621	475.621	418.813	418.813
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.599.031	2.599.031	2.745.031	2.745.031
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			78.938	78.938	51.323	51.323
Ativo Financeiro Setorial (e)			822.460	822.460	273.140	273.140
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	12.2		396.207	396.207	384.655	384.655
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	13		179.514	179.514	174.197	174.197
Valor justo por meio do resultado abrangente			**208**	**208**	**208**	**208**
Títulos e Valores Mobiliários (c)	20	1	208	208	208	208
Total			**6.218.302**	**6.218.302**	**5.353.732**	**5.353.732**

Passivos Financeiros	NE	Nível	Consolidado 30.09.2026 Valor Contábil	30.09.2026 Valor Justo	31.12.2025 Valor Contábil	31.12.2025 Valor Justo
Valor justo por meio do resultado			**1.578.877**	**1.553.554**	**1.542.013**	**1.576.815**
Debêntures (f)	23	2	1.506.509	1.481.186	1.451.406	1.486.208
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)	24	2	72.368	72.368	90.607	90.607
Custo amortizado			**5.656.034**	**5.756.241**	**4.926.233**	**5.036.724**
Passivo Financeiro Setorial (e)	12.1		-	-	80.584	80.584
Fornecedores (e)	21		969.895	969.895	1.002.149	1.002.149
Empréstimos e financiamentos (f)	22	2	2.471.415	2.549.677	1.858.375	1.938.618
Debêntures (f)	23	2	1.738.572	1.760.517	1.695.965	1.726.213
Dividendos e JSCP (e)	11		476.152	476.152	261.382	261.382
Encargos Setoriais – CDE (e)	27		-	-	27.778	27.778
Total			**7.234.911**	**7.309.795**	**6.468.246**	**6.613.539**

Apuração dos Valores Justos:

a) Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
b) Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis. A Celesc G aguarda à definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.
c) Títulos e Valores Mobiliários são investimentos temporários avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
d) O valor justo do instrumento financeiro de derivativos é a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o valor presente dos fluxos de caixa pagos.
e) Quanto aos demais ativos e passivos financeiros o valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil.
f) O valor justo dos passivos de financiamentos para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado 30.09.2026	31.12.2025
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.162.633	1.203.637
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	917.205	972.341
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	1.051.309	1.068.440
Subtotal	**3.131.147**	**3.244.418**
PECLD com clientes (NE 9)	**(532.116)**	**(499.387)**
Total	**2.599.031**	**2.745.031**

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa em espécie, depósitos bancários e outros investimentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins.

Descrição	Controladora 30.09.2026	31.12.2025	Consolidado 30.09.2026	31.12.2025
Recursos em Banco e em Caixa	35	19	32.544	63.302
Aplicações Financeiras	12.112	1.304	356.463	255.663
Fundos de Investimentos	58.751	76.385	86.614	99.848
Total	**70.898**	**77.708**	**475.621**	**418.813**

Uma parte desses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outra parte das aplicações estão alocadas no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos (deduzidos de imposto de renda).

A melhora da posição de caixa da Companhia entre dezembro de 2025 e setembro de 2026 decorre, principalmente, da captação de R$750,0 milhões realizada em 25 de junho de 2026 por meio da 2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, cujos recursos foram destinados ao reforço de caixa.

Em abril de 2026, a Companhia aprovou a alienação da totalidade de sua participação societária na Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), correspondente a 23,03% do capital social da investida, à Gerdau S.A.. Em 20 de julho de 2026, após o cumprimento de todas as condições precedentes, foi realizado o fechamento da operação de venda e a efetiva transferência das ações representativas do capital social da DFESA para a Gerdau. O preço final da operação, após a aplicação do mecanismo de ajuste previsto em contrato, correspondeu a R$153,9 milhões, valor integralmente pago à Celesc na mesma data.

Adicionalmente, em 18 de agosto de 2026, em consonância com as deliberações societárias e com o planejamento financeiro do Grupo Celesc, foi definida a destinação dos recursos provenientes da alienação, na sua integralidade, para o fortalecimento da estrutura de capital da Celesc D, mediante aporte de recursos pela controladora Celesc, com a finalidade de aumentar o capital social da distribuidora.

O aumento de capital proposto, visa assegurar recursos para a execução dos investimentos previstos no orçamento de capital de 2026 e nas projeções para o período de 2026 a 2030, contribuindo para a expansão e modernização da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, o cumprimento das obrigações regulatórias e operacionais e a redução da necessidade de captação de recursos de terceiros em um cenário de taxas de juros elevadas.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

				Consolidado
Descrição	**Vincendas**	**Vencidas Até 90 dias**	**Vencidas Há mais de 90 dias**	**30.09.2026**
Consumidores (i)	**964.212**	**390.441**	**857.850**	**2.212.503**
Residencial	538.472	254.058	500.307	**1.292.837**
Industrial	83.544	38.961	113.513	**236.018**
Comércio	193.205	70.189	212.506	**475.900**
Rural	59.562	20.663	28.681	**108.906**
Poder Público	44.687	3.023	2.165	**49.875**
Iluminação Pública	27.841	792	229	**28.862**
Serviço Público	16.901	2.755	449	**20.105**
Suprimento a Outras Concessionárias	**310.788**	**25.047**	**42.022**	**377.857**
Concessionárias e Permissionárias	318.344	19.025	15.353	**352.722**
Transações no âmbito da CCEE (ii)	605	-	-	**605**
Outros Créditos (iii)	17.984	6.022	26.669	**50.675**
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(26.145)	-	-	**(26.145)**
Total	**1.275.000**	**415.488**	**899.872**	**2.590.360**
Receita Não Faturada	540.787	**-**	**-**	**540.787**
PECLD com Clientes	(10.117)	(9.842)	(512.157)	**(532.116)**
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	**1.805.670**	**405.646**	**387.715**	**2.599.031**
Circulante	**-**	**-**	**-**	**2.587.172**
Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**11.859**

				Consolidado
Descrição	**Vincendas**	**Vencidas Até 90 dias**	**Vencidas Há mais de 90 dias**	**31.12.2025**
Consumidores (i)	**1.002.057**	**426.463**	**849.799**	**2.278.319**
Residencial	538.249	267.154	493.283	**1.298.686**
Industrial	95.601	44.531	112.438	**252.570**
Comércio	220.519	79.759	205.917	**506.195**
Rural	67.941	26.112	31.958	**126.011**
Poder Público	35.831	8.144	4.195	**48.170**
Iluminação Pública	26.600	308	223	**27.131**
Serviço Público	17.316	455	1.785	**19.556**
Suprimento a Outras Concessionárias	**278.427**	**25.221**	**61.487**	**365.135**
Concessionárias e Permissionárias	284.793	18.249	13.534	**316.576**
Transações no âmbito da CCEE (ii)	14.097	-	-	**14.097**
Outros Créditos (iii)	11.824	6.972	47.953	**66.749**
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(32.287)	-	-	**(32.287)**
Total	**1.280.484**	**451.684**	**911.286**	**2.643.454**
Receita Não Faturada	600.964	-	-	**600.964**
PECLD com Clientes	(10.250)	(10.642)	(478.495)	**(499.387)**
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	**1.871.198**	**441.042**	**432.791**	**2.745.031**
Circulante				**2.723.359**
Não Circulante				**21.672**

(i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juros de 1,0% a.m.
(ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
(iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
(iv) Os valores mais expressivos foram recebidos de processos judiciais nos quais a empresa obteve êxito e que serão imediatamente baixados dos valores em aberto registrados no ativo da empresa, assim que os processos forem identificados.

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas de crédito esperadas são determinadas aplicando uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A matriz de perdas estimadas, prevista no CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, consiste em uma metodologia simplificada utilizada para mensurar a Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em ativos financeiros, especialmente contas a receber de clientes.

Esse método baseia-se na aplicação de percentuais de perda histórica sobre saldos de contas a receber, segmentados normalmente por faixas de vencimento (aging) ou características de risco semelhantes. Esses percentuais são ajustados, quando necessário, por informações prospectivas, como condições econômicas futuras que possam impactar a capacidade de pagamento dos clientes. A composição do saldo da PECLD por classe de consumo está demonstrada a seguir:

		Consolidado
Consumidores	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Residencial	291.665	271.393
Industrial	85.077	80.145
Comércio, Serviços e Outras	104.698	98.938
Rural	11.673	10.422
Poder Público	639	684
Iluminação Pública	138	79
Serviço Público	11	9
Concessionárias e Permissionárias	94	363
Consumidores Livres	9.218	6.662
Outros	28.903	30.692
Total Circulante	**532.116**	**499.387**

A seguir, a movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

Descrição	**Consolidado**
Saldo em 31.12.2025	**499.387**
Provisão/Reversão Constituída no Período	98.389
Perda efetiva do contas a receber	(65.660)
Saldo em 30.09.2026	**532.116**

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2024	**482.723**
Provisão/Reversão Constituída no Período	140.500
Perda efetiva do contas a receber	(38.359)
Saldo em 30.09.2025	**584.864**

A Companhia utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas, considerando sua experiência histórica e ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo:

Saldo de Recebíveis *Aging*/**Meses**	**Concessionárias e Permissionárias (i)**	**Residencial**	**Industrial**	**Comercial**	**Rural**	**Poder Público**	**Iluminação Pública**	**Serviço Público**
A vencer	318.344	538.472	83.544	193.209	59.562	44.687	27.841	16.901
Vencidos de 0 a 3 meses	19.025	254.058	38.961	70.185	20.663	3.023	792	2.755
Vencidos de 3 a 6 meses	2.479	49.377	7.250	18.350	3.444	287	(112)	134
Vencidos de 6 a 12 meses	3.373	78.642	11.548	30.712	4.882	590	203	47
Vencidos de 12 a 18 meses	2.537	72.144	10.141	28.028	4.337	87	100	6
Vencidos de 18 a 24 meses	2.269	78.617	12.765	29.659	4.797	165	35	24
Vencidos de 24 a 36 meses	3.424	100.120	21.468	42.403	4.851	968	(2)	227
Vencidos de 36 a 48 meses	278	59.983	17.137	30.141	3.479	13	1	2
Vencidos de 48 a 60 meses	116	54.389	9.619	25.593	2.707	2	-	9
Vencidos há + 60 meses	877	7.035	23.585	7.620	184	53	4	-
Total	**352.722**	**1.292.837**	**236.018**	**475.900**	**108.906**	**49.875**	**28.862**	**20.105**

(i) Empresas responsáveis pela distribuição de energia elétrica aos consumidores finais e consumidores livres.

Expectativa de Perda *Aging*/**Meses**	**Geral**	**Residencial**	**Industrial**	**Comercial**	**Rural**	**Poder Público**	**Iluminação Pública**	**Serviço Público**
A vencer	0,49%	0,73%	0,29%	0,55%	0,17%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencidos 0 a 3 meses	2,39%	2,33%	2,49%	3,09%	0,88%	0,03%	0,00%	0,00%
Vencidos 3 a 6 meses	20,55%	19,00%	33,39%	20,89%	6,88%	1,03%	0,00%	0,00%
Vencidos 6 a 12 meses	35,57%	37,44%	43,71%	31,02%	16,26%	5,15%	0,00%	0,00%
Vencidos 12 a 18 meses	44,30%	47,46%	50,59%	36,60%	27,37%	8,83%	100,00%	0,00%
Vencidos 18 a 24 meses	51,61%	55,03%	68,40%	40,72%	39,10%	31,54%	100,00%	0,00%
Vencidos 24 a 36 meses	58,31%	60,53%	71,94%	48,00%	50,32%	49,83%	100,00%	0,00%
Vencidos 36 a 48 meses	70,15%	75,87%	86,59%	61,59%	65,69%	49,83%	100,00%	100,00%
Vencidos 48 a 60 meses	81,80%	92,26%	88,31%	72,76%	86,20%	49,83%	100,00%	100,00%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

10.1. IRPJ e CSLL a Recuperar

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora decorrem do reconhecimento de saldos negativos de exercícios anteriores e suas respectivas atualizações financeiras, bem como do IRRF incidente sobre os JCP creditados por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas, os saldos decorrem de saldo negativo de exercícios anteriores e de suas respectivas atualizações financeiras, de aplicações financeiras, de retenções de tributos e do recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante os primeiros trimestres de 2026.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
IRPJ e CSLL a compensar	52.654	55.117	377.484	144.088
Total	**52.654**	**55.117**	**377.484**	**144.088**

10.2. Demais Tributos a Recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante decorrem de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados no prazo de até 48 meses.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	297.091	381.203
ICMS	-	-	108.469	103.254
PIS/COFINS (i)	-	-	22.884	22.880
Outros	333	-	45.904	741
Total	**333**	**-**	**474.348**	**508.078**
Circulante	**333**	**-**	**246.293**	**205.994**
Não Circulante	**-**	**-**	**228.055**	**302.084**

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS decorre da revisão dos processos de apuração destes tributos, na Celesc D, realizado a partir do exercício de 2023.

10.3. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) – 2ª ação

	Controladora	Consolidado
Descrição		
Saldo em 31.12.2025	-	**381.203**
Atualização financeira	-	22.539
Baixa por utilização do crédito	-	(106.651)
Saldo em 30.09.2026	-	**297.091**
Circulante	-	**142.201**
Não Circulante	-	**154.890**

Em 2019, a Celesc D ajuizou a segunda ação para recuperar valores de PIS/COFINS relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Em razão da modulação dos efeitos da decisão do STF no RE nº 574.706, o direito à recuperação foi limitado aos recolhimentos a partir de 15 de março de 2017. O processo transitou em julgado em 26 de maio de 2022, e os créditos foram habilitados pela Receita Federal em dezembro de 2022, com compensações iniciadas em fevereiro de 2023. A Portaria Normativa MF nº 14/2024 estabeleceu prazo mínimo de 60 meses para a compensação de créditos judiciais iguais ou superiores a R$500,0 milhões, impactando o cronograma de utilização dos créditos habilitados pela Companhia.

11. DIVIDENDOS E JCP A RECEBER

Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP) a receber relativos a investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial são registrados inicialmente em receitas financeiras para fins fiscais e, posteriormente, reclassificados para o investimento. Para os investimentos na Casan, classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJORA), os valores são reconhecidos diretamente no resultado.

	Controladora	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Dividendos ECTE	-	2.436
Dividendos DFESA	-	2.127
JCP Celesc G	28.492	56.984
JCP Celesc D	339.377	251.625
JCP SCGÁS	2.783	2.447
JCP Casan	7.865	7.282
Total Circulante	**378.517**	**322.901**

	Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Dividendos ECTE	-	2.436
Dividendos DFESA	-	2.127
JCP SCGÁS	2.783	2.447
JCP Casan	7.865	7.282
Total Circulante	**10.648**	**14.292**

12. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

12.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para essa parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

	Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**
CVA 2025 – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	-	171.914
CVA 2026 – Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	818.867	452.503
CVA 2027 – Período de 22.08.2026 a 21.08.2027	261.156	-
Total – CVA	**1.080.023**	**624.417**
Outros Itens – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	-	(361.863)
Outros Itens – Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	(240.046)	(69.998)
Outros Itens – Período de 22.08.2026 a 21.08.2027	(17.517)	-
Total – Outros Itens – CVA	**(257.563)**	**(431.861)**
Total	**822.460**	**192.556**

Descrição	31.12.2025	Apro-priação	Amorti-zação	Remu-neração	Transfe-rências (i)	30.09.2026	Saldo em Amortização (ii)	Saldo em Constituiç ão (iii)	Circulante	Não Circulante
Ativo Financeiro Setorial	**853.579**	**874.661**	**(385.612)**	**123.184**	**(31.217)**	**1.434.595**	**1.083.986**	**350.609**	**1.120.994**	**313.601**
Aquisição de Energia (iv)	254.043	367.272	(145.642)	35.199	(150.603)	360.269	225.930	134.339	240.111	120.158
Transporte Rede Básica (v)	135.311	146.772	(72.759)	19.011	-	228.335	131.004	97.331	141.278	87.057
Proinfa	31.233	(837)	(32.678)	2.313	-	31	-	31	3	28
Transporte de Energia - Itaipu	12.840	10.709	(4.757)	1.902	-	20.694	14.275	6.419	14.952	5.742
ESS (vi)	31.605	28.605	(19.712)	8.682	-	49.180	30.749	18.431	32.695	16.485
CDE (vii)	237.659	237.132	(70.402)	47.307	-	451.696	447.091	4.605	447.577	4.119
Neutralidade Parcela A (viii)	141.439	83.131	(17.680)	8.556	-	215.446	126.049	89.397	135.485	79.961
Sobrecontratação de Energia	8.335	-	(20.937)	-	119.386	106.784	106.784	-	106.784	-
Outros	1.114	1.877	(1.045)	214	-	2.160	2.104	56	2.109	51
Passivo Financeiro Setorial	**(661.023)**	**(284.653)**	**484.112**	**(39.011)**	**(111.560)**	**(612.135)**	**(505.165)**	**(106.970)**	**(534.941)**	**(77.194)**
Custo Energia Itaipu (vi)	(78.274)	-	50.434	(3.377)	31.217	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(32.072)	3.824	(1.934)	-	(30.182)	(30.182)	-	(30.182)	-
Devoluções Tarifárias	(149.296)	(40.746)	148.915	(1.332)	(130.393)	(172.852)	(166.021)	(6.831)	(166.742)	(6.110)
Bandeiras Tarifárias (ix)	(41.331)	20.665	-	-	-	(20.666)	-	(20.666)	(20.666)	-
Risco Hidrológico (x)	(357.233)	(225.116)	259.029	(28.887)	-	(352.207)	(286.831)	(65.376)	(293.732)	(58.475)
CDE Modicidade Eletrobrás	(13.512)	811	13.490	(970)	(11.190)	(11.371)	(11.371)	-	(11.371)	-
Outros	(21.377)	(8.195)	8.420	(2.511)	(1.194)	(24.857)	(10.760)	(14.097)	(12.248)	(12.609)
Saldos Ativos/(Passivos)	**192.556**	**590.008**	**98.500**	**84.173**	**(142.777)**	**822.460**	**578.821**	**243.639**	**586.053**	**236.407**

(i) As transferências são decorrentes de outros ativos e passivos para a parcela A. Dentre elas, destaca-se a realizada na linha de devoluções tarifárias relativa à reversão de créditos de PIS e COFINS (conforme Nota Técnica nº 142/2026 – Resolução Homologatória nº 3.602/2026).

(ii) Saldo em amortização: corresponde à amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2026 (Nota Técnica nº 142/2026 – Resolução Homologatória nº 3.602/2026).

(iii) Saldo em constituição: corresponde à constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2027.

(iv) Custos de Aquisição de Energia: o valor em constituição decorre da diferença entre os custos de energia realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL. Em setembro de 2026, a Celesc D registrou um ativo em constituição de CVA energia por ter seu custo de energia superior ao homologado pela ANEEL na última Revisão Tarifária (Nota Técnica nº 142/2026 – Resolução Homologatória nº 3.602/2026). Quanto ao valor registrado na coluna "em amortização" verificou-se que, no ciclo 2025/2026, a cobertura tarifária de CVA Energia concedida pela ANEEL foi inferior ao custo de Energia da Celesc.

(v) Transporte Rede Básica: Essa conta sofre impacto do aumento das tarifas definidas pela ANEEL para a atividade de transmissão. Portanto, a constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc D é homologado já com as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.

(vi) Encargos de Serviços de Sistema (ESS): o valor em constituição decorre da diferença entre os custos realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL.

(vii) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): a cobertura tarifária referente ao encargo de CDE considerado no processo tarifário incorpora valores como quota anual de CDE Uso, CDE conta-COVID, CDE Conta-escassez, CDE – GD e CDE Eletrobrás. Verificou-se que, no ciclo 2025/2026, a cobertura tarifária de CDE concedida pela ANEEL foi inferior ao custo desse encargo para a Celesc, por isso o saldo ativo na coluna "em amortização". Da mesma forma, no novo ciclo, a cobertura tarifária apresenta-se inferior ao custo realizado, o que justifica o saldo ativo da coluna "em constituição" para a CVA CDE.

(viii) Neutralidade da Parcela A: a neutralidade é calculada considerado as diferenças mensais apuradas entre os valores faturados de cada item no Período de Referência e os respectivos valores contemplados no reposicionamento tarifário anterior. Na Revisão Tarifária Periódica de 2026 (Nota Técnica 142/2026 – Resolução Homologatória 3.602/2026), verificou-se que o mercado faturado pela Celesc foi menor que o considerado como referência para a definição das tarifas do período, justificando a contabilização de um ativo realizada na coluna "Saldo em amortização". A mesma situação é verificada para os valores contabilizados na coluna "Saldo em constituição", em que a Celesc D também apresenta um ativo por ter registrado até setembro de 2026, um mercado faturado menor do que o considerado como referência para o ciclo 2025/2026.

(ix) Bandeiras tarifárias: conforme o Submódulo 6.8 do PRORET, a receita decorrente da aplicação dos adicionais das Bandeiras Tarifárias e os repasses da Conta Bandeiras devem ser considerados na apuração da CVA ENERGIA, da CVA ESS/EER da concessionária e do cálculo do financeiro de exposição/sobrecontratação. Os valores apresentados nessa linha referem-se a valores faturados ainda não homologados pela CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras tarifárias). Após a homologação, esses valores são alocados aos respectivos itens de CVA.

(x) Risco Hidrológico – Antecipação: os valores em constituição referem-se à reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas. Já os valores em amortização referem-se ao saldo do risco hidrológico concedido pela ANEEL na Revisão Tarifária Periódica de 2026 (Nota Técnica nº 142/2026 – Resolução Homologatória nº 3.602/2026).

12.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão ANEEL n° 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto.

A bonificação foi reconhecida como ativo financeiro, sendo que a devolução desse montante está incluída na Receita Anual de Geração (RAG) das referidas usinas. O ressarcimento ocorrerá ao longo do prazo remanescente dos contratos de concessão, estimado em 30 anos, com atualização monetária pelo IPCA e incidência de juros mensais calculados com base na Taxa Interna de Retorno (TIR), conforme critérios estabelecidos pela ANEEL.

						Consolidado
Descrição	**Usina Garcia**	**Usina Bracinho**	**Usina Cedros**	**Usina Salto**	**Usina Palmeiras**	**Total**
Saldo em 31.12.2025	**56.003**	**80.808**	**61.531**	**37.550**	**148.763**	**384.655**
Circulante						**45.542**
Não Circulante						**339.113**
Atualização Monetária	2.121	3.062	2.333	1.419	5.653	14.588
Juros	5.062	7.408	5.453	3.861	11.846	33.630
Amortização	(5.517)	(7.969)	(5.913)	(4.056)	(13.211)	(36.666)
Saldo em 30.09.2026	**57.669**	**83.309**	**63.404**	**38.774**	**153.051**	**396.207**
Circulante						**47.436**
Não Circulante						**348.771**

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

	Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia	**1.534.935**	**1.234.686**
Em Serviço	1.534.935	1.234.686
Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia	**181.935**	**176.618**
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	179.514	174.197
Total	**1.716.870**	**1.411.304**
Circulante	**20.786**	**19.956**
Não Circulante	**1.696.084**	**1.391.348**

13.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2025	**1.234.686**
(-) Transferência de Ativo de Contrato	263.161
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	38.958
(-) Resgate	(1.870)
Saldo em 30.09.2026	**1.534.935**

(i) IPCA

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

13.2. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n° 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativos a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 30 de setembro de 2026, o saldo atualizado é de R$179,5 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o

final do prazo final de concessão, que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2026/2027, R$22,0 milhões se referem à indenização.

	Consolidado
Descrição	**Usina Pery**
Saldo em 31.12.2025	**174.197**
Atualização Monetária	6.616
Juros	14.730
Amortização	(16.029)
Saldo em 30.09.2026	**179.514**
Circulante	**20.786**
Não Circulante	**158.728**

14. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

	Consolidado
Descrição	
Saldo em 31.12.2024	**771.357**
(-) Transferências para Ativo Intangível	(632.331)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(264.296)
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Infraestrutura da Distribuição	1.346.493
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	110.535
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(294.237)
Saldo em 31.12.2025	**1.037.521**
(-) Transferências para Ativo Intangível	(568.645)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(263.161)
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Infraestrutura da Distribuição	1.084.201
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	83.882
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(295.468)
Saldo em 30.09.2026	**1.078.330**

Os investimentos realizados pela Celesc D foram direcionados à expansão, modernização e manutenção da infraestrutura do sistema elétrico, bem como ao aprimoramento dos processos administrativos e operacionais da Companhia. Tais investimentos têm por objetivo elevar a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica, além de fortalecer a infraestrutura necessária para atender ao crescimento da demanda do sistema.

Nesse contexto, foram aplicados recursos em ativos relacionados à rede de alta tensão, linhas de distribuição, subestações, implantação de medidores inteligentes, tecnologia da informação, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como na renovação e ampliação da frota de veículos.
As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor de R$83,9 milhões de bens administrativos investidos até o terceiro trimestre de 2026, R$69,5 milhões foram investimentos em tecnologia da informação; R$5,2 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos; R$8,7 milhões aplicados na compra de novos veículos. Esses valores são recuperados na Revisão Tarifária Periódica, por meio da Base de Anuidade Regulatória – BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória – BRR.

A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- *Software* e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, além das movimentações que transitaram pelo resultado, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	Controladora			Consolidado				
	Ativo	Passivo		Ativo			Passivo	
Descrição	Contas a Receber	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos	Contas a Receber	Tributos a Recuperar	Tributos a Recolher	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
Dividendos e JCP	-	54.149	-	-	-	-	54.149	-
ICMS	-	-	-	-	97.774	241.812	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	10.001	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	141	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	773	-	-	-	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	7.282	-	-	7.282	-	-	-	-
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	-	-	-	-	25
Faturamento Energia	-	-	-	5	-	-	-	-
Coligadas e Controladas em Conjunto								
SC Gás								
Dividendos e JCP	2.447	-	-	2.447	-	-	-	-
ECTE								
Dividendos e JCP	2.436	-	-	2.436	-	-	-	-
Controladas								
Celesc G								
Dividendos e JCP	56.984	-	-	-	-	-	-	-
Celesc D								
Pessoal à Disposição	-	-	2.781	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	156	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	251.625	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	**320.774**	**54.149**	**2.937**	**23.085**	**97.774**	**241.812**	**54.149**	**25**
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
Dividendos e JCP	-	89.400	-	-	-	-	89.400	-
ICMS	-	-	-	-	105.890	225.052	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	17.085	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	186	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	814	-	-	-	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	7.865	-	-	7.865	-	-	-	-
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	102	-	-	-	-	13.523
Faturamento Energia	-	-	-	10	-	-	-	-
Coligadas e Controladas em Conjunto								
SC Gás								
Dividendos e JCP	2.783	-	-	2.783	-	-	-	-
Controladas								
Celesc G								
Dividendos e JCP	28.492	-	-	-	-	-	-	-
Celesc D								
Pessoal à Disposição	-	-	1.184	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	309	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	339.377	-	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura	-	-	38					
Saldo em 30.09.2026	**378.517**	**89.400**	**1.633**	**28.743**	**105.890**	**225.052**	**89.400**	**13.523**

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

	Controladora			Consolidado				
Descrição	**Despesas Operacionais**	**Outras Despesas**	**Receitas Financeiras**	**Receita de Vendas/ Serviços**	**Tributos**	**Custo Revenda Convencional**	**Despesas Operacionais**	**Receitas Financeiras**
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
ICMS	-	-	-	-	(1.805.365)	-	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	89.985	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	442	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	-	-	-	134	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	-	-	567	-	-	-	-	567
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Planos Previdenciários e Assistenciais	(16)	-	-	-	-	-	(16)	-
Faturamento Energia	-	-	-	70	-	-	-	-
Controlada								
Celesc D								
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.345)	-	-	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(6.915)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2025	**(6.931)**	**(1.345)**	**567**	**90.497**	**(1.805.365)**	**-**	**118**	**567**
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
ICMS	-	-	-	-	(2.058.595)	-	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	97.632	-	-	-	-
Monitoramento de Barragem	-	-	-	-	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	5.897	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	-	-	144	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	-	-	9.885	-	-	-	-	9.885
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Planos Previdenciários e Assistenciais	(3)	-	-	-	-	-	(3)	-
Faturamento Energia	-	-	-	66	-	-	-	-
Controlada								
Celesc D								
Compartilhamento de Infraestrutura	(453)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.315)	-	-	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(7.535)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2026	**(7.991)**	**(1.315)**	**9.885**	**103.595**	**(2.058.595)**	**-**	**141**	**9.885**

A Fundação Celesc de Seguridade Social (CELOS) possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia. A Celesc D é patrocinadora da Celos, fornecendo benefícios de contribuição previdenciária e plano de saúde, entre outros.

A Celesc D cobra da Companhia um percentual sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia, reajustado anualmente pelo IPCA, no mês de agosto.

(i) A DFESA, era coligada da Companhia até março de 2026, possuindo contratos de venda de energia de curto e longo prazos firmados com a subsidiária Celesc G para fins de revenda. Com a alienação da participação da Companhia na investida em 20 de julho de 2026, a Celesc G celebrou Instrumento Particular de Cessão e 3º Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia de Longo Prazo firmado com a DFESA, mediante o qual cedeu à Gerdau S.A. a totalidade dos direitos e obrigações decorrentes do referido contrato. A cessão foi realizada com anuência da DFESA, sem pagamento de qualquer contrapartida entre as partes, encerrando a relação contratual da Celesc G no referido contrato a partir da data da assinatura. Permaneceram sob responsabilidade da Celesc G apenas as obrigações e

contingências cujo fato gerador seja anterior à data da cessão, enquanto os direitos, obrigações, resultados da comercialização de energia, registros perante a CCEE e os certificados I-RECs referentes ao período remanescente passaram a ser de responsabilidade da cessionária.

A Companhia e suas controladas possuem transações com seu acionista majoritário, o Governo do Estado de Santa Catarina. As transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio; à cobrança pelo fornecimento de energia elétrica; à cessão de pessoal pela Celesc D; ao recolhimento obrigatório do ICMS devido e do ICMS por substituição tributária dos consumidores livres. Há, ainda, transações relacionadas à utilização de créditos de ICMS em obras do sistema elétrico necessárias à expansão de indústrias catarinenses; às obras de deslocamento de redes de distribuição de energia elétrica em decorrência de duplicações, pavimentações e alterações de traçado de rodovias estaduais realizadas no âmbito do programa estadual denominado Pacto pelas Estradas; às obras relacionadas ao incentivo às fontes renováveis de geração de energia elétrica e à eficiência energética, conforme previsto no programa Energia Boa, instituído pelo Decreto Estadual nº 674/2024; e às obras do Programa Celesc Rural Trifásico, voltado à expansão, modernização e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica no meio rural de Santa Catarina, por meio da conversão ou substituição de trechos de redes rurais monofásicas e bifásicas por redes trifásicas, ampliando a capacidade de fornecimento de energia às propriedades rurais.

Existem, também, contratos firmados entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc G, para a prestação de serviço de manutenção e operação da barragem de contenção de cheias no Município de José Boiteux (SC) e para usufruto de usinas fotovoltaicas de geração distribuída para compensação da energia elétrica consumida, este firmado com a Secretaria de Estado da Educação (SED).

15.1. Transações Tributárias

A Celesc D possui a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido e do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Além dos débitos e créditos usuais relacionados ao ICMS, ordinariamente advindos do faturamento regular e créditos tributários vinculados ao ativo patrimonial, a Companhia possui as seguintes transações de ICMS:

i) Estornos de débitos de ICMS

O estorno de débitos de ICMS por empresas fornecedoras de energia elétrica é regulamentado pelo Convênio CONFAZ ICMS nº 30/04.

Em virtude da quantidade de Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF3e) emitidas às 3,5 milhões de unidades consumidoras de energia elétrica da área de concessão, a Celesc D em processo de revisão de estornos de débitos de ICMS, apurou o montante de R$14,3 milhões de crédito de ICMS a apropriar, que necessitam da compilação das informações para posterior protocolo de pedido administrativo de restituição de ICMS na SEF-SC.

ii) Créditos presumidos relacionados à execução de obras

O Convênio CONFAZ ICMS nº 85/04, a Lei nº 17.762/2019 e o RICMS-SC concedem à Celesc D o crédito presumido de ICMS relacionado à execução de obras previstos nos seguintes programas:

Programa	Compensações	
	01.01.2026 a 30.09.2026	01.01.2025 a 31.12.2025
Celesc Rural	7.982	-
Pacto pelas estradas	7.014	10.553
Indústrias	29.088	57.852
Energia Boa	50.650	6
Total	**94.734**	**68.411**

15.2. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**30.09.2025**	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Honorários	6.270	5.946	6.270	5.946
Participação nos Lucros e/ou Resultados	2.592	1.625	2.592	1.625
Encargos Sociais	2.175	1.940	2.175	1.940
Outros	968	979	968	979
Total	**12.005**	**10.490**	**12.005**	**10.490**

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia. Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

16. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

16.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Ativo	-	-	562.871	560.035
Passivo	-	-	(118.767)	(111.200)
Tributo Diferido Líquido	**-**	**-**	**444.104**	**448.835**

	Consolidado					
Diferenças Temporárias	**Diferido Ativo**		**Diferido Passivo**		**Diferido Líquido**	
	30.09.2026	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Provisão p/ Contingências	89.809	102.407	-	-	89.809	102.407
Provisão p/ Perdas em Ativos	9.899	10.080	-	-	9.899	10.080
Provisão p/ Perdas em Contas a Receber (i)	-	-	55.048	56.157	(55.048)	(56.157)
Benefício Pós-Emprego	598.124	592.538	-	-	598.124	592.538
Arrendamento – CPC 06	366	282			366	282
Custo Atribuído	-	-	5.859	6.070	(5.859)	(6.070)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	39.734	41.323	(39.734)	(41.323)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	48.958	50.916	(48.958)	(50.916)
Bonificação de Outorga	-	-	78.799	73.385	(78.799)	(73.385)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	31.100	28.489	(31.100)	(28.489)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	12.958	13.353	(12.958)	(13.353)
Operações Hedge	18.475	13.350	-	-	18.475	13.350
Outras Provisões	-	-	113	129	(113)	(129)
Total	**716.673**	**718.657**	**272.569**	**269.822**	**444.104**	**448.835**

(i) O tributo diferido referente à Provisão para Perdas em Contas a Receber está relacionado às características do contas a receber da Celesc D quanto ao seu enquadramento para fins de dedutibilidade fiscal conforme o RIR/2018, e os montantes registrados como Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, observando-se uma dedutibilidade fiscal em montante superior ao da PECLD societária.

Na contabilidade societária, a Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída com base em metodologia que considera a expectativa de recuperação dos créditos, refletindo o risco efetivo de inadimplência, apurado a partir de análises históricas, condições atuais e perspectivas econômicas.

Para fins fiscais, entretanto, a dedutibilidade das perdas observa critérios específicos estabelecidos pela legislação tributária para o enquadramento dos créditos e o reconhecimento das perdas como dedutíveis. Em razão das características da carteira de contas a receber da Companhia e do enquadramento de sua dedutibilidade fiscal, nos termos da regulamentação tributária vigente (RIR/2018), verifica-se que o

montante considerado dedutível para fins de apuração dos tributos é superior ao valor registrado como PECLD na contabilidade societária.

Dessa forma, essa diferença entre a base fiscal e a base contábil resulta no reconhecimento de tributo diferido, refletindo o efeito temporário gerado pelo fato da dedutibilidade fiscal das perdas ocorrer em montante superior do que a provisão reconhecida nas demonstrações financeiras societárias.

16.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R$72,9 milhões, em razão da improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

16.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL não decorre exclusivamente do lucro gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado do imposto de renda e da contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser considerada como único indicativo dos resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias, de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos fiscais diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem, ocasião em que serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2026 são:

		Consolidado
Ano	**30.09.2026**	**31.12.2025**
2026	15.547	10.918
2027	15.176	15.176
2028	13.790	13.790
2029	34.441	34.441
2030+	637.720	644.332
Total	**716.674**	**718.657**

16.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2024	**23.416**
(-) Baixa do Custo Atribuído	(843)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	287
Saldo em 31.12.2025	**22.860**
(-) Baixa do Custo Atribuído	(621)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	212
Saldo em 30.09.2026	**22.451**

16.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A tabela a seguir apresenta a movimentação do Benefício a empregados e os respectivos valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes.

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2024	**1.172.314**
(+) Adição dos Benefícios a empregados	107.764
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(36.640)
Saldo em 31.12.2025	**1.243.438**
(+) Adição dos Benefícios a empregados	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 30.09.2026	**1.243.438**

16.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**30.09.2025**	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**828.737**	**572.734**	**1.056.171**	**783.216**
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(281.770)**	**(194.730)**	**(359.098)**	**(266.293)**
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	259.677	200.010	12.782	13.894
Benefício Fiscal	-	-	(197)	(123)
Incentivo Fiscal	-	-	532	1.724
Juros sobre Capital Próprio	29.053	(10.682)	117.067	63.123
Provisões Indedutíveis	(12.139)	6.276	(12.140)	6.275
Multas Indedutíveis	-	-	(6.776)	(28.214)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	1.653	627	1.653	627
Participação dos Administradores	(1.237)	(924)	(1.307)	(988)
Lei do Bem	-	-	2.802	-
Outras Adições (Exclusões)	925	(2.021)	13.410	(1.951)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	**(3.838)**	**(1.444)**	**(231.272)**	**(211.926)**
Corrente	(3.838)	(1.444)	(226.542)	(104.785)
Diferido	-	-	(4.730)	(107.141)
Alíquota Efetiva	**0,46%**	**0,25%**	**21,90%**	**27,06%**

16.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

16.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes

positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo aguarda a realização de perícia contábil.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado é de R$ 300,10 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025 (Reclassificado)**	**30.09.2026**	**31.12.2025 (Reclassificado)**
Controladas	**4.123.841**	**3.451.262**	**-**	**-**
Celesc D	3.279.285	2.668.203	-	-
Celesc G	844.556	783.059	-	-
Controladas em Conjunto	**188.856**	**176.281**	**188.856**	**176.281**
SCGÁS	188.856	176.281	188.856	176.281
Coligadas	**54.271**	**92.628**	**87.050**	**138.298**
ECTE	54.271	58.015	54.271	58.015
DFESA	-	34.613	-	34.613
SPEs	-	-	32.779	45.670
Total	**4.366.968**	**3.720.171**	**275.906**	**314.579**

17.1. Informações sobre Investimentos

Controladora

	Ações da Companhia	Participação da Companhia								
Descrição	**Ordinárias**	**Capital Social**	**Capital Votante**	**Ativo Circulante**	**Ativo Não Circulante**	**Passivo Circulante**	**Passivo Não Circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Receitas**	**Lucro**
Saldo em 31.12.2025										
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.607.408	8.835.481	3.030.649	6.744.037	2.668.203	11.692.266	614.199
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	124.397	903.429	87.626	157.141	783.059	219.498	103.927
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	91.999	519.441	68.402	363.063	179.975	46.706	31.548
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	548.443	544.977	154.999	59.089	879.332	1.299.123	171.371
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	16.229	150.185	15.059	1.063	150.292	66.786	24.726
Saldo em 30.09.2026										
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	4.457.157	9.379.792	3.850.420	6.707.244	3.279.285	9.252.423	653.041
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	173.123	913.259	80.548	161.278	844.556	185.458	75.711
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	110.166	496.421	101.252	336.260	169.075	37.307	26.713
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	601.688	548.015	160.121	29.800	959.782	734.219	148.314

Consolidado

	Ações da Companhia	Participação da Companhia								
Descrição	**Ordinárias**	**Capital Social**	**Capital Votante**	**Ativo Circulante**	**Ativo Não Circulante**	**Passivo Circulante**	**Passivo Não Circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Receitas**	**Lucro ou Prejuízo**
Saldo em 31.12.2025										
ECTE	13.001	30,88%	30,880%	91.999	519.441	68.402	363.063	179.975	46.706	31.548
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	548.443	544.977	154.999	59.089	879.332	1.299.123	171.371
DFESA	153.381	23,03%	23,030%	16.229	150.185	15.059	1.063	150.292	66.786	24.726
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,500%	4.580	38.927	286	-	43.221	9.012	1.546
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	4.258	26.817	870	-	30.205	13.995	2.892
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	1.681	52.295	2.813	11.283	39.880	6.274	(290)
Saldo em 30.09.2026										
ECTE	13.001	30,88%	30,885%	110.166	496.421	101.252	336.260	169.075	37.307	26.713
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	601.688	548.015	160.121	29.800	959.782	734.219	148.314
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	5.705	25.570	504	-	30.771	9.124	2.277
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	3.488	52.253	2.639	10.325	42.777	5.239	2.897

17.2. Movimentação dos Investimentos

Controladora						
Descrição	**Celesc D**	**Celesc G**	**ECTE**	**SCGÁS**	**DFESA**	**Total**
Investimentos	2.668.203	783.059	55.585	149.487	34.613	**3.690.947**
Direito de Concessão	-	-	2.430	26.794	-	**29.224**
Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)	**2.668.203**	**783.059**	**58.015**	**176.281**	**34.613**	**3.720.171**
Dividendos e JCP Creditados	(258.866)	(14.214)	(11.617)	(11.537)	-	**(296.234)**
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	(377)	(1.101)	-	**(1.478)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	653.041	75.711	8.250	25.213	1.540	**763.755**
Aumento de Capital Social	216.907	-	-	-	-	**216.907**
Outros Ajustes	-	-	-	-	(36.153)	**(36.153)**
Saldo em 30.09.2026	**3.279.285**	**844.556**	**54.271**	**188.856**	**-**	**4.366.968**
Investimentos	3.279.285	844.556	52.218	163.163	-	**4.339.222**
Direito de Concessão	-	-	2.053	25.693	-	**27.746**

Consolidado					
Descrição	**ECTE(i)**	**SCGÁS (i)**	**DFESA**	**SPEs**	**Total**
Investimentos	55.585	149.487	34.613	45.670	**285.355**
Direito de Concessão	2.430	26.794	**-**	**-**	**29.224**
Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)	**58.015**	**176.281**	**34.613**	**45.670**	**314.579**
Dividendos e JCP Creditados	(11.617)	(11.537)	-	(1.382)	**(24.536)**
Amortização Direito de Uso de Concessão	(377)	(1.101)	-	-	**(1.478)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.250	25.213	1.540	2.591	**37.594**
Outros Ajustes (ii)	-	-	(36.153)	(14.100)	**(50.253)**
Saldo em 30.09.2026	**54.271**	**188.856**	**-**	**32.779**	**275.906**
Investimentos	52.218	163.163	-	32.779	**248.160**
Direito de Concessão	2.053	25.693	-	-	**27.746**

(i) Direito de Uso de Concessão

O direito de uso de concessão foi gerado na compra da participação na SCGÁS e na ECTE. Não é tratado como ágio por ser um investimento em empresa com prazo de concessão definido. O saldo desse ativo, em 30 de setembro de 2026, é de R$27,7 milhões e, em 31 de dezembro de 2025, era de R$29,2 milhões. Ele será amortizado pelo prazo da concessão da prestação de serviços públicos da investida até 2044 (SCGÀS) e 2030 (ECTE).

(ii) Outros Ajustes

O montante de R$50,3 milhões refere-se à alienação de participações societárias da Celesc G na Companhia Hidrelétrica Rondinha e da Controladora na DFESA.

Em 22 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a alienação da participação acionária detida pela Celesc G na Companhia Rondinha Energética S.A., correspondente a 32,5% do capital social. A decisão decorreu de proposta apresentada pelo Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – FIP Pirineus, sócio na referida Companhia e titular de 67,50% do respectivo capital social, para aquisição da totalidade da participação societária. A transação foi concluída em maio de 2026 pelo valor de R$14,2 milhões e o valor contábil registrado era de R$14,1 milhões.

A Celesc detinha participação societária correspondente a 23,03% do capital social da Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), sociedade atuante no segmento de geração de energia elétrica. A Gerdau S.A., acionista detentora de 53,94% do capital social da DFESA, apresentou proposta para aquisição da totalidade da participação societária detida pela Celesc. Em 16 de abril de 2026, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação da alienação integral das ações de sua titularidade, conforme as condições estabelecidas na proposta apresentada. Após o cumprimento das condições precedentes previstas na operação, foi realizado o fechamento da transação, com a transferência das ações e o recebimento do preço de fechamento no montante de R$153,9 milhões em julho de 2026. O valor contábil registrado era de R$36,2 milhões.

18. IMOBILIZADO

18.1. Composição do Saldo

	Controladora
Descrição	**Ativos de Direito de Uso**
Saldo em 31.12.2025	**189**
Custo do Imobilizado	1.372
Depreciação Acumulada	(1.183)
Saldo em 31.12.2025	**189**
Depreciação	(170)
Custo do Imobilizado	1.372
Depreciação Acumulada	(1.353)
Saldo em 30.09.2026	**19**
Taxa Média de Depreciação	**40,00%**

	Consolidado							
Descrição	**Terrenos**	**Reservatórios Barragens e Adutoras**	**Prédios e Construções**	**Máquinas e Equipamentos**	**Outros**	**Obras em Andamento**	**Ativos de Direito de Uso**	**Total**
Saldo em 31.12.2025	**8.495**	**22.042**	**7.608**	**107.322**	**1.679**	**59.145**	**12.283**	**218.574**
Custo do Imobilizado	19.488	173.772	23.179	199.106	4.194	59.145	57.559	**536.443**
Provisão p/ Perdas	(3.665)	(25.678)	(1.995)	(14.926)	(38)	-	-	**(46.302)**
Depreciação Acumulada	(7.328)	(126.052)	(13.576)	(76.858)	(2.477)	-	(43.516)	**(269.807)**
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.760)	**(1.760)**
Saldo em 31.12.2025	**8.495**	**22.042**	**7.608**	**107.322**	**1.679**	**59.145**	**12.283**	**218.574**
Adições	-	-	-	-	-	4.834	11.646	16.480
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	(10.648)	-	-	(208)	(10.856)
Baixas Depreciação	-	-	-	10.648	-	-	-	10.648
Depreciação	-	(792)	(251)	(6.475)	(262)	-	(4.912)	(12.692)
(+/-) Transferências	937	882	872	14.134	-	(16.825)	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Saldo em 30.09.2026	**9.432**	**22.132**	**8.229**	**114.981**	**1.417**	**47.154**	**18.780**	**222.125**
Custo do Imobilizado	20.425	174.654	24.051	202.592	4.194	47.154	68.997	542.067
Provisão p/ Perdas	(3.665)	(25.678)	(1.995)	(14.926)	(38)	-	-	(46.302)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(126.844)	(13.827)	(72.685)	(2.739)	-	(48.428)	(271.851)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.789)	(1.789)
Saldo em 30.09.2026	**9.432**	**22.132**	**8.229**	**114.981**	**1.417**	**47.154**	**18.780**	**222.125**
Taxa Média de Depreciação	**-**	**3,91%**	**3,17%**	**5,70%**	**12,84%**	**-**	**46,53%**	**-**

18.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas são as seguintes:

	Consolidado
	Percentuais (%)
Administração	**30.09.2026**
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,0
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,8

	Consolidado
	Percentuais (%)
Operação	**30.09.2026**
Prédios e Construções	3,2
Máquinas e Equipamentos	5,6
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,9
Veículos	13,1
Móveis e Utensílios	4,8

No método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as revisões apresentam resultados que se aproximam daqueles estabelecidos pela ANEEL.

18.3. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo (Não Circulante) em 31.12.2025	**189**	**12.283**
(+) Adições	-	11.646
(-) Depreciação	(170)	(4.912)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(29)
(-) Baixa	-	(208)
Saldo (Não Circulante) em 30.09.2026	**19**	**18.780**

PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2025	**190**	**13.113**
Circulante	**190**	**2.863**
Não Circulante	**-**	**10.250**
(+) Adições	-	11.646
(-) Baixas	-	(242)
(+) Juros Incorridos	9	1.127
(-) Pagamento Principal	(170)	(4.659)
(-) Juros Pagos	(9)	(1.127)
Saldo em 30.09.2026	**20**	**19.858**
Circulante	**20**	**6.078**
Não Circulante	**-**	**13.780**

18.4. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

	Consolidado	
Anos	**30.09.2026**	**31.12.2025**
2027	-	4.325
2028	1.931	1.056
2029	2.078	1.122
2030	2.107	1.103
2031+	7.664	2.644
Total	**13.780**	**10.250**

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

a) Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
b) Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
c) Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

19. INTANGÍVEL

					Consolidado
Descrição	**Ativo de Concessão Celesc D (i)**	***Softwares* Adquiridos**	**Repactuação Risco Hidrológico *GSF* (ii)**	**Itens em Andamento**	**Total**
Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)	**4.999.640**	**1.446**	**39.276**	**537**	**5.040.899**
Custo Total	8.644.564	8.989	45.879	537	8.699.969
Amortização Acumulada	(3.644.924)	(7.543)	(6.603)	-	(3.659.070)
Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)	**4.999.640**	**1.446**	**39.276**	**537**	**5.040.899**
Adições	-	-	-	160	160
Baixas (iii)	(50.662)	-	-	-	(50.662)
Amortizações	(296.599)	(241)	(1.164)	-	(298.004)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 14)	568.645	21	-	(21)	568.645
Saldo em 30.09.2026	**5.221.024**	**1.226**	**38.112**	**676**	**5.261.038**
Custo Total	9.162.547	9.010	45.879	676	9.218.112
Amortização Acumulada	(3.941.523)	(7.784)	(7.767)	-	(3.957.074)
Saldo em 30.09.2026	**5.221.024**	**1.226**	**38.112**	**676**	**5.261.038**
Taxa Média Amortização	**5,0%**	**19,9%**	**3,4%**	**-**	**-**

(i) A amortização do ativo intangível é reconhecida pelo método linear, considerando a vida útil definida nos contratos ou o prazo de concessão aplicável, adotando-se o menor entre esses prazos.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico *GSF*, foi calculada pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) As baixas registradas no período referem-se à desativação definitiva de ativos, decorrente principalmente do processo contínuo de renovação e modernização do acervo de bens da Celesc D. Tais desativações abrangem ativos substituídos por novos investimentos em infraestrutura, bem como bens retirados de operação por obsolescência, inadequação técnico-operacional, perda de funcionalidade ou em decorrência de eventos de sinistros. Os respectivos valores foram baixados do ativo em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis e com a regulamentação setorial vigente.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

20. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
ICMS ST (i)	-	-	53.716	51.663
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	78.938	51.323
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	77.455	48.452
Diferença Reembolso CDE (iii)	-	-	88.876	40.797
Adiantamento Proinfa (iv)	-	-	24.752	24.752
Estoques (v)	-	-	21.659	21.568
Adiantamentos Diversos (vi)	84	91	24.422	10.703
Alienação de Bens e Direitos (vii)	-	-	16.997	18.235
Programa Baixa Renda	-	-	10.399	10.681
Despesas Pagas Antecipadamente (viii)	799	400	2.743	5.237
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Pessoal a Disposição	-	-	842	716
Bens Destinados à Alienação (ix)	-	-	6.453	4.408
Títulos e Valores Mobiliários (x)	208	208	208	208
Outros Créditos (xi)	29	5	7.682	8.257
Total	**1.120**	**704**	**416.280**	**298.138**
Circulante	**912**	**496**	**393.887**	**276.119**
Não Circulante	**208**	**208**	**22.393**	**22.019**

(i) ICMS Substituição Tributária – ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Diferença Reembolso CDE

Refere-se à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da Câmera de Comercialização de Energia Elétrica – CEEE. Os subsídios são aplicados aos clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.602/2026, que aprovou o reajuste tarifário anual a partir de 22 de agosto de 2026.

(iv) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(v) Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia com vida útil menor que um ano, quando aplicável, e de alto giro.

(vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamento de 13º salário (R$12,9 milhões), férias (R$1,7 milhão) e vale-alimentação (R$8,6 milhões).

(vii) Alienação de Bens e Direitos

As principais alienações de bens e direitos são de sucatas e terrenos.

(viii) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R$487,5 mil.

(ix) Bens Destinados à Alienação

São ativos da Celesc D que não são mais utilizados na prestação do serviço e que, por decisão da Companhia e mediante autorização regulatória quando aplicável, serão vendidos, transferidos ou baixados do patrimônio.

(x) Títulos e Valores Mobiliários

São investimentos temporários, classificados no ativo não circulante e são mensurados a valor justo.

(xi) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

21. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Energia Elétrica	-	-	490.806	503.468
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	266.291	218.072
Materiais e Serviços	787	1.019	171.441	173.856
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	-	41.357	106.753
Total	**787**	**1.019**	**969.895**	**1.002.149**

A CCEE possui, entre suas atribuições apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e, também, os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, nos quais o risco é alocado ao consumidor.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Notas Comerciais, (iii) Financiamento BNDES e (iv) Empréstimos – BID. Alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que os valores contábeis dos empréstimos são aproximações razoáveis de seus valores justos, uma vez que estão indexados a taxas de mercado.

		Consolidado	
Descrição		**30.09.2026**	**31.12.2025**
Total Moeda Nacional		**1.213.644**	**608.893**
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	351.216	512.470
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	65.208	74.576
Notas Comerciais (ii)	CDI+0,58% a.a.	776.871	-
Custo de Emissão (ii)		(719)	-
Empréstimo BNDES (iii)	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	21.068	21.847
Circulante		**192.459**	**189.725**
Não Circulante		**1.021.185**	**419.168**

		Consolidado	
Descrição		**30.09.2026**	**31.12.2025**
Total Moeda Estrangeira		**1.257.771**	**1.249.482**
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	1.257.771	1.249.482
Circulante		**148.753**	**106.857**
Não Circulante		**1.109.018**	**1.142.625**

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de empréstimos bancários se referem a captações realizadas pela Companhia com o objetivo de reforço de caixa.

Em abril de 2019 e fevereiro de 2022, a Companhia contratou, junto ao Banco Safra, Cédulas de Crédito Bancário nos montantes de R$335,0 milhões e R$550,0 milhões, remuneradas a CDI + 0,80% a.a. e CDI + 1,65% a.a., respectivamente. Após aditamentos contratuais, foram estabelecidas amortizações semestrais a partir de junho e agosto de 2025, com vencimentos finais em dezembro de 2029 e fevereiro de 2029, respectivamente, sem alteração das remunerações originalmente contratadas. Os encargos da Cédula de Crédito Bancário de 2019 são pagos mensalmente.

ii) Notas Comerciais

No âmbito dessas captações, em 25 de junho de 2026, a Companhia realizou a 2ª emissão de 750.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única e para colocação privada, com valor nominal unitário de R$1 mil, totalizando R$750,0 milhões, integralmente subscritas pelo Banco do Brasil S.A. Os recursos captados destinam-se ao reforço de caixa da Companhia.

As Notas Comerciais são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de sobretaxa de 0,58% a.a., com pagamentos semestrais. O principal será liquidado em parcela única no vencimento, em 25 de junho de 2028. A operação conta com garantia fidejussória das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e prevê a manutenção da relação Dívida Líquida/EBITDA em patamar igual ou inferior a 3,50 vezes, a ser apurada anualmente a partir do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

iii) Financiamento BNDES – Celesc G

Em abril de 2024, a Celesc G firmou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R$214,4 milhões.

O contrato está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas (UFV), Lages II, Capivari e Videira, à ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e à reativação da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Maruim, todas localizadas em Santa Catarina.

O quadro a seguir demonstra os valores contratados, liberados, inutilizados e a liberar, separados por subcréditos:

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim	Totais
Valor Contratado	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110	214.404
Valor Liberado	3.730	10.063	3.658	-	5.110	22.561
Valor Inutilizado	-	35	-	-	-	35
Saldo a Liberar	**-**	**-**	**-**	**191.808**	**-**	**191.808**
Periodicidade Pagamento Juros e Amortizações	Mensal	Mensal	Mensal		Mensal	
Início Pagamento Juros e Amortizações	15/08/2025	15/08/2025	15/08/2025		15/08/2025	

Até 30 de setembro de 2026, os pagamentos de juros e de principal somaram R$1,46 milhão e R$2,05 milhão, respectivamente.

Anualmente, como garantidora, a Companhia tem como compromisso contratual apresentar o indicador financeiro Dívida Líquida Consolidada/LAJIDA igual ou inferior a 3,0.

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID I

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D celebrou contrato de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), referente ao Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), no montante de US$276,1 milhões. A operação possui prazo total de 300 meses, incluindo carência de até 66 meses, com amortizações semestrais pelo Sistema de Amortização Constante.

O empréstimo conta com garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de concessão da Companhia. Os recursos foram convertidos para moeda nacional, não havendo incidência de variação cambial. A taxa de juros considera os custos do BID e pode sofrer variações em função de componente de *spread* definido periodicamente pela instituição.

A última liberação de recursos ocorreu em 30 de abril de 2024. As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), conforme previsto contratualmente.

22.1. Aprovação BID II

A Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, aprovou durante reunião realizada em 27 de março de 2025 o Programa de Modernização Energética para Resiliência Climática e Sustentabilidade em Santa Catarina.

Em reunião realizada em 14 de maio de 2026, com rerratificação em 24 de setembro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação do Programa, que prevê financiamento do BID à Celesc Distribuição S.A, no montante de US$ 243,0 milhões, complementado por US$ 62,6 milhões em recursos de contrapartida da Companhia, totalizando investimentos estimados em US$ 305,6 milhões.

A assinatura do contrato está condicionada ao cumprimento de etapas e demais formalidades legais e institucionais aplicáveis.

22.2. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

					Consolidado	
Descrição	**Nacional**		**Estrangeira**		**Total**	
	30.09.2026	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Ano 2027	9.774	158.308	33.606	67.213	43.380	225.521
Ano 2028	908.203	260.860	67.213	1.075.412	975.416	1.336.272
Ano 2029	89.655	-	67.213	-	156.868	-
Ano 2030+	13.553	-	940.986	-	954.539	-
Total	**1.021.185**	**419.168**	**1.109.018**	**1.142.625**	**2.130.203**	**1.561.793**

22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

			Consolidado
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2025	**189.725**	**419.168**	**608.893**
Ingressos	392.015	749.302	1.141.317
Atualização Monetária	423	360	783
Encargos Provisionados	98.819	-	98.819
Transferências	147.645	(147.645)	-
Pagamentos de Principal	(540.511)	-	(540.511)
Pagamentos de Encargos	(95.768)	-	(95.768)
(-) Custo na Emissão de Empréstimos	111	-	111
Saldo em 30.09.2026	**192.459**	**1.021.185**	**1.213.644**

22.4. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

			Consolidado
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2025	**106.857**	**1.142.625**	**1.249.482**
Atualização Monetária	(2.507)	-	(2.507)
Encargos Provisionados	134.724	-	134.724
Transferências	33.607	(33.607)	-
Pagamento de Encargos	(90.987)	-	(90.987)
Pagamento de Principal	(32.941)	-	(32.941)
Saldo em 30.09.2026	**148.753**	**1.109.018**	**1.257.771**

23. DEBÊNTURES

23.1. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Companhia realizou sua 6ª emissão de debêntures, totalizando 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da 1ª série e 400.000 (quatrocentas mil) da 2ª série, com valor nominal unitário de R$ 1,0 mil, perfazendo o montante total de R$ 800,0 milhões (oitocentos milhões).

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

23.1.1. Primeira Série

Debêntures 2023	**Detalhes**
Série	Primeira série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	1ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R$1.000
Total da Emissão	R$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	5 anos (15 de novembro de 2028)
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + *spread* 1,65% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Semestral, a partir de 15 de novembro de 2026
Pagamentos até 30.09.2026	R$139,8 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.1.2. Segunda Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Segunda série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	2ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R$1.000
Total da Emissão	R$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de novembro de 2030)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,5279% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Anual, a partir de 15 de novembro de 2028
Pagamentos até 30.09.2026	R$68 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.2. Debêntures 2024 – Celesc D

Em 15 de julho de 2024, a Companhia emitiu sua 7ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,2 bilhão (um bilhão e duzentos milhões), representada por 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da 1ª série e 1.000.000 (um milhão) da 2ª série.
As emissões das 6ª e 7ª debêntures totalizaram R$1,2 bilhão.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

23.2.1. Primeira Série (Institucional):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	1ª série: 200.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R$1.000
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,95% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2030
Pagamentos até 30.09.2026	R$ 55,3 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.2.2. Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	2ª série: 1.000.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R$1.000
Prazo de Vencimento	10 anos (15 de julho de 2034)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,9534% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2032
Pagamentos até 30.09.2026	R$ 141,1 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.3. Debêntures 2025 – Celesc D (Primeira emissão)

Em 30 de julho de 2025, a Celesc D emitiu a 8ª debêntures totalizando R$510,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Debêntures 2025	Detalhes
Data de Emissão	30 de julho de 2025
Quantidade de Debêntures	510.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R$1.000
Prazo de Vencimento	6 anos (30 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,67% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2026
Amortização	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2029
Pagamentos até 30.09.2026	R$73,9 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.4. Debêntures 2025 – Celesc D (Segunda emissão)

Em 28 de novembro de 2025, a Celesc D emitiu a 9ª debêntures, totalizando R$ 500,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Segunda emissão Debêntures 2025	Detalhes
Data de Emissão	28 de novembro de 2025
Quantidade de Debêntures	500.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R$1.000
Prazo de Vencimento	1 ano e 3 Meses (28 de fevereiro de 2027)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,30% ao ano
Pagamento de Juros	única parcela na Data de Vencimento final (bullet)
Amortização	única parcela na Data de Vencimento final (bullet)
Pagamentos até 30.09.2026	R$ 0,00
Covenants financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora ≤ 3,5

23.5. Debêntures 2020 – Celesc G

Debêntures 2020	Detalhes
Data de Emissão	10 de dezembro de 2020
Quantidade de Debêntures	37.000
Valor Nominal Unitário	R$1.000
Total da Emissão	R$37 milhões
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Tipo de Debênture	Simples, não conversível em ações
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc G)
Prazo de Vencimento	10 anos
Juros Remuneratórios	4,30% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de junho de 2021
Amortização	Semestral, a partir de dezembro de 2023
Pagamentos até 30.09.2026	R$9,52 milhões (remuneração) e R$19,31 milhões (principal)
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da empresa, como emissora, ≤ 3,5

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

23.6. Movimentação das Debêntures

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2025	**3.147.371**
Encargos Provisionados	313.802
Pagamentos Encargos	(223.825)
Pagamento Principal	(3.428)
Custos na Emissão de Debêntures	4.852
Marcação a Mercado (VJR)	6.309
Saldo em 30.09.2026	**3.245.081**
Circulante	**790.217**
Não Circulante	**2.454.864**

23.7. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

	Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Ano 2026	1.635	6.487
Ano 2027	6.043	6.043
Ano 2028+	28.383	28.383
Total	**36.061**	**40.913**

23.8. Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

				Controladora		
Descrição	**31.12.2025**	**Pagamentos**	**Total das Variações de Fluxo de Financiamentos**	**Pagamento de Juros (i)**	**Variações que não Afetam o Caixa (ii)**	**30.09.2026**
Dividendos e JCP a Pagar	**261.382**	(49.079)	(49.079)	-	382.456	**594.759**
Passivo de Arrendamento	**190**	(170)	(170)	(9)	9	**20**
Total	**261.572**	**(49.249)**	**(49.249)**	**(9)**	**382.465**	**594.779**

							Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**Ingressos de Recursos**	**Pagamentos do Principal**	**Total das Variações de Fluxo de Financiamentos**	**Pagamento de Juros (i)**	**Ajuste a Valor de Mercado**	**Variações que não Afetam o Caixa (ii)**	**30.09.2026**
Instrumentos Financeiros Derivativos	**90.607**	-	(86.714)	**(86.714)**		8.766	59.709	**72.368**
Empréstimos e Financiamentos	**1.858.375**	1.141.317	(573.452)	**567.865**	(186.755)	-	231.930	**2.471.415**
Debêntures	**3.147.371**	-	(3.428)	**(3.428)**	(223.825)	6.309	318.654	**3.245.081**
Dividendos/JCP	**261.382**	-	(155.996)	**(155.996)**	-	-	370.766	**476.152**
Passivo de Arrendamento	**13.113**	-	(4.659)	**(4.659)**	(1.127)	-	12.531	**19.858**
Total	**5.370.848**	**1.141.317**	**(824.249)**	**317.068**	**(411.707)**	**15.075**	**993.590**	**6.284.874**

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.
(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R$231,9 milhões. As debêntures totalizaram R$318,6 milhões, sendo R$4,7 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas até setembro de 2026.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção econômica contra a volatilidade das taxas de juros, sendo os contratos inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, mensurados ao valor justo. O principal instrumento utilizado para essa finalidade é o *swap.*

No âmbito da gestão de riscos financeiros, a Celesc D contratou operações de *swap* relacionadas à 6ª e à 7ª emissões de debêntures, com o objetivo de converter a exposição da dívida indexada ao IPCA para CDI. Essa estratégia visa mitigar o risco de descasamento entre os fluxos de caixa das obrigações financeiras e das aplicações da Companhia, majoritariamente atreladas ao CDI, além de reduzir a volatilidade associada ao IPCA.

Em 15 de outubro de 2024, foram formalizadas as operações de *swap*, sendo a da 6ª emissão contratada com o Banco Safra e a da 7ª emissão com a XP Investimentos. Embora tais instrumentos contribuam para maior previsibilidade dos fluxos de caixa, permanecem sujeitos a riscos de mercado decorrentes de variações nas condições macroeconômicas.

A efetividade das operações de *hedge* é avaliada prospectivamente com base na análise dos termos críticos do item protegido e do instrumento de *hedge*, visando assegurar adequada correlação entre as variações dos fluxos de caixa.

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2026 são os seguintes:

						Consolidado
Contraparte	**Data do contrato**	**Data de Vencimento**	**Categoria**	**Indexador ativo**	**Indexador passivo**	**Valor nominal**
XP	15.10.2024	17.07.2034	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	1.020.619
Safra	15.10.2024	18.11.2030	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	427.805
Total						**1.448.424**

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

	Consolidado
Descrição	**Total**
Posição líquida passiva em 31.12.2024	**(70.230)**
Marcação a Mercado no Resultado	(21.616)
Amortização	70.497
Posição líquida passiva em 31.12.2025	**(21.349)**
Marcação a Mercado no Resultado	(8.766)
Amortização	86.714
Posição líquida ativa em 30.09.2026	**56.599**
Ativo Não Circulante	**128.967**
Passivo Circulante	**(72.368)**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava posição líquida passiva de R$21,3 milhões. No período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2026, foram realizadas liquidações financeiras de R$86,7 milhões e reconhecido no resultado efeito líquido de R$8,8 milhões decorrente da marcação a mercado dos instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2026, com base no valor justo dos fluxos contratuais remanescentes, os instrumentos apresentavam posição líquida ativa de R$56,6 milhões, composta por ativo derivativo não circulante de R$129,0 milhões e passivo derivativo circulante de R$72,4 milhões.

Os valores da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de setembro de 2026, estão dispostos a seguir:

			Consolidado
Contraparte	**Valor justo Ponta Ativa**	**Valor Justo Ponta Passiva**	**Resultado Financeiro**
XP	1.082.563	(1.046.736)	35.827
Safra	455.222	(434.450)	20.772
Total	**1.537.785**	**(1.481.186)**	**56.599**

As operações de *swap* contratadas pela Companhia qualificam-se para a aplicação da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), sendo classificadas como hedge de valor justo para conversão de taxas de juros. Tais instrumentos são reconhecidos como ativos financeiros quando apresentam valor justo positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A mensuração do valor justo dos *swaps* é realizada por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando a Estrutura Temporal da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela ANBIMA na data-base de 30 de setembro de 2026.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado do período, em conjunto com as variações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco objeto da proteção. Caso a relação de *hedge* deixe de atender aos critérios para aplicação da contabilidade de *hedge*, os ajustes no valor contábil do item protegido passam a ser amortizados no resultado ao longo do prazo remanescente da operação pelo método da taxa efetiva de juros.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Provisões e Encargos Sociais da Folha	2.351	1.851	190.410	157.050
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	43.354	9.393
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	6.098	13.023
Provisão Participação nos Lucros e Resultados – PLR	-	-	37.203	31.498
Folha de Pagamento Líquida	421	437	17.681	20.782
Total	**2.772**	**2.288**	**294.746**	**231.746**
Circulante	**2.772**	**2.288**	**280.008**	**228.829**
Não Circulante	**-**	**-**	**14.738**	**2.917**

25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O Plano de Desligamento Incentivado (PDI) integra a estratégia da Companhia voltada à adequação da estrutura de custos, otimização de processos e melhoria de indicadores operacionais.

O regulamento do PDI foi aprovado em 22 de fevereiro de 2016, tendo sua primeira implementação em dezembro do mesmo ano. Nos anos subsequentes, foram realizadas novas edições do programa, mantendo-se critérios e regulamentos semelhantes, com ajustes pontuais nos requisitos de elegibilidade.

A edição mais recente do programa (PDI 2026) foi aprovada em janeiro de 2026, cujo objetivo foi oferecer aos empregados elegíveis a possibilidade de desligamento voluntário, mediante a concessão de um pacote de benefícios. As principais premissas do Plano são as seguintes: o público-alvo do PDI é composto por empregados admitidos até 31 de dezembro de 1995 ou que possuam 30 anuênios ou mais, bem como por empregados no cargo de eletricista admitidos até 31 de dezembro de 2000 ou que possuam 25 anuênios ou mais, totalizando 138 adesões. O período para manifestação de interesse pelos empregados elegíveis ocorreu de 23.1.2026 a 30.1.2026, com desligamento em 28.2.2026. As despesas com as saídas totalizaram o montante de R$83,2 milhões reconhecidos em fevereiro de 2026.
Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Circulante	28.617	6.476
Não Circulante	14.737	2.917
Total	**43.354**	**9.393**

26. TRIBUTOS

A composição dos tributos a pagar por ente federativo está apresentada nas notas explicativas subsequentes.

26.1. Tributos Federais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
IRRF S/ JCP	7.749	-	7.749	-
PIS e COFINS	9.499	14.814	68.224	76.837
Autorreg. Tributária Lei 14.740-23	-	-	14.293	19.473
Outros	44	62	5.145	3.960
Total a pagar	**17.292**	**14.876**	**95.411**	**100.270**
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	(333)	-	(365.138)	(404.083)
Total	**16.959**	**14.876**	**(269.727)**	**(303.813)**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
IRPJ e CSLL	3.838	3.958	229.790	21.615
Total a pagar	**3.838**	**3.958**	**229.790**	**21.615**
(-) IRPJ e CSLL recuperar (NE 10.1)	(52.654)	(55.117)	(377.484)	(144.088)
Total	**(48.816)**	**(51.159)**	**(147.694)**	**(122.473)**

26.2. Tributos Estaduais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
ICMS	-	-	225.080	241.836
Total a Recolher	**-**	**-**	**225.080**	**241.836**
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(108.469)	(103.254)
Total	**-**	**-**	**116.611**	**138.582**

26.3. Tributos Municipais

Controladora			Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
ISS	111	114	3.187	3.706
IPTU	-	-	29	7
Total a Recolher	**111**	**114**	**3.216**	**3.713**
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(741)	(741)
Total	**111**	**114**	**2.475**	**2.972**

27. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2025	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2026
Programa Eficiência Energética – PEE	78.054	43.658	7.499	(24.833)	**104.378**
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	25.660	42.783	2.052	(38.355)	**32.140**
Conta de Desenvolvimento Energético–CDE	27.778	2.472.226	-	(2.500.004)	**-**
Taxa de Fiscalização ANEEL	1.004	9.172	-	(9.109)	**1.067**
Comp. Fin. Utilização Recursos Hídricos – CFURH	430	1.834	-	(1.693)	**571**
Conta Centr. Recursos Bandeira Tarifária – CCRBT	20.313	54.167	-	(58.158)	**16.322**
Total	**153.239**	**2.623.840**	**9.551**	**(2.632.152)**	**154.478**
Circulante	**71.723**	**-**	**-**	**-**	**48.098**
Não Circulante	**81.516**	**-**	**-**	**-**	**106.380**

27.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, alterou os percentuais e prazos de aplicação de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE). A partir de 1º de janeiro de 2026, passaram a vigorar percentuais fixos de aplicação da Receita Operacional Líquida (ROL) nos programas de P&D e PEE.

Para o segmento de distribuição, os percentuais obrigatórios correspondem a 0,20% da ROL para P&D e 0,40% para PEE. Para o segmento de geração, o percentual destinado a P&D é de 0,40% da ROL.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui a Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, contemplando o reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

28.1. Contingências Prováveis

						Controladora	
Descrição	**31.12.2025**	**Novas Provisões**	**Ajustes das Provisões**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Atualização Financeira**	**30.09.2026**
Tributária	1.333	33.975	-	-	-	63	**35.371**
Cíveis	16	3.071	-	(3.071)	(16)	-	**-**
Regulatórias	7.534	-	-	-	-	203	**7.737**
Total	**8.883**	**37.046**	**-**	**(3.071)**	**(16)**	**266**	**43.108**

							Consolidado
Descrição	**31.12.2025**	**Novas Provisões**	**Ajustes das Provisões**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Atualização Financeira**	**30.09.2026**
Tributária	19.851	36.987	129	(1.047)	(2.934)	1.014	**54.000**
Trabalhistas	71.132	3.296	4.181	(22.074)	(4.313)	1.662	**53.884**
Cíveis	140.032	48.413	8.074	(72.440)	(8.818)	1.643	**116.904**
Regulatórias	73.290	-	798	(31)	(476)	3.005	**76.586**
Ambientais	3.177	36	8	(46)	(1.462)	(213)	**1.500**
Total	**307.482**	**88.732**	**13.190**	**(95.638)**	**(18.003)**	**7.111**	**302.874**

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Companhia o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) requereu o levantamento do valor depositado.

No trimestre, a Controladora provisionou a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, proposta pela União, no valor de R$33,95 milhões, que objetiva a cobrança de tributos diversos, relacionada a glosas de compensações. A Companhia apresentou Embargos à Execução nº 5005443-54.2022.4.04.7200, julgado improcedente. O recurso foi julgado desfavorável pelo Tribunal e a Companhia apresentou recurso ao Superior Tribunal de Justiça, o qual aguarda julgamento.

ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D, o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R$26,7 milhões. Além disso, há processos referentes a incorporação da gratificação de função no valor de R$5,54 milhões e horas extras no valor de R$5,8 milhões.

Ainda na Celesc D, há um processo judicial referente à reintegração de empregada que teve rescisão contratual ocorrida em 2011 em razão de aposentadoria, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. Posteriormente, o Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração da empregada, considerando que a aposentadoria ocorreu antes da vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019. No trimestre foi realizada a baixa da provisão e do respectivo depósito, aguardando a liberação do valor remanescente, com provisão de R$ 95 mil.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Adicionalmente, a Celesc D possui outras demandas judiciais e administrativas para as quais foram constituídas provisões, destacando-se: perdas de produção de fumicultores (R$9 milhões), ações de ressarcimento de seguradoras (R$4,78 milhões), reclassificação tarifária (R$1,24 milhões), revisão de contratos licitatórios para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (R$9,29 milhões), processos relacionados à interrupção do fornecimento de energia ocorrida em 2003 (R$18,51 milhões), portarias do antigo DNAEE (R$8,2 milhões), incidência de CDI-Over (R$5,4 milhões), ressarcimento por servidão (R$10,36 milhões) e ações relativas à cobrança indevida de valores no faturamento de consumidores (R$10,3 milhões).

Foram provisionados, neste trimestre na Controladora R$3,1 milhões referentes a honorários advocatícios. Houve também o provisionamento, na Celesc D, de honorários advocatícios no valor de R$ 2,2 milhões, relacionados a ação declaratória proposta pela Celesc para discutir a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre verbas da folha de pagamento. Embora a ação tenha sido parcialmente procedente, houve condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais sobre as parcelas em que a exigibilidade tributária foi mantida. No consolidado do trimestre, foram provisionados R$31,5 milhões provenientes de reparação de danos, acidente de trânsito, danos materiais, queima de equipamento, inexigibilidade ou inexistência de débito, solicitação de redução do cálculo da fatura de iluminação pública, lucros cessantes e ações repetitivas (fumicultores e seguradoras).

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico.

Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

Referem-se a processos administrativos instaurados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio de Autos de Infração decorrentes de supostas transgressões contratuais ou regulatórias. Tais contingências compreendem litígios inicialmente discutidos na esfera administrativa e que, atualmente, encontram-se em fase de discussão judicial.

Tais processos encontram-se com a exigibilidade suspensa ou garantidos mediante depósitos judiciais ou seguros-garantia. A existência dessas garantias não altera o critério de reconhecimento de provisões, que permanece baseado na reavaliação periódica do risco de perda.

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

28.2. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Tributária	49.230	39.162	53.503	49.131
Trabalhistas	-	5.244	12.905	21.767
Cíveis	20	3.477	53.473	51.442
Regulatórias	14.365	40.103	279.576	269.107
Ambientais	-	-	1.211	1.179
Saldo	**63.615**	**87.986**	**400.668**	**392.626**

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2025	**87.986**	**392.626**
Ajuste Constituição Indevida (i)	(29.534)	(29.534)
Constituição	4.561	132.291
Atualização Financeira	3.833	24.526
Baixas	(3.231)	(119.241)
Saldo em 30.09.2026	**63.615**	**400.668**

(i) Em outubro de 2006, em cumprimento ao novo marco regulatório do setor de energia elétrica, que determinava às concessionárias desverticalizar suas atividades de concessão de serviço público de geração, transmissão e distribuição, a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. foi reestruturada no formato de holding (Celesc H) e passou a controlar participações societárias minoritárias em atividades afins, além de duas subsidiárias integrais, a Celesc Distribuição S.A. (Celesc D) e a Celesc Geração S.A. (Celesc G).

Em decorrência disso, atualmente, foram identificadas divergências históricas entre os saldos contábeis de depósitos judiciais registrados pela Celesc H e pela Celesc D, resultantes de inconsistências na identificação, na contabilização, na atualização monetária e na conciliação desses valores.

Com o objetivo de regularizar os registros contábeis e aprimorar a confiabilidade das informações patrimoniais, foi aprovado o acerto dos saldos entre as Companhias, mediante a baixa dos valores registrados indevidamente no ativo da Controladora e o correspondente ajuste no ativo da Celesc D.

A operação possui natureza exclusivamente contábil e societária, sem movimentação de recursos financeiros, sendo a baixa na Celesc H reconhecida como aumento de seu investimento na Celesc D, e visa assegurar a adequada representação dos saldos patrimoniais das Companhias e melhorar seus processos relacionados aos controles internos e à conciliação dos depósitos judiciais. Essa movimentação contábil não produziu efeitos no resultado ou no patrimônio líquido consolidado.

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante refere-se à Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, constituído como garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, alegando a inexigibilidade do débito em razão da existência de crédito passível de compensação. Os embargos foram julgados improcedentes e o recurso interposto aguarda julgamento pelo Tribunal.

28.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Tributárias (i)	30.267	57.900	288.855	315.215
Trabalhistas (ii)	741	800	32.516	28.370
Cíveis (iii)	27.994	27.843	452.070	458.341
Regulatórias (iv)	-	-	376.829	351.363
Ambientais (v)	-	-	8.204	5.975
Total	**59.002**	**86.543**	**1.158.474**	**1.159.264**

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

Na Controladora há a Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, no valor de R$25,8 milhões, na qual foram apresentados Embargos à Execução sob nº 5001246-22.2023.4.04.7200 com o pagamento parcial do valor executado e a apresentação de seguro garantia judicial, sendo que após a realização de perícia contábil, o processo aguarda julgamento.

Há, ainda, o registro de contingência tributária, na Celesc D, referente à Execução Fiscal nº 5010816-95.2024.4.04.7200, no valor de R$246,1 milhões.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidentes, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes temos o registro dos objetos envolvendo danos na perda de produções de fumicultores em torno de R$74,6 milhões, tem-se R$5,4 milhões relacionados a forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R$76,8 milhões de danos morais/materiais e ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R$45,6 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

Referem-se a processos administrativos punitivos instaurados por órgãos reguladores e fiscalizadores, notadamente ANEEL e CCEE, que podem resultar na aplicação de multas por supostas transgressões contratuais ou regulatórias. Atualmente, a Companhia contesta tais penalidades na esfera judicial. Adicionalmente, compõem este grupo as ações judiciais em que a Companhia discute a aplicação da regulação setorial junto a outros agentes institucionais e setoriais (como ONS, EPE, MME e demais concessionárias).

A Celesc D, por intermédio da ABRADEE, é parte em Mandado de Segurança Coletivo visando afastar dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 888/2020, posteriormente consolidada na REN nº 1.000/2021, que limitam ou impedem a cobrança pelo serviço de arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.

Atualmente, encontra-se vigente decisão liminar que suspende os efeitos das referidas normas, permitindo a manutenção da cobrança acima do limite de 1% previsto. Caso a liminar seja cassada, poderá haver obrigação de limitar a cobrança e/ou restituir aos municípios valores recebidos acima do percentual autorizado, independentemente de parte desses valores ter sido revertida à modicidade tarifária.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, as obrigações atuariais dos planos de benefício a empregados são mensuradas com base em premissas atuariais e financeiras que refletem as melhores estimativas de mercado na data do encerramento das demonstrações financeiras.

As informações referentes aos planos encontram-se divulgadas na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Obrigações Registradas	30.09.2026	31.12.2025
Planos Previdenciários	**376.730**	**385.504**
Plano Misto e Plano Transitório	376.730	385.504
Planos Assistenciais	**1.339.110**	**1.347.870**
Plano Celos Saúde	1.282.742	1.292.218
Outros Benefícios	56.368	55.652
Total	**1.715.840**	**1.733.374**
Circulante	**153.963**	**153.963**
Não Circulante	**1.561.877**	**1.579.411**

A Celesc D é Patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de

planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve decisão judicial favorável, que garantiu o direito de recuperação de valores pagos a maior de PIS/COFINS, decorrentes da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo, referente ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014. Os valores foram registrados contabilmente como Ativo – Tributos a Recuperar e Passivo – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores, considerando que a devolução ocorreria via mecanismos tarifários a serem definidos pela ANEEL.

Em 2021, a Companhia realizou devoluções provisórias aos consumidores no montante de R$795,0 milhões. No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, após a publicação da Lei nº 14.385/2022, foram repassados R$806,3 milhões, resultando em redução de 8,32% na tarifa.

A metodologia de atualização utilizada pela ANEEL divergiu da regra tributária aplicada pela Companhia, que considerou a legislação vigente para atualização dos valores, chegando a R$1.573,4 milhões. A diferença de R$27,9 milhões foi registrada como Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no passivo circulante, considerando que a Companhia entendia os valores como indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022.

Em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.203, a ANEEL validou sua metodologia de atualização, determinando que os valores de PIS/COFINS a serem devolvidos aos consumidores deveriam ser corrigidos com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia da Receita Federal.

30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em relação à segunda ação judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação indicou crédito atualizado de R$1,08 bilhão. A Celesc D iniciou os processos de compensação tributária dessa ação em fevereiro de 2023.

Conforme a Lei nº 14.385/2022, parte dos valores foi considerada para devolução aos consumidores no Reajuste Tarifário Anual (RTA) de agosto de 2023, resultando em repasse de R$ 807,6 milhões e efeito redutor de 7,02% na tarifa. Houve divergência, novamente, na atualização financeira dos créditos entre a Companhia e a ANEEL, levando ao registro de R$25,5 milhões em Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores.

Com a publicação do Despacho nº 2.203/2025, que consolidou a metodologia de atualização da ANEEL, a Companhia reconheceu em junho de 2025 a diferença de atualização financeira das duas ações como despesa financeira, no montante de R$53,4 milhões.

A Companhia seguirá avaliando os impactos da referida decisão, inclusive em relação às demais obrigações operacionais correlatas, com o suporte de seus assessores legais.

30.3. Decisão do STF na ADI 7324

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7324 (ADI 7324), na qual se discutia a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. Essa lei atribui à ANEEL a competência para definir o procedimento de repasse, aos consumidores finais, dos valores pagos a mais pelas distribuidoras em virtude da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS/COFINS. O respectivo acórdão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

No Acórdão, o STF determinou a observância de prazo de 10 anos, contados a partir da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada; a

possibilidade de dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos despendidos pelas concessionárias, com o objetivo de viabilizar a repetição do indébito; e que o recebimento em boa-fé de valores pagos a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Em 22 de outubro de 2026, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração na ADI nº 7.324, mantendo o entendimento quanto à constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022 e esclarecendo o marco inicial do prazo para destinação aos consumidores dos créditos tributários recuperados pelas distribuidoras. Como a Celesc D já observava a legislação aplicável e vem promovendo a destinação dos valores correspondentes aos créditos efetivamente compensados, a decisão não produziu impacto financeiro adicional para a Companhia.

31. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Cosip	-	-	69.762	66.304
Créditos a Compensar com Consumidor (i)	-	-	24.047	9.553
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	15.195	12.304
Partes Relacionadas/Celos	102	-	13.523	25
Partes Relacionadas/Governo de SC	-	-	862	178
Contrato Convênios	-	-	13.251	14.248
Energia injetada GD	-	-	47.563	56.766
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	8.806	10.581
Bônus Escassez Hídrica	-	-	796	824
Bônus Itaipu	-	-	666	-
Penalidade DIC/FIC	-	-	762	794
Acionistas	205	205	205	205
Cauções em Garantia	131	106	244	194
Obrigações com Empregados	-	50	18	102
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	484	139	484	139
Diferença Subsídio CDE	-	-	10.652	-
Empregados à Disposição	1.184	2.781	-	-
Outros	234	320	11.495	4.156
Total	**2.340**	**3.601**	**218.331**	**176.373**
Circulante	**2.340**	**3.601**	**212.337**	**176.373**
Não Circulante	**-**	**-**	**5.994**	**-**

(i) O aumento no saldo na Créditos a Compensar com Consumidor é decorrente do reprocessamento da arrecadação das faturas.

32. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado e Integralizado no Estatuto Social da Companhia é de R$2,6 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

32.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na

Assembleia Geral dos Acionistas.

32.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O valor do provento referente período de janeiro a setembro de 2026, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.09.2026	DIV	ON	0,000000000	-	**354.008**
		PN	0,000000000		
	JCP	ON	8,660520722	354.008	
		PN	9,526572794		
			IR	(34.894)	
			JCP líquido de IR	319.114	

*Expresso em R$.

O valor do provento referente ao período de janeiro a setembro de 2025, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.09.2025	DIV	ON	0,000000000	-	**193.633**
		PN	0,000000000		
	JCP	ON	4,737072869	193.633	
		PN	5,210780155		
			IR	(16.354)	
			JCP líquido de IR	177.279	

*Expresso em R$.

32.4. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2026 e de 2025 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem:
a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% a mais do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 30 de setembro de 2026 e de 2025, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações e não havia instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	30.09.2026	30.09.2025
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	313.345	217.010
Ações Preferenciais Nominativas – PN	511.554	354.280
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	**824.899**	**571.290**
Lucro por Ação Diluído		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	20,1805	13,9762
Ações Preferenciais Nominativas – PN	22,1985	15,3738

32.5. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 30 de setembro 2026, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cujas aprovações estão demonstradas na tabela a seguir:

			Consolidado
Descrição	**Aprovação no Conselho de Administração**	**Valor Bruto**	**Valor Líquido de Imposto de Renda**
1º Trimestre	19.03.2026	77.617	69.969
2º Trimestre	22.06.2026	157.784	142.228
3º Trimestre	21.09.2026	118.607	106.917
Total		**354.008**	**319.114**

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, sem atualização monetária e serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, devendo ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2027.

32.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R$1,23 bilhão, em 30 de setembro de 2026, e R$1,23 bilhão, em 31 de dezembro de 2025, composto da seguinte forma:

		Consolidado
Descrição	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Custo Atribuído – Celesc G (a)	11.373	11.782
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.106.177)	(1.106.177)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	**(1.232.065)**	**(1.231.656)**

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

33. RECEITAS E DESPESAS

33.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

33.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica – Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica – Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia a consumidores livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica – São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.

- Energia de Curto Prazo – É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no qual são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

- Receita de Construção – Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado, ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.

- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e/ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os montantes da receita contabilizada, até o terceiro trimestre de 2026, foram de R$517,1 milhões como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), R$45,5 milhões como Programa de Baixa Renda, R$34,3 milhões como fornecimento de Bandeiras CCRBT, e R$36,1 milhões, como diferença de reembolso CDE (efeito positivo). No terceiro semestre de 2025, esses montantes foram de R$448,9 milhões, R$36,1 milhões, R$69,4 milhões e R$5,6 milhões (efeito negativo), respectivamente.

- Outras Receitas Operacionais - Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

				Consolidado
Descrição	**Trimestre Atual**	**Acumulado do Período**	**Trimestre Atual**	**Acumulado do Período**
	01.07.2026 a 30.09.2026	**01.01.2026 a 30.09.2026**	**01.07.2025 a 30.09.2025**	**01.01.2025 a 30.09.2025**
Receita Operacional Bruta – ROB	**4.789.780**	**15.251.340**	**4.702.964**	**13.781.998**
Fornecimento de Energia Elétrica (NE 33.1.2)	1.849.457	5.507.754	1.667.259	5.322.717
Fornecimento não faturado (NE 33.1.2)	(110.045)	(50.694)	143.855	86.939
Suprimento de Energia Elétrica (NE 33.1.2)	68.022	198.715	65.599	189.547
Suprimento não faturado (NE 33.1.2)	526	40	693	(1.258)
Disponibilização da Rede Elétrica	2.132.813	6.930.321	1.781.703	5.776.790
Valo Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	4.047	38.958	5.503	27.444
Receita Financeira	19.237	69.564	18.918	65.725
Renda de Prestação de Serviços	41	361	46	60
Energia Elétrica de Curto Prazo	76.211	349.776	224.941	447.070
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	238.544	688.507	332.121	517.889
Outras Receitas Operacionais	2.577	6.228	1.620	2.598
Doações e Subvenções	206.895	633.023	170.433	548.925
Receita de Construção	300.756	872.615	290.080	797.121
Arrendamentos e Aluguéis UFV	685	6.158	193	431
Arrendamentos de Eletropostos	14	14	-	-
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(1.860.344)**	**(5.823.524)**	**(1.740.061)**	**(4.942.022)**
ICMS	(648.891)	(2.058.594)	(553.968)	(1.805.365)
PIS	(64.489)	(206.818)	(63.981)	(184.879)
COFINS	(297.038)	(952.615)	(294.702)	(851.565)
ISS	(2)	(18)	(2)	(3)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(787.038)	(2.472.226)	(767.428)	(1.980.438)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(13.218)	(42.783)	(13.449)	(40.347)
Programa Eficiência Energética – PEE	(12.880)	(41.770)	(13.094)	(39.350)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(3.144)	(9.172)	(2.945)	(8.543)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(848)	(1.834)	(584)	(1.624)
Outros Encargos	(32.796)	(37.694)	(29.908)	(29.908)
Receita Operacional Líquida – ROL	**2.929.436**	**9.427.816**	**2.962.903**	**8.839.976**

33.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

Consolidado

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.09.2026	30.09.2025	30.09.2026	30.09.2025	30.09.2026	30.09.2025
Residencial	2.972.582	2.849.315	6.394.526	6.178.253	2.904.670	2.784.639
Industrial	145.654	143.468	9.230.875	9.051.339	663.710	650.178
Comercial	362.986	345.099	4.005.294	4.003.496	1.184.798	1.256.831
Rural	203.213	206.485	707.237	760.349	299.384	328.438
Poder Público	29.222	29.836	400.855	387.257	184.064	172.218
Iluminação Pública	2.244	1.963	436.347	446.325	127.081	114.328
Serviço Público	5.051	5.095	357.190	357.242	93.353	103.024
Total do Fornecimento	**3.720.952**	**3.581.261**	**21.532.324**	**21.184.261**	**5.457.060**	**5.409.656**
Suprimento de Energia	176	179	1.860.919	2.002.608	198.755	188.289
Total*	**3.721.128**	**3.581.440**	**23.393.243**	**23.186.869**	**5.655.815**	**5.597.945**

* Excluído o consumo próprio.

33.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Consolidado

Descrição	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.241.152	4.285.500	1.462.906	4.217.551
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	613.945	1.736.722	506.730	1.499.247
Ganho Alienação Bens e Direitos Mant. Venda	(117.757)	(117.663)	(5.361)	(12.930)
Pessoal (c)	213.869	702.977	199.216	591.863
Administradores	3.057	12.005	2.957	10.490
Despesa Atuarial	31.481	94.442	32.196	105.323
Entidade de Previdência Privada (c)	8.861	27.467	8.930	26.563
Material	17.225	52.786	15.760	45.796
Custo de Construção	300.756	872.615	290.080	797.121
Custos e Serviços de Terceiros	100.469	287.364	92.866	266.215
Depreciação e Amortização	105.106	311.520	96.518	282.150
Provisões Líquidas	78.707	191.536	28.705	147.207
Doações, Contribuições e Subvenções	-	25	-	20
Arrendamento e Aluguéis	2.960	7.807	1.964	6.086
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	(85.099)	(247.668)	(74.930)	(223.694)
Taxa Arrecadação de Convênio (e)	(13.199)	(37.477)	(16.642)	(52.029)
Outras (Receitas)/Despesas	12.666	(15.084)	7.877	42.073
Total	**2.514.199**	**8.164.874**	**2.649.772**	**7.749.052**

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Consolidado

Descrição	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Compra de Energia Nuclear - Angra 1 e 2	105	204	-	-
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	884.737	2.798.158	908.898	2.495.159
Itaipu Binacional	199.574	578.295	261.327	682.766
Contratos Bilaterais	12.840	548.504	3.663	268.881
Cotas de Energia Nuclear	35.172	138.756	47.230	152.797
Cotas de Garantia Física	132.636	380.843	163.310	427.433
Energia Injetada GD	(3.022)	(9.203)	-	-
Demais Compras de Energia	27.026	51.840	136.338	346.416
Proinfa	74.256	222.767	86.748	260.242
PIS/COFINS	(122.172)	(424.664)	(144.608)	(416.143)
Total	**1.241.152**	**4.285.500**	**1.462.906**	**4.217.551**

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD – Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

Em termos médios, o PLD atingiu R$239,71 no período de 9M/2026, frente à média de R$213,03 registrada no mesmo período de 2025, contribuindo para o aumento dos custos de aquisição de energia.

Adicionalmente, os reajustes contratuais dos CCEAR impactam o custo de energia, em razão da aplicação da correção monetária prevista em cada contrato, conforme o índice de inflação estabelecido.

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Encargo de Uso do Sistema	534.761	1.487.399	435.434	1.263.030
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS (i)	5.459	9.598	4.614	12.589
Encargos de Transporte de Itaipu (ii)	35.721	96.747	32.425	83.281
Encargo de Energia de Reserva – EER (iii)	100.582	319.999	85.908	293.163
PIS/COFINS	(62.578)	(177.021)	(51.651)	(152.816)
Total	**613.945**	**1.736.722**	**506.730**	**1.499.247**

(i) O ESS é um encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Sua gestão fica a cargo da CCEE.

(ii) É um custo regulado pela ANEEL que cobre as despesas de transporte da energia gerada na Usina Binacional de Itaipu até as subestações das distribuidoras no Sistema Interligado Nacional (SIN).

(iii) Custeio da contratação de energia extra (reserva) para garantir a segurança e confiabilidade do SIN, funcionando como um "seguro" contra crises hídricas e alto consumo, evitando racionamentos.

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Pessoal	**3.541**	**8.608**	**2.700**	**7.905**
Remunerações	3.396	8.183	2.566	7.493
Encargos Sociais	80	263	96	242
Provisões e Indenizações	31	62	15	64
Outros	34	100	23	106
Previdência Privada – CELOS	**3**	**3**	**4**	**16**
Total	**3.544**	**8.611**	**2.704**	**7.921**

Descrição	Consolidado			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Pessoal	**213.869**	**702.977**	**199.216**	**591.863**
Remunerações	94.172	284.515	93.841	281.832
Encargos Sociais	34.333	108.889	35.063	106.732
Participação nos Lucros e Resultados	15.511	44.536	6.825	27.328
Benefícios Assistenciais	33.164	103.444	30.301	92.772
Provisões e Indenizações	36.643	161.429	33.137	83.014
Outros	46	164	49	185
Previdência Privada – CELOS	**8.861**	**27.467**	**8.930**	**26.563**
Total	**222.730**	**730.444**	**208.146**	**618.426**

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

e) Taxa Arrecadação de Convênio

A Celesc mantém convênios com entes públicos e privados para a arrecadação de valores de terceiros por meio das faturas de energia elétrica. Em contrapartida, recebe uma taxa de arrecadação destinada a remunerar os custos administrativos e operacionais do serviço prestado.

33.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Receitas Financeiras	**6.432**	**(115)**	**(1.073)**	**(1.359)**
Renda de Aplicações Financeiras	4.059	9.049	3.532	10.083
Renda de Dividendos e JCP (i)	9.533	9.885	-	567
Variações Monetárias	6	162	-	-
Juros s/ Depósitos Judiciais	1.213	3.833	1.896	5.615
Outras Receitas Financeiras	1.156	3.308	1.281	3.954
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(9.280)	(25.723)	(7.518)	(20.817)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(255)	(629)	(264)	(761)
Despesas Financeiras	**(242)**	**(719)**	**(163)**	**(805)**
Atualização Monetárias para Litígios	(112)	(266)	(114)	(681)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(2)	(9)	(1)	(7)
Outras Despesas Financeiras	(128)	(444)	(48)	(117)
Resultado Financeiro	**6.190**	**(834)**	**(1.236)**	**(2.164)**

(i) Juros sobre o Capital Próprio a Receber – CASAN

Em 22 de setembro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, aprovou a destinação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referente ao exercício de 2026, no montante total de R$100,4 milhões, com base na posição acionária de 25 de setembro de 2026.

Os valores serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2026. A data e a forma de pagamento serão deliberadas oportunamente, devendo ocorrer até 30 de dezembro de 2027.

Considerando a participação acionária da Celesc Holding na CASAN de 9,50%, a parcela correspondente à Companhia totaliza aproximadamente R$9,53 milhões, antes da incidência do IRRF. O reconhecimento contábil observou os critérios aplicáveis à classificação do investimento e aos direitos aos proventos deliberados.

Descrição	Consolidado			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Receitas Financeiras	**246.235**	**737.688**	**190.072**	**565.935**
Renda de Aplicações Financeiras	16.711	37.107	17.905	63.629
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	55.891	160.954	41.960	120.219
Renda de Dividendos e JCP	9.533	9.885	-	567
Variações Monetárias (i)	3.622	28.015	518	2.967
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiros Setoriais	33.475	125.060	22.824	57.140
Receita de Derivativos (NE 24)	62.968	143.003	12.055	92.015
Juros s/ Depósitos Judiciais	9.690	24.526	8.705	24.292
Marcação a Mercado (MTM)	47.869	187.210	77.431	189.114
Atualização Tributo Recuperar Exclusão ICMS PIS/COFINS	6.818	22.539	10.267	30.215
Outras Receitas Financeiras	14.868	45.306	11.353	21.532
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(9.280)	(25.723)	(7.518)	(20.817)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(5.930)	(20.194)	(5.428)	(14.938)

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Consolidado			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.07.2026 a 30.09.2026	01.01.2026 a 30.09.2026	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025
Despesas Financeiras	**(340.933)**	**(982.053)**	**(297.567)**	**(914.507)**
Encargos de Dívidas	(87.239)	(221.424)	(74.226)	(205.859)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	(4.756)	(12.377)	(4.214)	(11.509)
Variações Monetárias	(93.763)	(313.694)	(74.516)	(222.912)
Atualização Monetárias para Litígios	(893)	(7.111)	(7.895)	(16.404)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(3.361)	(9.551)	(2.913)	(7.686)
Marcação a Mercado (MTM)	(96.206)	(193.519)	(46.371)	(184.502)
Despesa com Derivativos (NE 24)	(35.186)	(151.769)	(60.139)	(110.820)
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	(8.328)	(39.499)	(11.764)	(58.204)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS PIS/COFINS	(6.535)	(21.153)	(9.825)	(81.915)
Juros e Custas com Debêntures	(1.681)	(5.926)	(3.246)	(8.100)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(421)	(1.127)	(327)	(796)
Outras Despesas Financeiras	(2.564)	(4.903)	(2.131)	(5.800)
Resultado Financeiro	**(94.698)**	**(244.365)**	**(107.495)**	**(348.572)**

(i) Em junho de 2026, foi reconhecido na receita de variações monetárias o montante de R$20,9 milhões, na Celesc D, referente a atualização do crédito previdenciário decorrente da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.230.957, que reconheceu a inexigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre o terço constitucional de férias, o abono pecuniário de férias e os primeiros 15 dias de afastamento por incapacidade, abrangendo a contribuição patronal, o SAT/RAT e as contribuições destinadas a terceiros. O crédito tributário reconhecido inicialmente totalizava aproximadamente R$44,0 milhões, incluindo R$23,0 milhões do valor principal e R$21,0 milhões de sua respectiva atualização monetária. No trimestre, houve R$900 mil de atualização monetária do valor.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas. Os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela Avaliação de Desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Até 30 de setembro de 2026, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

A controladora Celesc, tem a estrutura de *Holding,* cujas atribuições são controlar e gerenciar a participação em outras empresas. Além disso, ela executa a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

Em 30 de setembro de 2026 e de 2025, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Distribuição de energia – A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

b) Geração de energia – A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

	Segmentos Reportáveis				30.09.2026
Descrição	**Celesc D**	**Celesc G**	**Controladora**	**Ajustes de Consolidação**	**Total**
Receita Operacional Líquida – ROL	**9.252.423**	**185.458**	**-**	**(10.065)**	**9.427.816**
Custo das Vendas	(7.455.580)	(55.578)	-	10.065 (i)	(7.501.093)
Depreciação e Amortização	(256.424)	(8.008)	-	-	(264.432)
Resultado Operacional Bruto	**1.540.419**	**121.872**	**-**	**-**	**1.662.291**
Despesas com Vendas	(198.450)	(242)	-	-	(198.692)
Despesas Gerais e Administrativas	(467.302)	(22.917)	(27.734)	-	(517.953)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	224.764	(1.018)	93.550	-	317.296
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	2.591	763.755	(728.752) (ii)	37.594
Resultado das Atividades	**1.099.431**	**100.286**	**829.571**	**(728.752)**	**1.300.536**
Receitas Financeiras	733.517	17.498	(115)	(13.212) (iii)	737.688
Despesas Financeiras	(990.109)	(4.437)	(719)	13.212 (iii)	(982.053)
Resultado Financeiro Líquido	**(256.592)**	**13.061**	**(834)**	**-**	**(244.365)**
Lucro Antes IRPJ e CSLL	**842.839**	**113.347**	**828.737**	**(728.752)**	**1.056.171**
IRPJ e CSLL	(189.798)	(37.636)	(3.838)	-	(231.272)
Lucro Líquido do Período	**653.041**	**75.711**	**824.899**	**(728.752)**	**824.899**
Total dos Ativos	13.836.949	1.086.382	4.934.124		
Total dos Passivos	10.557.664	241.826	546.420		

	Segmentos Reportáveis				30.09.2025
Descrição	**Celesc D**	**Celesc G**	**Controladora**	**Ajustes de Consolidação**	**Total**
Receita Operacional Líquida – ROL	**8.685.264**	**163.371**	**-**	**(8.659)**	**8.839.976**
Custo das Vendas	(6.960.972)	(52.419)	-	8.659 (i)	(7.004.732)
Depreciação e Amortização	(231.937)	(4.369)	-	-	(236.306)
Resultado Operacional Bruto	**1.492.355**	**106.583**	**-**	**-**	**1.598.938**
Despesas com Vendas	(232.556)	(1.407)	-	-	(233.963)
Despesas Gerais e Administrativas	(478.462)	(19.881)	(24.861)	-	(523.204)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	225.285	12.373	11.495	-	249.153
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	5.222	588.264	(552.622) (ii)	40.864
Resultado das Atividades	**1.006.622**	**102.890**	**574.898**	**(552.622)**	**1.131.788**
Receitas Financeiras	559.968	13.346	(1.359)	(6.020) (iii)	565.935
Despesas Financeiras	(911.628)	(8.094)	(805)	6.020 (iii)	(914.507)
Resultado Financeiro, Líquido	**(351.660)**	**5.252**	**(2.164)**	**-**	**(348.572)**
Lucro Antes IRPJ e CSLL	**654.962**	**108.142**	**572.734**	**(552.622)**	**783.216**
IRPJ e CSLL	(175.515)	(34.967)	(1.444)		(211.926)
Lucro Líquido do Período	**479.447**	**73.175**	**571.290**	**(552.622)**	**571.290**
Total dos Ativos	**12.009.636**	**1.087.436**	**4.304.906**		
Total dos Passivos	**9.363.250**	**251.254**	**353.472**		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.
(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.
(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

35. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS

35.1. Celesc D

35.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.09.2026	31.12.2025
Circulante	**4.457.157**	**3.607.408**
Caixa e Equivalentes de Caixa	342.786	309.869
Contas a Receber de Clientes	2.565.564	2.704.084
IRPJ e CSLL a Recuperar	321.670	105.855
Demais Tributos a Recuperar	245.147	205.220
Ativo Financeiro Setorial	586.053	-
Outros	395.937	282.380
Não Circulante	**9.379.792**	**8.835.481**
Realizável a Longo Prazo	**4.140.007**	**3.823.747**
Contas a Receber de Clientes	11.859	21.672
Tributos Diferidos	562.871	560.035
Tributos a Recuperar	227.793	301.537
Depósitos Judiciais	336.660	304.087
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.534.935	1.234.686
Ativo Financeiro Setorial	236.407	273.140
Ativo de Contrato	1.078.330	1.037.521
Instrumentos Financeiros Derivativos	128.967	69.258
Outros	22.185	21.811
Imobilizado	**18.761**	**12.094**
Intangível	**5.221.024**	**4.999.640**
Total do Ativo	**13.836.949**	**12.442.889**

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - A PECLD sobre o total do contas a receber teve um aumento de 6,6%.

Ativo de contrato – Correspondem aos ativos de infraestrutura em curso, contabilizado ao custo e acrescido de encargos financeiros dos empréstimos vinculados. Foram aplicados em alta tensão:R$143,4 milhões em linhas de distribuição; R$131,6 milhões em subestações; R$68,7 milhões no sistema de medição; investimentos em benfeitorias em terrenos e obras civis associadas à infraestrutura da rede; R$69,5 milhões investidos em Tecnologia da Informação; R$5,2 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos; R$8,7 milhões aplicados na compra de novos veículos.

Ativo Financeiro Ind. Concessão e Ativo Intangível - Quando da conclusão da construção da infraestrutura e entrada em operação do ativo, os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. O valor é decorrente dos investimentos realizados. No terceiro trimestre de 2026, os ativos classificados como Ativo Financeiro Indenizável apresentaram aumento de 24,3% em relação à 2025, totalizando investimentos de R$263,2 milhões. Já os ativos classificados como Ativo Intangível registraram crescimento de 4,4%, com investimentos de R$568,6 milhões.

Correspondem a diversos créditos e adiantamentos. Principalmente, ICMS Substituição Tributária – ST; reembolso CDE; Compartilhamento de Infraestrutura; Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA; despesas antecipadas de salário, férias e vale-alimentação; Outros Créditos (multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia). No longo prazo, o valor de R$22,2 milhões se refere a alienação de bens da distribuidora.

35.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.09.2026	31.12.2025
Circulante	**3.850.420**	**3.030.649**
Fornecedores	966.279	997.854
Empréstimos Moeda Nacional	190.103	187.463
Empréstimos Moeda Estrangeira	148.753	106.857
Debêntures	783.076	170.095
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	277.236	226.541
IRPJ e CSLL a Recolher	194.521	17.657
Demais Tributos a Recolher	312.245	325.947
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	339.377	251.625
Taxas Regulamentares	46.930	71.023
Mútuos	126.546	113.334
Passivo de Arrendamento	6.058	2.673
Benefícios a Empregados	153.963	153.963
Passivos Financeiro Setorial	-	80.584
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	23.490	58.483
Instrumentos Financeiros Derivativos	72.368	90.607
Outros	209.475	175.943
Não Circulante	**6.707.244**	**6.744.037**
Empréstimos Moeda Nacional	1.002.473	399.583
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.109.018	1.142.625
Debêntures	2.431.213	2.944.709
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	14.738	2.917
Taxas Regulamentares	106.380	81.217
Tributos a Recolher	7.795	15.123
Passivo de Arrendamento	13.780	10.250
Provisão para Contingências	259.618	298.548
Benefícios a Empregados	1.561.877	1.579.411
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	194.358	269.654
Outros	5.994	-
Patrimônio Líquido	**3.279.285**	**2.668.203**
Capital Social (i)	2.301.644	2.084.737
Reservas de Lucro	1.689.643	1.689.643
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.106.177)	(1.106.177)
Lucros Acumulados	394.175	-
Total do Passivo	**13.836.949**	**12.442.889**

Empréstimo (BID) - Atualização financeira da dívida.

Tributos a recolher (longo prazo) – O IR/CS são apurados por estimativas mensais e compensados com os tributos a recuperar apenas em dezembro.

Dividendos e JCP a pagar - Destinação de JCP (líquido de IR) em 2026 – R$141,5 milhões.

Taxas Regulamentares – No curto prazo, a redução é relacionada principalmente com a finalização do recolhimento da CDE- GD.

Contrato de mútuo – Contrato celebrado com a Celesc G no valor de R$103,0 milhões mais R$13,2 milhões de atualização de despesa financeira no ano.

PIS/COFINS a restituir a consumidores – A redução refere-se aos R$130,4 milhões que serão devolvidos na tarifa 2026/2027.

Outros Passivos - A variação do saldo é decorrente, principalmente dos contratos de Cosip (R$69,7 milhões), GD Injetada (R$47,6 milhões), créditos do consumidor (R$52,7 milhões), repasse à Celos (R$13,5 milhões), cobrança de terceiros/convênios (R$13,2 milhões) e Diferença Subsídio CDE (R$10,7 milhões).

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias – Refere-se aos empregados desligados no Programa de Demissão Incentivada (PDI).

35.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.09.2026	30.09.2025
Receita Operacional Líquida – ROL	**9.252.423**	**8.685.264**
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	**9.252.423**	8.685.264
Custos de Vendas	**(7.712.004)**	**(7.192.909)**
Custo de Operação	(7.712.004)	(7.192.909)
Lucro Bruto	**1.540.419**	**1.492.355**
Despesas Operacionais	**(440.988)**	**(485.733)**
Despesas com Vendas	(86.493)	(86.650)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(111.957)	(145.906)
Despesas Gerais e Administrativas	(467.302)	(478.462)
Outras Receitas	286.536	264.189
Outras Despesas	(61.772)	(38.904)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**1.099.431**	**1.006.622**
Resultado Financeiro	**(256.592)**	**(351.660)**
Receitas Financeiras	733.517	559.968
Despesas Financeiras	(990.109)	(911.628)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	**842.839**	**654.962**
IRPJ e CSLL	**(189.798)**	**(175.515)**
Corrente	(192.634)	(75.437)
Diferido	2.836	(100.078)
Lucro Líquido do Período	**653.041**	**479.447**

35.1.4. Receita Operacional

Descrição	30.09.2026	30.09.2025
Receita Operacional Bruta – ROB	**15.055.738**	**13.609.400**
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.475.421	5.298.419
Fornecimento Não Faturado (a)	(54.367)	87.390
Suprimento de Energia Elétrica (a)	120.876	114.879
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	688.507	517.889
Disponibilização da Rede Elétrica	6.935.342	5.780.809
Energia de Curto Prazo	339.135	433.926
Doações e Subvenções	633.023	548.925
Receita de Construção	872.615	797.121
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	38.958	27.444
Outras Receitas Operacionais	6.228	2.598
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(5.803.315)**	**(4.924.136)**
ICMS	(2.058.594)	(1.805.365)
PIS	(203.804)	(182.228)
COFINS	(938.733)	(839.353)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.472.226)	(1.980.438)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(41.770)	(39.350)
Programa Eficiência Energética – PEE	(41.770)	(39.350)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(8.724)	(8.144)
Outros Encargos	(37.694)	(29.908)
Receita Operacional Líquida – ROL	**9.252.423**	**8.685.264**

Fornecimento de energia – Apesar do reajuste tarifário de 13,53%, vigente a partir de agosto de 2025 e da nova tarifa com reajuste de 10,82% a partir de 22 de agosto de 2026, a receita de fornecimento de energia apresentou crescimento de apenas 0,7% no período, impactado, principalmente, pela mudança do faturamento de Bandeira vermelha para amarela.

O mercado cativo sem residencial (industrial, comercial, rural, suprimento e demais classes) tem tendência de queda histórica pela migração desses consumidores para o mercado livre. O mercado residencial depende do crescimento populacional e do clima. Em 2026, o verão teve temperaturas mais amenas em relação a 2025.

A retração observada em 2026 reflete, majoritariamente, um efeito base elevado, decorrente do pico histórico registrado em 2025, especialmente no segmento residencial. Dessa forma, o movimento recente deve ser interpretado como uma normalização do consumo, e não como uma mudança estrutural de tendência.

Receita do suprimento de energia – Aumento de 5,2% na venda da energia como supridora.

Disponibilidade da rede – O aumento de 20,0% nesta conta está relacionado, principalmente, ao aumento de 2,4% do mercado de consumidores livres na sua área de concessão e aos reajustes tarifários

de agosto de 2025 e de 2026. O mercado livre apresenta tendência histórica de crescimento, com o crescimento orgânico das unidades que já são livres e especialmente devido à migração de consumidores.

Energia de curto prazo – A expressiva redução de 21,8% no 3T/2026 se deve a menor sobra de energia desse período em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ativo (Passivo) Financeiro – São os valores a serem descontados/devolvidos na tarifa do/ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual – RTA. Deste total, cerca de R$610,0 milhões correspondem a constituição de ativos financeiros para o próximo ciclo tarifário.

Receita de construção - Teve um acréscimo de 9,5% em relação ao mesmo período do ano passado. A empresa mantém seu plano de investimentos em expansão do seu sistema elétrico aprovado em seu orçamento de capital. O aumento foi concentrado principalmente no primeiro trimestre, em razão da antecipação de investimentos realizados até fevereiro, os quais serão considerados no 5º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica (RTP), previsto para ocorrer em agosto.

Outras receitas operacionais – O aumento de 42,0% na receita de VNR é proveniente da atualização, pelo IPCA, do ativo financeiro indenizável. O ativo financeiro indenizável (no ativo) cresceu em torno de 24,3%, considerando fechamento de obras/bifurcação/atualização financeira.

a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.09.2026	30.09.2025	30.09.2026	30.09.2025	30.09.2026	30.09.2025
Residencial	2.972.582	2.849.315	6.394.526	6.178.253	2.904.670	2.784.639
Industrial	145.597	143.444	9.095.869	8.985.059	632.421	633.051
Comercial	362.956	345.091	3.982.384	3.980.015	1.180.081	1.250.111
Rural	203.213	206.485	707.237	760.349	299.384	328.438
Poder Público	29.222	29.836	400.855	387.257	184.064	172.218
Iluminação Pública	2.244	1.963	436.347	446.325	127.081	114.328
Serviço Público	5.051	5.095	357.190	357.242	93.353	103.024
Total do Fornecimento	**3.720.865**	**3.581.229**	**21.374.408**	**21.094.500**	**5.421.054**	**5.385.809**
Suprimento de Energia	77	87	1.389.347	1.691.747	120.876	114.879
Total	**3.720.942**	**3.581.316**	**22.763.755**	**22.786.247**	**5.541.930**	**5.500.688**

35.1.5. Custos e Despesas Operacionais

						30.09.2026
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa**	**Outras Despesas ou Receitas Líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	4.249.743	-	-	-	-	4.249.743
Encargo de Uso da Rede Elétrica	1.736.722	-	-	-	-	1.736.722
Pessoal (i)	387.466	264.187	22.091	-	1.335	675.079
Despesa Atuarial	-	94.442	-	-	-	94.442
Entidade Previdência Privada	16.008	10.693	763	-	-	27.464
Material	35.122	6.971	-	-	9.289	51.382
Custo de Construção	872.615	-	-	-	-	872.615
Serviços de Terceiros	135.147	80.005	56.404	-	425	271.981
Depreciação e Amortização	256.424	44.844	73	-	-	301.341
Provisões Líquidas	-	-	-	111.957	42.400	154.357
Recuperação de Despesas	(7.545)	(52.468)	(8.909)	-	-	(68.922)
Taxa de Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(40.548)	(40.548)
Compartilhamento Infraestrutura	-	-	-	-	(247.667)	(247.667)
Outros	30.302	18.628	16.071	-	10.002	75.003
Total	**7.712.004**	**467.302**	**86.493**	**111.957**	**(224.764)**	**8.152.992**

(i) Pessoal - Esse aumento se refere a contabilização do novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI), no montante de R$83,2 milhões reconhecidos em fevereiro de 2026.

						30.09.2025
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa**	**Outras Despesas ou Receitas Líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	4.184.842	-	-	-	-	4.184.842
Encargo de Uso da Rede Elétrica	1.499.247	-	-	-	-	1.499.247
Pessoal	321.117	221.447	23.176	-	1.308	567.048
Despesa Atuarial	-	105.323	-	-	-	105.323
Entidade Previdência Privada	15.242	10.448	857	-	-	26.547
Material	27.209	6.537	-	-	11.180	44.926
Custo de Construção	797.121	-	-	-	-	797.121
Serviços de Terceiros	101.105	99.419	48.840	-	448	249.812
Depreciação e Amortização	231.937	43.684	76	-	-	275.697
Provisões Líquidas	-	-	-	145.906	21.890	167.796
Recuperação de Despesas	(12.234)	(26.804)	(4.684)	-	-	(43.722)
Taxa de Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(34.075)	(34.075)
Compartilhamento de Infraestrutura	-	-	-	-	(223.694)	(223.694)
Outros	27.323	18.408	18.385	-	(2.342)	61.774
Total	**7.192.909**	**478.462**	**86.650**	**145.906**	**(225.285)**	**7.678.642**

Na Celesc D, a energia elétrica comprada para revenda apresentou aumento de 1,6%, correspondendo a um acréscimo de R$64,9 milhões. Adicionalmente, os encargos de uso da rede elétrica cresceram 15,8%, representando aumento de R$237,5 milhões, com destaque para os custos de Transporte de Energia da Rede Básica, que aumentaram R$202,7 milhões, e Outros Encargos de Uso da Rede Elétrica, com elevação de R$30,5 milhões.

Descrição	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Receitas Financeiras	**733.517**	**559.968**
Renda de Aplicações Financeiras	23.645	45.678
Variações Monetárias	27.779	2.955
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	125.060	57.140
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	160.811	120.208
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	22.539	30.215
Juros Depósitos Judiciais	20.669	18.650
Receita com Derivativos	143.003	92.015
Marcação a Mercado (MTM)	187.210	189.114
Outras Receitas Financeiras	41.512	17.520
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(18.711)	(13.527)
Despesas Financeiras	**(990.109)**	**(911.628)**
Encargos de Dívidas	(221.424)	(203.926)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(12.377)	(11.509)
Encargos de Mútuo	(13.212)	(7.953)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(9.511)	(7.656)
Custo na Emissão de Debêntures	(3.527)	(5.415)
Variações Monetária Debêntures	(313.514)	(222.894)
Outras Variações Monetárias	(180)	(18)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(39.499)	(58.204)
Juros de Arrendamentos	(1.118)	(789)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS PIS/COFINS	(21.153)	(81.915)
Atualização Monetária Litígios	(6.845)	(15.723)
Despesas com Derivativos	(151.769)	(110.820)
Marcação a Mercado (MTM)	(193.519)	(184.502)
Outras Despesas Financeiras	(2.461)	(304)
Resultado Financeiro	**(256.592)**	**(351.660)**

35.1.6. Resultado Financeiro

O resultado foi deficitário em R$256,6 milhões, decorrente, principalmente, do aumento dos encargos das dívidas e juros de debêntures.

O desempenho foi impactado, principalmente, pelo aumento das despesas com juros sobre debêntures, que totalizaram R$313,5 milhões até o terceiro trimestre de 2026, em comparação aos R$222,9 milhões apurados no mesmo período do exercício anterior.

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros. Verificou-se um aumento líquido de R$86,7 milhões na atualização monetária dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (CVA) no terceiro trimestre de 2026. Essa rubrica passou de um efeito líquido negativo de R$1,1 milhão no terceiro trimestre de 2025 para um efeito financeiro líquido positivo de R$85,6 milhões no mesmo período de 2026.

Encargos de dívidas: os encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No terceiro trimestre de 2026, o CDI acumulado foi de 10,45%, sendo que no mesmo período de 2025 foi 10,30%.

Receita de variações monetárias: Em junho de 2026, a Celesc D reconheceu R$21,0 milhões de atualização monetária referente a atualização do crédito previdenciário decorrente da decisão proferida pelo STJ. No terceiro trimestre, houve R$900 mil de atualização monetária deste valor.

Instrumentos Financeiros Derivativos –

Marcação a Mercado (MTM): é o resultado positivo obtido quando o valor justo (preço de mercado) do ativo financeiro (item protegido por hedge) é maior em relação ao valor registrado contabilmente.

Receita com Derivativos: ocorre quando a variação do derivativo é positiva, ajustando o valor do item protegido por um ganho no resultado.

Despesas com Derivativos: quando o derivativo perde valor, o item protegido é ajustado para refletir essa desvalorização, o que resulta em uma perda reconhecida no resultado.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos resultaram em receita financeira de R$330,2 milhões (R$143,0 milhões em receitas com derivativos e R$187,2 milhões em marcação a mercado/MTM) e despesa financeira de R$345,3 milhões (R$151,8 milhões em despesas com derivativos e R$193,5 milhões em marcação a mercado), gerando impacto líquido negativo de R$15,1 milhões no resultado financeiro do período. No período de janeiro a setembro de 2025, o efeito líquido dessas operações havia sido negativo em R$14,2 milhões.

35.2. Celesc G

35.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.09.2026	31.12.2025
Circulante	**173.123**	**124.397**
Caixa e Equivalentes de Caixa	61.937	31.236
Contas a Receber de Clientes	22.147	19.818
IRPJ e CSLL a Recuperar	18.459	5.015
Demais Tributos a Recuperar	813	774
Despesas Antecipadas	1.457	1.059
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	47.436	45.542
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	20.786	19.956
Outros	88	997
Não Circulante	**913.259**	**903.429**
Realizável a Longo Prazo	**637.121**	**610.209**
Mútuo	126.546	113.334
Depósitos Judiciais	393	553
Demais Tributos a Recuperar	262	547
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	348.771	339.113
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	158.728	154.241
Investimentos	**32.779**	**45.670**
Imobilizado	**203.345**	**206.291**
Intangível	**40.014**	**41.259**
Total do Ativo	**1.086.382**	**1.027.826**

Caixa e Equivalente de Caixa – O aumento é decorrente do faturamento no semestre.

Despesas Antecipadas – Prêmios de seguros.

Contas a Receber – Mútuo com a Celesc D – Valor a receber de R$103,0 milhões + Receita Financeira.

Investimentos - Redução decorrente da alienação da participação na Cia Rondinha Energética (R$14,0 milhões), ocorrida no primeiro trimestre de 2026.

Imobilizado – No primeiro semestre de 2026, foram realizados investimentos em ativos imobilizados e serviços correlatos às usinas fotovoltaicas e hidrelétricas. A redução é a depreciação no período.

35.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.09.2026	31.12.2025
Circulante	**80.548**	**87.626**
Fornecedores	3.757	3.975
Empréstimos	2.356	2.262
Debêntures	7.141	6.561
IRPJ e CSLL a Recolher	31.431	-
Demais Tributos a Recolher	1.563	11.658
Taxas Regulamentares	1.168	700
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	28.492	56.984
Outros	4.640	5.486
Não Circulante	**161.278**	**157.141**
Empréstimos e Financiamentos	18.712	19.585
Debêntures	23.651	26.006
Tributos Diferidos	118.767	111.200
Taxas Regulamentares	-	299
Provisões para Contingências	148	51
Patrimônio Líquido	**844.556**	**783.059**
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	307.063	321.277
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11.373	11.782
Lucros Acumulados	76.120	-
Total do Passivo	**1.086.382**	**1.027.826**

Fornecedores – Relacionado a compra de energia elétrica (convencional e incentivada); material para as usinas (sobressalente estações de monitoramento hidrológico, programas ambientais); serviço de conservação, topografia, manutenção das usinas.

Empréstimos e Financiamentos – Provisionamento de encargos e atualização monetária do financiamento junto ao BNDES.

Outros – Refere-se aos empregados à disposição da Celesc D.

35.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.09.2026	30.09.2025
Receita Operacional Líquida – ROL	**185.458**	**163.371**
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	185.458	163.371
Custos de Vendas	**(63.586)**	**(56.788)**
Custo de Operação	(63.586)	(56.788)
Lucro Bruto	**121.872**	**106.583**
Despesas Operacionais	**(21.586)**	**(3.693)**
Com Vendas	(242)	(1.407)
Gerais e Administrativas	(22.917)	(19.881)
Outras Receitas	(85)	12.966
Outras Despesas	(933)	(593)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	2.591	5.222
Resultado antes do Resultado Financeiro	**100.286**	**102.890**
Resultado Financeiro	**13.061**	**5.252**
Receitas Financeiras	17.498	13.346
Despesas Financeiras	(4.437)	(8.094)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	**113.347**	**108.142**
IRPJ e CSLL	**(37.636)**	**(34.967)**
Corrente	(30.070)	(27.904)
Diferido	(7.566)	(7.063)
Lucro Líquido do Período	**75.711**	**73.175**

Em linha com o desempenho da receita bruta, a Receita Operacional Líquida (ROL) registrou crescimento de 13,5%, passando de R$163,4 milhões no terceiro trimestre de 2025 para R$185,5 milhões no mesmo período de 2026.

O resultado de equivalência patrimonial totalizou R$2,6 milhões no terceiro de 2026, ante R$5,2 milhões registrados no mesmo período de 2025, representando redução de 50,4%, reflexo da alienação da participação na Rondinha Energética, com reconhecimento de equivalência patrimonial até fevereiro 2026.

35.2.4. Receita Operacional

Descrição	30.09.2026	30.09.2025
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	**205.667**	**181.257**
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	27.671	17.649
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	3.673	(451)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	4.717	6.720
Suprimento de Energia Elétrica	82.828	79.237
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	40	(1.258)
Energia Elétrica de Curto Prazo	10.641	13.144
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	33.630	32.597
Receita Financeira Atualização Monetária Bonificação de Outorga	14.588	12.975
Receita Financeira Juros Usina Pery	14.730	14.271
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	6.616	5.882
Renda de Prestação de Serviços	361	60
Arrendamentos e Aluguéis UFV	6.158	431
Arrendamentos Eletropostos	14	-
Deduções da Receita Operacional	**(20.209)**	**(17.886)**
PIS	(3.014)	(2.651)
COFINS	(13.882)	(12.212)
Taxa Fiscalização	(448)	(399)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.013)	(997)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.834)	(1.624)
ISS	(18)	(3)
Receita Operacional Líquida – ROL	**185.458**	**163.371**

A Receita Operacional Bruta (ROB) apresentou crescimento de 13,4%, impulsionado principalmente pelo aumento de 6,3% na receita de suprimento de energia e 50,8% na receita de fornecimento de energia. Outros destaques são as receitas provenientes dos Serviços de Operação e Manutenção UFV (R$360 mil; +502,5%) e Arrendamentos e Aluguéis UFV (R$6,2 milhões; + 1328,8%).

Esses aumentos decorrem, principalmente, do contrato celebrado com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) para a utilização de usinas fotovoltaicas de geração distribuída, destinadas à compensação do consumo de energia elétrica das unidades atendidas.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.09.2026	30.09.2025	30.09.2026	30.09.2025	30.09.2026	30.09.2025
Industrial	57	24	135.006	97.412	31.344	17.198
Comercial, Serviços e Outros	30	8	22.910	33.442	4.717	6.720
Suprimento de Energia	99	92	471.572	457.044	82.868	77.979
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	11.201	13.276	10.641	13.144
Total	**186**	**124**	**640.689**	**601.174**	**129.570**	**115.041**

35.2.5. Custos e Despesas Operacionais

					30.09.2026
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Outras Despesas ou Receitas Líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	31.308	-	-	-	31.308
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda CP	9.438	-	-	-	9.438
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.021	-	-	-	5.021
Pessoal	2.367	16.684	239	-	19.290
Material	283	593	-	369	1.245
Custos e Serviços de Terceiros	5.808	4.633	3	-	10.444
Depreciação e Amortização	8.008	523	-	-	8.531
Seguros	1.191	1	-	-	1.192
Tributos	110	322	-	-	432
Aluguéis	-	46	-	-	46
Doações	-	-	-	25	25
Provisões líquidas	-	-	-	148	148
Ganho/Perda Alienação Bens Direitos Mantidos Venda	-	-	-	94	94
Outros	52	115	-	382	549
Total	**63.586**	**22.917**	**242**	**1.018**	**87.763**

					30.09.2025
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Outras Despesas ou Receitas Líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	26.713	-	-	-	26.713
Energia Elétrica Comprada p/Revenda CP	10.565	-	-	-	10.565
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.019	-	-	-	4.019
Pessoal	2.465	13.078	1.367	-	16.910
Material	283	122	-	465	870
Custos e Serviços de Terceiros	7.125	5.024	40	-	12.189
Depreciação e Amortização	4.369	429	-	-	4.798
Seguros	1.176	-	-	-	1.176
Tributos	69	308	-	-	377
Aluguéis	-	71	-	-	71
Provisões Líquidas	-	-	-	18	18
Ganho Alienação Bens Direitos Mantidos Venda	-	-	-	(12.930)	(12.930)
Outros	4	849	-	74	927
Total	**56.788**	**19.881**	**1.407**	**(12.373)**	**65.703**

Os custos com energia aumentaram R$4,5 milhões, influenciados principalmente pelo crescimento de 17,2% nos custos de energia comprada para revenda. Em razão da cessão do contrato que possuía com a DFESA para a Gerdau, a Celesc G passou a adquirir energia elétrica no mercado, por meio de contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, para cumprir os compromissos de venda de energia anteriormente lastreados. No terceiro trimestre de 2026, foram adquiridos 29.150,40 MWh, ao custo total de R$6,4 milhões. Essas aquisições contribuíram para o aumento dos custos de energia elétrica no período.

35.2.6. Resultado Financeiro

Descrição	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Receitas Financeiras	**17.498**	**13.346**
Renda de Aplicação Financeira	4.413	7.868
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	143	11
Variações Monetárias	74	12
Juros Mútuo	13.212	6.020
Juros Depósitos Judiciais	24	27
Outras Receitas Financeiras	486	58
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(854)	(650)
Despesas Financeiras	**(4.437)**	**(8.094)**
Juros Debêntures	(2.299)	(2.585)
Juros Empréstimos	(1.916)	(538)
IOF, Comissões e Taxas Empréstimos	(4)	(1.479)
Custos na Emissão de Debêntures	(100)	(100)
Atualização do P&D	(40)	(30)
Outras Despesas Financeiras	(78)	(3.362)
Resultado Financeiro	**13.061**	**5.252**

As receitas financeiras cresceram R$4,2 milhões, impulsionadas sobretudo pela atualização monetária do contrato de mútuo com a Celesc D.

Nas despesas financeiras, houve redução de R$3,7 milhões. Em 2025, em decorrência da alienação da participação societária na EDP Aliança Transmissão, foi realizado o estorno dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) já creditados e ainda não recebidos, em conformidade com as cláusulas contratuais da operação de venda, o que impactou negativamente o resultado financeiro daquele período.

Adicionalmente, a partir do terceiro trimestre de 2025, passaram a ser reconhecidos os encargos financeiros relacionados ao financiamento contratado junto ao BNDES. No terceiro de 2026, essas despesas totalizaram R$1,9 milhão, referentes aos juros e à atualização financeira da operação.

36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

						Consolidado
						30.09.2026
Descrição	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2030+**
Compra de energia	1.133.822	4.478.795	4.335.334	4.475.253	4.630.994	41.596.356
Encargos de conexão e transporte de energia	530.249	2.202.530	2.277.193	2.357.203	2.438.190	34.374.191
Total	**1.664.071**	**6.681.325**	**6.612.527**	**6.832.456**	**7.069.184**	**75.970.547**

						Consolidado
						31.12.2025
Descrição	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2030+**
Compra de energia	4.722.756	4.549.087	4.491.702	4.638.968	4.799.849	42.459.673
Encargos de conexão e transporte de energia	1.893.040	1.957.541	2.023.901	2.095.011	2.167.657	30.481.361
Total	**6.615.796**	**6.506.628**	**6.515.603**	**6.733.979**	**6.967.506**	**72.941.034**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC S. A.
Florianópolis – SC

Introdução
Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de novembro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2026.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor Financeiro

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Engenharia e Obras

Elói Hoffelder
Diretor de Operações e Serviços

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento

Moisés Diersmann
Diretor Administrativo

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Regulação

Wagner Felipe Vogel
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2026.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor Financeiro

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Engenharia e Obras

Elói Hoffelder
Diretor de Operações e Serviços

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento

Moisés Diersmann
Diretor Administrativo

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Regulação

Wagner Felipe Vogel
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0